LIBRARY OF PRINCETON
JUN 7 1965
THEOLOGICAL SEMINARY

PER BX 8901 .R49 v.23
Revista teol ogica
(Campinas, Brazil)
Revista teol ogica LAP

Digitized by the Internet Archive
in 2016

https://archive.org/details/revistateologica2327semi

REVISTA TEOLÓGICA

SEMINÁRIO TEOLÓGICO PRESBITERIANO DE CAMPINAS

SUMÁRIO

EDITORIAIS 3

APRESENTAÇÃO 7

EDIFICAÇÃO

PERTURBAÇÃO INDISPENSÁVEL — *Galdino Moreira* 13

SEÇÃO DE DOGMÁTICA

SACERDÓCIO REAL — *Earle Dukes Roberts* 20

O PAPEL DO LEIGO CRISTÃO NA IGREJA E NO MUNDO — *Joaquim Beato* 31

TEOLOGIA PARA O BRASIL — *João Dias de Araujo* 38

SEÇÃO DE ÉTICA

O ESTADO E O CRISTÃO — *Francisco P. Alves* 44

SEÇÃO DE ISAGÓGICA

OS APÓGRIFOS — UM PROBLEMA QUE RESSURGE? — *América J. Ribeiro* .. 59

SEÇÃO DE PRAGMÁTICA

A MESA DO SENHOR — *Adauto Araujo Daurada* 75

SEÇÃO DE HALIÊUTICA

ALGUNS ASPECTOS RELIGIOSOS PAN-AMERICANOS — *Benjamim Moraes* . 80

A IGREJA DO BRASIL E SUA RESPONSABILIDADE MISSIONÁRIA NA AMÉRICA LATINA — *Nephtali Vieira Jr.* 85

SEÇÃO HISTÓRICA E BIOGRÁFICA

QUATRO HOMENAGENS — *Julia A. Ferreira* 89

SEÇÃO DE APOLOGÉTICA

OS MÓRMONS — *Paschoal L. Pita* 115

FORMANDOS DE 1960 130

NOTÍCIAS INTERNAS 132

BIBLIOGRAFIA 137

ANO XXIII **JULHO DE 1961** **Num. 27**

Endereço para correspondência:

REVISTA TEOLÓGICA

SEMINÁRIO TEOLÓGICO PRESBITERIANO DE CAMPINAS

Ano XXIII — Julho de 1961 — N.o 26

REDAÇÃO

Redator-chefe — Rev. prof. América J. Ribeira
Redatores auxiliares — Rev. prof. Jorge T. Goulart
Rev. prof. Júlia A. Ferreira

CONSELHO EDITORIAL — Rev. prof. Adauto A. Dourado
" " Carl Hahn
" " Eliseu Norciso
" " Herculano Gouvêa Jr.
" " Floyd Grody
" " Floyd Sovereign
" " Samuel Martins Barbosa
" " Waldyr Carvalho Luz

ADMINISTRADORES — Mesa da Diretoria e Corpo Docente do Seminário

COLABORADORES — Diversos, o convite da redação

Os artigos não assinados serão de inteira responsabilidade da redação.

A REVISTA TEOLÓGICA — é publicação periódica e oficial do Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas, conforme decisão da Diretoria do Seminário e do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Esta Revista está registrada de acôrdo com a Lei de Imprensa, art. 130 e seguintes do Decreto no. 4857, de 9 de Novembro de 1939, bem como no DNPI, sob o no. 485.900, de 3 de Março de 1.961.

Endereço para correspondência: — REVISTA TEOLÓGICA

Caixa postal 133 — Campinas, S. P. — Brasil

REVISTA TEOLÓGICA

SEMINÁRIO TEOLÓGICO PRESBITERIANO DE CAMPINAS

SUMÁRIO

EDITORIAIS 3

APRESENTAÇÃO 7

EDIFICAÇÃO

PERTURBAÇÃO INDISPENSÁVEL — *Galdina Mareira* 13

SEÇÃO DE DOGMÁTICA

SACERDÓCIO REAL — *Earle Dukes Raberts* 20

O PAPEL DO LEIGO CRISTÃO NA IGREJA E NO MUNDO — *Jaaquim Bealo* 31

TEOLOGIA PARA O BRASIL — *João Dias de Araujo* 38

SEÇÃO DE ÉTICA

O ESTADO E O CRISTÃO — *Francisca P. Alves* 44

SEÇÃO DE ISAGÓGICA

OS APÓGRIFOS — UM PROBLEMA QUE RESSURGE? — *América J. Ribeira* .. 59

SEÇÃO DE PRAGMÁTICA

A MESA DO SENHOR — *Adauta Araujo Daurada* 75

SEÇÃO DE HALIÊUTICA

ALGUNS ASPECTOS RELIGIOSOS PAN-AMERICANOS — *Benjamim Maraes* . 80

A IGREJA DO BRASIL E SUA RESPONSABILIDADE MISSIONÁRIA NA AMÉRICA LATINA — *Nephtali Vieira Jr.* 85

SEÇÃO HISTÓRICA E BIOGRÁFICA

QUATRO HOMENAGENS — *Julia A. Ferreira* 89

SEÇÃO DE APOLOGÉTICA

OS MÓRMONS — *Paschaal L. Pita* 115

FORMANDOS DE 1960 130

NOTÍCIAS INTERNAS 132

BIBLIOGRAFIA 137

SEMINÁRIO TEOLÓGICO PRESBITERIANO DE CAMPINAS

Ano XXIII — Julho de 1961 — N.o 27

EDITORIAIS

O MOMENTO INTERNACIONAL

O cenário mundial muda a cada instante, mas os quadros são, geralmente negros. A tensão existente entre o ocidente e o oriente parece, às vezes, abrandar-se, mas retoma logo as antigas côres, em face de acontecimentos imprevistos que parecem vir agravar a situação.

A Organização das Nações Unidas tem, é verdade, controlado ou conjurado muitas crises. Ela, porém, é constituída de duas correntes ideológicas difíceis de se harmonizarem, de modo que, não raro, estas fôrças parecem trabalhar em sentido contrário, isto é, com o fim de impedir o resultado proposto. A mudança de govêrno, nos Estados Unidos, pareceu num instante, contribuir para amainar a tempestade, uma vez que a rigidez de Eisenhower foi substituida pela maior flexibilidade de Kennedy e pela sua mentalidade mais arejada de preconceitos e mais revigorada pela mocidade. Entretanto, já este mesmo terá notado que tem de lutar contra uma corrente perigosa, inçada de sutilezas, de violências e, o que é pior, de insinceridade. Todavia nunca faz mal renovar a tentativa, experimentar outros métodos, lançar de novo a rêde para outro lado.

A delicadeza da situação no Congo, onde as facções se multiplicam animadas pelas correntes que as bafejam e onde refletem igualmente as influências geradas pelos novos paises livres que alí vão surgindo, não oferece a perspectiva de uma breve solução, tais as intrigas e os interésses que giram em tôrno.

Mas nunca podemos descrer de uma solução inesperada. Há um Deus da Providência, o qual intervem de maneira imprevista e por meios extraordinários, fazendo mudar o cenário de um instante para outro. A história está cheia de exemplos, não só no povo de Israel e na Igreja, como entre as nações de todo o mundo. Por isso é oportuno reler as palavras de Isaias e meditar sobre elas: "Êle (Deus) julgará entre os povos e corrigirá muitas nações; êstes converterão as suas espadas em rêlhas

de arados, e suas lanças em podadeiras; uma nação não levantará a espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerra."

As profecias, como círculos concêntricos, se realizam em esferas mais próximas e noutras mais remotas. A palavra de Isaias terá tido já o seu cumprimento de alguma maneira, mas pode repetir-se nos nossos dias e aos nossos olhos. O crente tem esta diferença em relação aos demais homens: nunca perde a esperança, porque sabe que em todos os tempos e em tôdas as circunstâncias o Senhor reina. É em vão que "as nações embraveçam".

J. G.

✶

UM PRESIDENTE CATÓLICO NOS ESTADOS UNIDOS

Causou funda impressão, em todo o mundo, o fato de haver sido eleito presidente dos Estados Unidos, um país considerado protestante, um católico. Realmente a tradição só agora quebrada era a de se eleger sempre um protestante. Entretanto o caso não é para admirar, se levarmos em conta a própria indole do protestantismo. O protestantismo é liberal, é democrático, e contrário a tôda sorte de discriminação, é profundo respeitador dos direitos individuais ou coletivos, de modo que, no correr dos tempos, haveria de acontecer isto, desde que a Igreja Romana chegou a constituir um forte elemento social, acrescida, como foi, devido ao seu desenvolvimento interno, bem como em razão das correntes emigratórias que para alí acorreram, provenientes, na sua maior parte, de países católicos.

Várias foram as tentativas para chegar-se a êste resultado, que parece ter um sentido mais político do que religioso. Tratava-se de um político jovem e credenciado por excepcionais qualidades intelectuais e morais, segundo afirmam, e que se estão confirmando pelo tino com que escolheu êle seus auxiliares e pelas medidas iniciais do seu govêrno.

Entretanto este acontecimento não deixa de constituir uma séria advertência às Igrejas Evangélicas. as quais precisam considerar as causas do crescimento do romanismo naquele país. É evidente que houve, nos últimos tempos, um afrouxamento na catequese, no zêlo doutrinário, na pureza de vida, a par de uma infiltração modernista, que facilitaram a penetração romanista, sutil, hábil e tenaz.

Nós, os evangélicos do Brasil, estamos evidentemente caminhando para surpreender o país católico com um presidente evangélico. É sensível o crescimento da fôrça evangélica e, embora as igrejas protestantes não façam política no sentido sectário e na sua forma menos recomendável, como muitas vêzes é ela feita, uma penetração natural se vai fazendo, conforme atestam os políticos evangélicos em evidência. Por enquanto a nossa contribuição há-de ser no sentido da moralização dos nossos costumes políticos.

Uma coisa, porém, é certa. É preciso que haja vigilância, porque a política eclesiástica da Igreja Romana é de molde intolerante e tem sempre o propósito de avassalar o poder, em detrimento das outras correntes, além de ser orientada, como se sabe, por uma autoridade estrangeira e que se presume soberana e infalível.

Vamos confiar, entretanto, em Kennedy, e no vigor da educação política dos Estados Unidos.

J. G.

★

O NOVO GOVÊRNO DO BRASIL

Desde 31 de janeiro dêste ano o nosso país sofreu uma mudança administrativa, passando o govêrno a outras mãos. Foi uma mudança significativa e honrosa para a nossa nação, porque uma profunda alteração se deu, sem qualquer abalo social, sem agitações e sem aquelas comoções que sofrem países ainda dominados por sistemas políticos discricionários ou de educação rudimentar.

Democràticamente, legalmente, operou-se a mudança, dentro da ordem e da tranquilidade. Qualquer que seja o juizo que se venha a fazer do govêrno que findou, do sr. Juscelino Kubtischeck, deve-se a êle, sem dúvida, a consolidação da nossa democracia, sendo ainda de notar que êle assumiu o govêrno numa atmosfera carregada de paixões e cheia de ameaças.

É de lamentar a situação econômica que o novo govêrno herdou, resultante dos grandes empreendimentos do seu antecessor, empreendimentos notáveis, mas, segundo parece, levados a efeito numa escala insuportável para um país ainda sujeito a tantas limitações como o nosso. Entretanto as opiniões divergem, e entendem alguns que o impulso dado ao nosso desenvolvimento e as bases lançadas frutificarão em resultados que

compensarão os sacrifícios presentes. De qualquer maneira o govêrno atual tem diante de si uma empresa difícil que exigirá muita habilidade, muita firmeza e muito sacrifício.

O sr. Janio Quadros prometeu ao Brasil uma coisa de que êle muito necessitava, e que é a moralidade administrativa. O nosso povo habituou-se a um estilo de vida a que faltava o escrúpulo no manuseio dos dinheiros públicos, a preocupação com as habilitações técnicas do funcionalismo, enquanto predominava o protecionismo, o compadresco, o abuso generalizado em referência aos deveres funcionais. A nossa consciência política andava longe dos verdadeiros princípios e práticas dos ensinos cristãos de que nos gabamos.

Temos à frente do govêrno um homem já experimentado e possuido dos melhores propósitos, de modo que é de esperar que venhamos a vencer a crise econômica atual e cheguemos a realizar grandes coisas.

Para isto importa que todos os cidadãos cultivem o espírito de cooperação e que a Igreja Evangélica, sobretudo, realize a sua parte, lançando o fermento da sua doutrina moralizadora no seio da nação e concitando os crentes a orar fervorosamente para que, a par das liberdades que desfrutamos, tenha o govêrno as luzes do Alto para se conduzir com sabedoria e prudência.

Temos, também, desde logo, motivos para dar graças a Deus.

J. G.

★

Apresentação

O Rev. Galdino Moreira, jornalista evangélico sobejamente conhecido pela longa fôlha de serviços prestados à Causa de Cristo em nossa Pátria, notável polemista, pastor efetivo da Igreja Presbiteriana de Riachuelo, Rio de Janeiro, durante 39 anos, e agora pastor emérito da mesma comunidade, prepara bem o nosso espírito para a leitura dos artigos que formam a colaboração do presente número da nossa revista mediante a sua inspirada mensagem sôbre a responsabilidade dos crentes no seio da sociedade e perante o mundo. Adverte-nos êle da necessidade de ser preservada pela Igreja, sempre e em todos os setores em que ela se encontre representada, a herança que lhe vem da comunidade apostólica cujos membros souberam "perturbar", por meio da mensagem cristã que levavam nos lábios e nos corações, o meio social em que se encontravam. Judiciosamente pondera, entretanto, o autor que não é apenas o mundo que tem necessidade de ser assim perturbado, mas também muitos crentes adormecidos, de consciência insensibilizada, indiferentes, irresponsáveis, que aí estão como cifras negativas no seio da Igreja. Com lídimo espírito pastoral, o Rev. Galdino afirma, com convicção, a verdade que deve ser fruto de sua própria experiência: "Só pode incendiar quem já está incendiado".

* * *

A Seção de Dogmática é aberta com a colaboração que nos vem da pena do Rev. prof.Earle Dukes Roberts, que ora passa por um período de estágio em Campinas, antes de assumir sua cadeira em o nosso Seminário, no campo do Velho Testamento. Focaliza o Prof. Roberts a destacada importância da doutrina do sacerdócio universal dos crentes no contexto do movimento da Reforma do Sec. XVI para daí levar-nos à serena apreciação do seu sentido para a Igreja dos nossos dias à luz das palavras de I Ped. 2: 1-10. Por meio de seu trabalho, procura o autor não só esclarecer o nosso conceito sôbre a significação da Igreja, mas também ajudar-nos a compreender o melhor método de estudo da teologia bíblica e

apreciar devidamente as implicações da doutrina do sacerdócio universal com base no texto acima. Lembra-nos o Dr. Roberts, com razão, que tem havido falta de ênfase nessa doutrina por parte da corrente evangélica que é a herdeira natural e continuadora da obra da Reforma e, ainda mais, que conceitos falsos sôbre o assunto têm também aparecido dentro da comunidade Reformada. Ler e meditar sôbre o artigo é apreciar a grande doutrina dentro da verdadeira perspectiva, senão bíblica no sentido amplo, porque o autor limita sua discussão especificamente a uma determinada passagem, pelo menos apostólica, tal como Pedro a interpretou por inspiração do Espírito Santo.

* * *

O artigo do Prof. Roberts prepara o leitor para melhor apreciar o trabalho que se segue, da pena do Rev. prof. Joaquim Beato, reitor do Seminário do Centenário e lente da cadeira do Velho Testamento naquela novel instituição presbiteriana de ensino teológico. Em seu estudo sôbre o papel do leigo diante do mundo, o autor expõe conceitos e desenvolve argumentos com base na doutrina do sacerdócio universal dos crentes. Estabelecida, nesta base, a responsabilidade das fôrças leigas, seguem-se conclusões claras e deduções práticas sôbre a atitude da Igreja durante a semana, a distinção que se deve fazer entre leigos e ministros da Palavra, o alcance do testemunho leigo que não está, normalmente, sujeito às barreiras que a sociedade levanta contra o testemunho do ministro, e a posição do leigo como "fronteira onde se estabelece o diálogo entre Cristo e o mundo". Detem-se ainda o prof. Beato em esclarecedora análise sôbre o conceito da Diáspora para a Igreja Cristã, lembrando a posição dos crentes como "estrangeiros e peregrinos" no mundo, e sustentando que é nesta situação, que se prolongará do Pentecostes à segunda vinda do Senhor Jesus, que a Igreja cumprirá a responsabilidade missionária que recebeu do Mestre.

* * *

O artigo "Teologia para o Brasil", da autoria do Rev. prof. João Dias de Araujo, lente da cadeira de Dogmática do Seminário Presbiteriano do Recife, apesar de vasado em linguagem provocante que pode, logo de início, causar certo choque ao espírito de alguns leitores, tem, entre outros, o mérito de levantar perguntas sérias. Embora o trabalho, em sua essência, se resuma no levantamento de um problema, é êste tão grande e tão oportuno que é justo que todos os pensadores evangélicos do Brasil se disponham a tomar conhecimento da pergunta proposta e a meditar sôbre ela. Ninguém contesta a responsabilidade que pesa sôbre cada geração de reinterpretar as verdades cristãs em termos que atendam às suas necessidades específicas. O prof. Araujo, mediante a pergunta

central do seu artigo, estimula o pensamento evangélico do Brasil a avançar neste sentido relativamente à formação de uma teologia indígena. A resposta, porém, será tarefa de tôda uma geração.

* * *

O problema do estado é do maior interêsse para o cristão, desde que pode ser êle instrumento dos propósitos divinos ou campo de ação das fôrças subversivas do maligno. Como está bem claro no N. T., êle pode ser "ministro de Deus" (Rom. 13), ou "besta" a emergir do mar (Apoc. 13). E se há um período na história em que o estado assume importância tôda especial para a humanidade, à vista dos tremendos poderes de que dispõe, é êste em que vivemos. E como a política tem sido pouco ou mal exercida pelos cristãos, por motivos vários, é preciso que o problema seja agitado, para não falharmos frente à grande responsabilidade evangélica para com a política, os políticos, a pátria e os regimes de govêrno. Há duas frases de dois grandes pensadores evangélicos atuais que merecem ser meditadas com carinho: "A democracia se torna necessária pelo fato de todos os homens serem pecadores; ela se torna possível pelo fato de sabermos disso". (E. Trueblood). "A capacidade do homem para a justiça torna a democracia possível, mas a inclinação do homem para a injustiça torna a democracia necessária" (R. Niebuhr). É exatamente por causa da fraqueza humana, de sua condição de pecado, da sua forte e persistente propensão para a injustiça, que não podemos deixar a política a cargo exclusivamente dos políticos profissionais, portadores de um Cristianismo formal e oportunista. Deve haver da parte de cada cristão participação, ainda que pelo simples voto, conciente e construtiva. Estão os políticos que receberam nosso apôio desviando-se da linha de conduta imposta pelo realismo cristão? Servem êles os propósitos divinos, ou se se servem a si mesmos? O artigo "O Estado e o Cristão", escrito pelo Rev. prof. Francisco P. Alves, não esgota o assunto e, em certo sentido, apenas o levanta, mas fornece elementos para a apreciação de aspectos do atual e magno problema que não deve ficar sem solução.

* * *

No penúltimo número desta revista, reproduzimos precioso trabalho da pena do Rev. prof. Waldyr Carvalho Luz sôbre os Apócrifos, a saber, a tradução do famoso Prólogo Galeato de S. Jerônimo — documento de alto valor no estudo do controvertido assunto relativo à literatura apócrifa. A matéria aparece, neste número, discutida de outro ângulo pelo Rev. prof. Américo J. Ribeiro que, ao lado de sua cadeira de Teologia Pragmática, vem lecionando, transitòriamente, em nosso seminário, ma-

térias do curso de Introdução ao Velho Testamento. Em seu trabalho, o autor aponta indícios de que o problema dos Apócrifos tende a assumir, em nossos dias, posição de importância perante a atenção da Igreja, revivendo discussões aparentemente superadas e talvez exigindo dela novo pronunciamento ou a reafirmação de seu ponto de vista oficial sôbre o assunto. Após apreciar a evolução histórica do problema, o artigo avança no sentido de sustentar, na parte final, a posição assumida pelas Igrejas Reformadas, que é justificada mediante argumentos recordados e apreciados durante a exposição da matéria. Em virtude dos dados informativo que contém, o artigo interessa não apenas aos pastôres, mas também aos leigos.

* * *

A estimulante análise que faz o Rev. prof. Adauto A. Dourado, professor do Novo Testamento do nosso Seminário, sôbre os vários nomes tradicionalmente usados pela Igreja para designar o sacramento da Santa Ceia tem por objetivo pôr em realce a riqueza de significação que se esconde sob essa diversidade de expressões. Lembra, de início, o autor que "sendo a linguagem sacramental, deve significar alguma coisa mais do que o sentido comum das palavras". Com esta orientação, passa em revista os termos Páscoa, Eucaristia, Ceia do Senhor, Comunhão, *etc., sublinhando o sentido específico de cada palavra. Aprecia também o sentido do vocábulo* sacramento. *Por meio dessa incursão pelos domínios da etmologia e da semântica o Rev. Adauto amplia e aprofunda o conceito que sôbre aquêle sacramento geralmente se encontra mais ou menos formado no espírito dos nossos crentes.*

* * *

O estudo que aparece sob o título "Alguns aspectos religiosos Panamericanos" foi escrito pelo Rev. Dr. Benjamin Morais, ilustre pastor da Igreja Presbiteriana de Copacabana, e professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Trata-se da primeira parte de uma análise que continuará no próximo número, na qual o autor, por todos os títulos credenciado para apreciar o assunto, ajuda-nos a ver, com olhos críticos, facetas interessantíssimas da situação religiosa desta parte do continente americano. Neste primeiro artigo, o Dr. Benjamin limita seu estudo ao Canadá e aos Estados Unidos. Considera a formação francesa e católica de uma parte do Canadá em contraste com a britânica e protestante da outra e acentua a ausência do Canadá protestante das reuniões religiosas de ordem geral, apontando as causas determinantes desta atitude. — Quanto aos Estados Unidos, que nasceram sob a influência es-

piritual dos Peregrinos mas que se desenvolvem como uma amálgama de muitos povos, o autor se detem em observações esclarecedoras sôbre a porcentagem das várias correntes religiosas com relação à população total do país, a influência de cada corrente na vida nacional, o fenômeno da fragmentação dos evangélicos e o aparecimento e as atividades, em dias mais recentes, das seitas chamadas independentes. *O leitor achará, sem dúvida, precioso o material informativo do trabalho, tanto quanto a análise em tôrno dos dados estatísticos que o autor apresenta.*

* * *

A Igreja Presbiteriana do Brasil já estendeu os limites de sua obra missionária para além das fronteiras de alguns poucos países latino-americanos, entre os quais se encontra o Chile. Um dos nossos mais eficientes missionários em território chileno, o Rev. Nephtali Vieira Jr., tem sua séde de atividades na cidade de Antofogasta. Jovem ainda, já pode, entretanto, considerar-se incluído entre os obreiros experientes da nossa Igreja em virtude do pastorado vitorioso e abençoado que exerceu em alguns campos do território pátrio, antes de ser enviado como missionário ao país visinho. Em seu artigo, o Rev. Nephtali compara as possibilidades e o alcance do trabalho que o missionário norte-americano e o brasileiro podem prestar aos povos de fala castelhana dos países da América do Sul e põe em destaque as vantagens, numerosas e evidentes (étnicas, linguísticas, sociais, etc) que neste cotêjo militam a favor do brasileiro e daí tira conclusões lógicas sôbre a responsabilidade maior da Igreja Evangélica do Brasil relativamente ao trabalho de evangelização dos povos visinhos. O estudo do nosso nobre companheiro não representa apenas colaboração oportuna, que com prazer agasalhamos neste número, mas também um meio agradável de estabelecer contacto entre os nossos leitores e um novo campo da obra missionária evangélica no exterior.

* * *

A Seção História e Biografia é totalmente consagrada a merecida homenagem que a nossa revista e, por meio dela, o Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas, prestam a quatro destacados ex-professôres da nossa casa. O primeiro, Rev. Robert D. Daffin, que vivia nos Estados Unidos desde que encerrou suas atividades no Brasil, foi, há pouco, chamado à presença do Senhor da Seara. Os três últimos, Revs. Frank F. Baker, Herculano de Gouvêa Jr. e Jorge T. Goulart, entraram recentemente no gôzo dos privilégios de obreiros jubilados. Coube ao Rev. prof. Júlio A. Ferreira traçar os esboços biográficos que se seguem, nos quais

os leitores encontrarão não apenas informações preciosas, mas também lances de eloquente dedicação e lições inspiradoras que concorrerão sem dúvida para fortalecer-lhes a fé e estimulá-los na carreira cristã.

* * *

A cuidadosa tradução do artigo sôbre os Mormons, publicada na Seção de Apologética, representa um dos últimos esforços levado a efeito pelo nosso saudoso companheiro Rev. Paschoal Luiz Pitta, antes do encerramento de seu dinâmico ministério e de sua preciosa carreira terrena. Já enfraquecido pela minaz enfermidade que progredia ràpidamente, manifestou êle ao redator desta revista, que lhe fazia breve visita, o desejo de ver publicada a tradução do trabalho com que estamos encerrando as colaborações dêste número, justificando seu desejo com a esperança de que a divulgação dêsse estudo viesse, de alguma maneira, ao encontro da necessidade de membros da Igreja que porventura estejam sendo perturbados pelo esfôrço proselitista dos adeptos de Joseph Smith. Portanto, com esta publicação prestamos uma homenagem à memória do ilustre colega ao mesmo tempo julgamos também fazer contribuição útil aos que poderão beneficiar-se com o excelente material dessa tradução.

★

PROVAÇÃO E VIDA ESPIRITUAL: — Em seu livro intituiado «Physician of the Soul», Kemp informa que George W. Truett, notável pastor batista americano, sofreu um acidente que exerceu influência decisiva em seu ministério. Enquanto caçava coelhos em companhia de um amigo disparou, por inadvertência, sua espingarda contra o companheiro, que algum tempo depois veio a falecer em conseqüência do ferimento recebido. Truett passou por grave crise. Acusava-se perante a espôsa e declarava não lhe ser mais possível voltar ao púlpito. Mas, depois de muita agonia, leitura da Bíblia e oração, voltou a pregar. Um membro de sua igreja descreveu da seguinte maneira o resultado daquela crise: — «...foi, sem dúvida, uma experiência cruciante na sua vida. Foi o acontecimento que contribuiu, mais do que qualquer outro, para moldá-lo. Ninguém se aproxima dêle com uma angústia maior do que aquela que o afligiu. Sua extraordinária capacidade de ajudar os aflitos, tanto quanto seu poder no púlpito, nasceu da tragédia que o refez».

Edificação

PERTURBAÇÃO INDISPENSÁVEL!

GALDINO MOREIRA

SEMPRE tive como lição útil, proveitosa e elucidativa, no esquema do Reino de Deus militante, a observação dos contrastes. Ou seja dos grandes efeitos de causas aparentemente modestas. Os Evangelhos e o movimentado livro dos Atos dos Apóstolos, no Novo Testamento, são férteis e atraentes nêste sentido.

Uma sementinha anônima de mostardeira, sòzinha, isolada, exilada e jogada no chão quase que por simples rotina, diz um dos evangelistas, cresceu e se fêz árvore, cheia de verdejantes ramagens (Mt. 13:32). Dois desconhecidos pescadores, Pedro e João, ignorados dos nobres e dos grandes de Jerusalém, logo no início da Igreja Cristã, puseram em atividade febricitante uma multidão de gente: — «os sacerdotes, os saduceus, o Capitão do Templo, os anciãos, os escribas, o sumo-sacerdote Anás, com Caifás, João, Alexandre, e todos os da linhagem sacerdotal», pelo simples fato de anunciarem o nome e o poder de Jesus Cristo (At. 4:1 a 6).

Ainda um dos apóstolos pregou piedoso e bíblico sermão, sem qualquer preocupação de estilo ou dialética, singelo e até quase vulgar, e umas três mil almas receberam Evangelho e professaram a fé cristã (At. 2:41). Tudo tão modesto, tão simples, tão sem espetacularidade e sem bate-caixa, e tudo isto promoveu grandes efeitos e rumorosas conseqüências. É que no Reino do Senhor, na terra, sempre foi assim mesmo. E continuará sendo assim. Graças a Deus que essa lei ou praxe providencial se mantém inalterável no itinerário da evangelização das almas.

Faz-me até lembrar o que, numa de nossas pacatas cidades interioranas, aconteceu certa ocasião. Uma senhora, muito religiosa, dessas fanàticamente religiosas, católica-romana de berço, resolveu em dada circunstância, apenas para se ver livre de insistentes e «aborrecidos» convites evangélicos que parentes e amigos da «nova lei» lhe faziam, resolveu ir a um dos cultos evangélicos noturnos a fim de ouvir conhecido ministro de sua família. Foi. Tomou lugar, contrariada, desconfiada e apavorada no íntimo pelo pecado que estava fazendo, segundo o seu conceito. Foi, mas teve um alvitre. Encheria os ouvidos com méchas de algodão, que já levaria de propósito, para não ouvir as heresias do pastor protestante. De fato, enquanto ela tentava fazer a operação desejada, o ministro começou a ler e a explicar ràpidamente aquelas incisivas palavras de Jesús: «Porque todo aquêle que ouvir estas minhas palavras e não praticá-las, será como o louco que fêz sua casa sôbre a areia, e vindo a chuva e os ventos, aquela casa desabou e grande foi a sua ruína» (Mt. 7:26).

Pois êste texto sagrado, ouvido mal-e-mal, foi tudo. A ouvinte não pôde mais descansar. Quis ela mesmo verificar o lugar citado, e obtendo uma Sagrada Escritura, onde Jesús dizia aquilo, achou, e leu e releu; o resto advinha-se. Como sempre acontece, o Divino Espírito Santo agiu naquela alma, que se entregou totalmente a Cristo e, ainda hoje, creio, conserva-se crente das mais fiéis. Eis aí. Um singelo verso bíblico a produzir tão esplêndidos benefícios! É a lei dos contrastes. Deus costuma fazer assim mesmo.

Abri há dias a minha Bíblia e fiquei impressionado com o modo imprevisto e inédito como se deu a penetração, na Europa, do Evangelho, na cidade-chave e militarizada de Filipos, na Macedônia, nos dias de Paulo, o apóstolo (At. cap. 16). Êste pioneiro sentiu-se constrangido pela Providência a mudar repentinamente o seu plano missionário antes traçado, certamente com zeloso carinho. E bem sabemos todos que não é fácil mudar a gente os planos prèviamente feitos! Por igual, o consagrado missionário teve uma visão vívida e marcante, a dizer-lhe que seguisse logo para a Europa. «Um varão macedônio rogava-lhe: Passa a Macedônia e ajuda-nos!»

Com edificante e exemplar atitude de obediência, prosseguiu o grupo veterano a sua obra evangelizadora, e lá se foi para a Europa, em busca dos fatos previstos na visão, certamente muito clara e explícita. Entretanto, outras surpresas os espreitava a todos. Em vez de um varão acharam umas discretas e cautelosas mulheres em local, ao que tudo indica, pouco freqüentado, à beira de um rio, onde Paulo descobriu que o grupo realizava a sua devoção tranqüila e ordeira. E a primeira pessôa convertida em

Filipos não foi um varão mas uma «varôa», de nome Lídia, abastada negociante de Tiatira, que por alí andava sem dúvida fazendo o seu comércio.

Decorreram em Filipos muitos dias, algumas semanas, possìvelmente. O grupo continuava freqüentando o primitivo lugar de oração e daí saia para as ruas anunciando as palavras salvadoras do Evangelho (At. 16:16 e 17). Não consta no texto que os missionários tomassem quaisquer atitudes insólitas ou ostensivamente fortes que pudessem provocar o zêlo religioso das multidões contra êles. Apenas oravam e pregavam. Mas, apesar desta fórma tão modesta e tão inofensiva à vista do povo, surge-nos esta nota histórica, e surpreendente: «...Agarraram em Paulo e Silas, os arrastaram à praça, à presença das autoridades, e levando-os aos pretores, disseram: Êstes homens, sendo judeus, perturbam a nossa cidade» (At. 16:20).

O resto da narrativa é conhecido.

Os pregadores foram apupados pelo povo, odiosa e violentamente e, maltratados, foram presos e metidos a bom recado na cadeia mais segura e mais infecta da cidade. Mas com tudo isso, o Evangelho ganhou a Europa, definitivamente, até hoje.

Dá bem o que pensar e refletir êste pequeno registro das nossas primeiras bandeiras missionárias cristãs no mundo. E eu penso que vale bem a pena meditarmos naquele tempo e nos nossos tempos, naqueles frutos e nas nossas colheitas de hoje, nos maravilhosos efeitos do Evangelho em Filipos de Macedônia, há quase dois mil anos, e nos efeitos relativamente pobres da nossa catequese e ensino atuais nas Cidades, Municípios e Estados do nosso Brasil.

Fico sobremodo impressionado, sim, com a acusação deliberada dos adversários filipenses contra os fiéis pioneiros daqueles dias:

«Êstes homens perturbam a nossa cidade!»

Que elogio e que testemunho!

Certos, exagerados ou apenas interesseiros os acusadores, a verdade é que o Evangelho de Cristo, então proclamado, mobilizou o povo, agitou grupos, revelou demônios, criou ambiente, exigiu pensamento e ação. Na verdade, foi mesmo uma revolução, um alarma, uma fôrça perturbadora, uma profunda e convincente alteração nos hábitos, usos e costumes daquela cidade, onde humildes pregadores iniciaram a tomada da Europa para o Reino de Deus.

E então fico pensando comigo mesmo, apreciando a maravilha da ocorrência, que Paulo não contava, na ocasião, com tan-

tos e tão excelentes recursos que hoje possuimos, templos, catedrais, presbitérios, casas para pastôres, obras de assistência social, seminários, obreiros até já especializados, e Paulo apóstolo conseguiu perturbar uma cidade tôda, alarmando e pondo em pânico o seu povo supersticioso, inquietando almas, apavorando consciências, conturbando interêsses ilícitos e evangelizando um continente imenso!

E eu continuo meditando e pensando comigo mesmo: — Será que hoje nós, Igrejas, nós evangélicos, nós presbiterianos do Brasil, com os recursos e os auxílios adequados que já temos, em contraste com os dias de Paulo, será que estamos de fato perturbando, alterando, alarmando, agitando, pondo em pânico espiritual as nossas cidades, ruas e campos de trabalho?

A pergunta parece-me justa e oportuna, porque devo confessar, honestamente, que sinto como o Divino Senhor, dono da Igreja, e também dono de todos nós seus servos e anunciadores do seu evangelho, essa única fôrça espiritual que verdadeiramente salva almas e vidas, está também perguntando a todos nós, com determinação, se estamos perturbando e alarmando, amotinando e agitando corações, almas e caracteres, afim de trazê-los aos pés da cruz redentora.

Acho de conveniência que todos pensemos conscienciosamente nesta solene e indisfarçável obrigação! Repito: — Precisamos perturbar espiritualmente o Brasil, como Paulo fêz na Macedônia!

Muitas são as razões que exigem êste dever de todos nós.

Antes de tudo, é da índole visceral da nossa fé revelada, da nossa fé de todos os tempos, perturbar almas e pôr em pânico espiritual tôda espécie de gente. As provas disso são quase contundentes. Vejamos o que aconteceu no próprio berço da raça. Enquanto alí no Éden só havia a rumorosa Natureza e só animais, e plantas, e coisas, no Éden o grande adversário das almas não apareceu pessoalmente, na terra recém-criada, não se preocupou com o mundo. Mas, logo que o primeiro casal surgiu,casal crente, com o seu Evangelho, o seu culto e a sua fé, com a sua piedade e as suas ofertas, tudo mudou. O diabo sentiu-se em pânico, perturbado, inquietou-se, apavorou-se, e fêz o que fêz no próprio Paraíso!

Os grandes Patriarcas continuaram a obra perturbadora da fé revelada no meio social e no clima religioso em que atuaram, como foi com Enoque, Abraão, José, Josué e todos os demais adoradores do único Deus Altíssimo. Os profetas seguiram a mesma esteira. Eram os perturbadores de Reinos e Impérios. O Profeta Elias foi mesmo acusado pelo apóstata Acab: «Tu, que és o perturbador de Israel!...» E ainda Jeremias e outros, que provaram até cárceres por serem os perturbadores do seu tempo.

Entrando na nossa era cristã, a primeira coisa que surge é essa perturbação. João Batista começa a sua tarefa e quanta gente ficou alarmada! Herodes e Herodias, sacerdotes e fariseus, povo e soldados, tôda essa gente teve que mudar de vida e de rumo, porque ouviram o perturbador João Batista.

Não foi assim com Jesús? Pois ainda no seu bercinho pobre e anônimo, diz o texto sagrado que pôs em pânico o rei Herodes e tôda a cidade de Jerusalém (Mat. 2.3). E quem não sabe que a prédica, o ensino e as atividades do Senhor foram sempre poderosos fatôres de conturbação espiritual de vidas e consciências fôssem os envaidecidos doutores da lei, ou um orgulhoso fariseu, ou uma pobre desajustada mulher samaritana, ou um Zaqueu astuto e abastado, ou publicanos pecadores de todos os estilos. Certa vez mesmo, de rebenque em mão, fez sair correndo ridicularmente do Templo os seus vendilhões. O ministério de Jesús foi essencialmente de agitação de consciências: «Eu não vim trazer paz, mas espada». «Eu sou como a pedra rejeitada, mas escolhida e de juízo. Quem sôbre mim cair magoar-se-á, e aquêle sôbre quem eu cair, espatifar-se-á». «Vim separar pais e filhos, genros e noras, irmãos e irmãs...»

E através da História Cristã o nosso Evangelho dinâmico é sempre assim, perturbador de vidas e retificador de costumes. Lembremo-nos dos brilhantes e eficazes exemplos de Lutero, que perturbou Papas e Cardeais, Reis e Imperadores, Estados e Continentes; de João Knox, a quem a Rainha Maria da Escócia temia mais do que a exércitos; de João Wesley, que abalou a Inglaterra com a sua prédica e oração; Bunyan num cárcere obscuro, pondo em pânico o próprio trono do orgulhoso Reino Unido; e, no Brasil, Simonton, J. M. Conceição, Miguel Torres, Cerqueira Leite, Boyle, Eduardo Pereira, Herculano de Gouveia, ex-Padre Hipólito, Álvaro Reis e tantos outros pioneiros do nosso Brasil, como souberam perturbar almas, corações e vidas para Cristo!

E nós, hoje? Temo que, num confronto honesto, leal, sincero, profético e atualizado, e levando em conta os já bem apreciáveis recursos que Deus nos tem concedido, em homens, seminários, dinheiro, concílios, organizações, e em circunstâncias e ambientes favoráveis à Evangelização da nossa Pátria, sim, em confronto relativo com o que Paulo e Silas não tinham em Filipos e nós possuimos, temo que não estamos perturbando o Brasil como devemos, como convém, como é necessário, como é indispensável, como é mandato do Senhor, como é, enfim, problema de vida ou de morte para as nossas gerações.

Acredito ainda que devemos perturbar mais e mais o nosso campo de atividade cristã, seja donde fôr e onde estiver, imitando o exemplo dos pioneiros da Igreja Apostólica. Paulo pro-

curou perturbar sempre tudo aquilo que estava perturbando a felicidade real e espiritual das almas, dos homens, das cidades e dos continentes. Foi o que êle fêz em Filipos. Pois no Brasil também há muitos perturbadores ilícitos e danosos, maus e solertes, que precisam ser barrados nos seus passos audazes e na sua desenfreada atividade. Perturbar perturbadores que andam por aí, atirando o pânico nos arraiais da família cristã e jogando a má semente nas almas do nosso povo, é dever de consciência. Êles não são poucos. Judaizantes modernos, antinominianos, obreiros fraudulentos, falsos mestres, legalistas ferrenhos, o paganismo comodista, seitas rotuladas de evangélicas mas realmente heréticas, doutrinadores interesseiros a proclamar um Evangelho condenado pelo apóstolo Paulo, tôda essa gente precisa ser perturbada, posta em pânico e conturbada pelo nosso Evangelho perturbador.

Convém levarmos em conta que o êrro, que deve ser barrado pelo Evangelho, sempre aparece mistificado e camuflado. Lá em Filipos os adversários de Paulo apresentaram como motivo para acusá-lo a defesa dos costumes e hábitos da Nação». Mas, o motivo realmente oculto era outro; era o interêsse, era o lucro ilícito, o negócio duvidoso e indigno, a exploração da pessôa humana, a superstição, a ignorância religiosa, era a religião do mêdo. No Brasil, a política é a mesma, essa política diabólica da falsa doutrina e do falso evangelho.

Hoje damos graças a Deus por aquela perturbação que Paulo provocou em Filipos, porque daí surgiu a salvação de vidas preciosas e a mudança do rumo da própria civilização européia. Peçamos nós, hoje, no Brasil, a Deus que o povo se levante em massa para acusar-nos: «Êstes protestantes estão perturbando o Brasil!». Quando assim acontecer, podemos estar certos de que o Divino Espírito Santo está agindo por intermédio de todos nós e o povo que constitue o seu Reino.

Por outro lado, precisamos nos nossos dias alarmar e pôr em pânico, mesmo dentro dos nossos arraiais cristãos evangélicos, muita alma adormecida, muita consciência insensibilizada, muitos bôlsos, bôlsas, cofres e caixas de bens materiais fechados, muitos pés e mãos de gente parada, muitos caracteres desajustados, muitos lares mal feitos e outros inquietos, muitos negócios ilícitos, lucros criminosos, hábitos e costumes néo-paganizados, muita religião sem piedade e muita piedade sem Jesus.

Lembremo-nos, entretanto, de um fato solene e sério. Se Paulo e seus companheiros puderam perturbar e alarmar o mundo do seu tempo, é que antes de tudo e acima de tudo êles mesmos tinham sido primeiro perturbados e alarmados pela graça celestial, pela atração do Senhor Jesus e pelo poder do Divino Espírito Santo. Sem essa preparação prévia e adequada, êles conti-

nuariam dolorosamente ignorados do Novo Testamento e da História da Igreja. Só pode incendiar quem já está incendiado. Só pode perturbar quem já foi perturbado, convertido e salvo.

Assim, examinemo-nos com humildade, com modéstia, e com boa consciência e peçamos a Deus que dê a todos nós no Brasil, crentes, pastôres, oficiais de Igrejas e obreiros do Reino, novo impulso de fé, de consagração, de aventura, de audácia evangelística, profética e missionária, de modo que se possa dizer da Igreja Nacional, nos dias que correm:

«ÊSTES HOMENS ESTÃO PERTURBANDO O BRASIL COM O SEU EVANGELHO, COM A SUA FÉ, COM O SEU CARÁTER RESPEITÁVEL E COM A SUA RELIGIÃO CONSCIENTE!»

★

Seção de Dogmática

SACERDÓCIO REAL

EARL DUKES ROBERTS

TRAD. DE J. GOULART

A DOUTRINA do sacerdócio de todos os crentes é geralmente considerada como uma das três principais doutrinas da Reforma. Os reformadores, procurando retornar à Igreja do Novo Testamento, perceberam que a doutrina do sacerdócio havia sido tão cruelmente pervertida, quanto as doutrinas da justificação e da soberania. Entretanto, na Igreja Evangélica, pouca atenção, relativamente, tem sido dada à exposição teológica da doutrina do sacerdócio, ao passo que muito se tem escrito tanto sôbre a justificação como sôbre a soberania de Deus. Alguns chegam mesmo a entender que o sacerdócio de todos os crentes não é pròpriamente considerado como um dos pontos cardiais da Reforma ou, mais do que isto, que esta doutrina tem um lugar muito exíguo no Novo Testamento.

No cenário contemporâneo do mundo cristão, uma compreensão melhor da natureza da Igreja e do seu ministério tem vindo a ocupar u'a maior importância. Cristãos de tôdas as denominações e de todos os continentes chegaram a compreender que uma das maiores causas das divisões dentro do cristianismo é a diferença de interpretações da natureza da Igreja e do seu ministério. Se somos membros da Igreja de Jesus Cristo, devemos então ter uma clara compreensão do que é a Igreja. Êste estudo é uma tentativa de contribuir para êste entendimento.

Mas, ao mesmo tempo, é de esperar que êste estudo contribua para uma compreensão mais clara do método de estudo da teologia bíblica. Quando se faz um estudo da doutrina do sacerdócio

dos crentes na Primeira Epístola de Pedro, quase se é forçado, pela passagem, a usar um bom método.

A palavra chave **hierateuma**, «sacerdócio», é usada muito raramente na Bíblia. Esta infreqüência do uso livra de nos perdermos nos detalhes de muitos casos paralelos e também da tentação de ignorar todos os outros usos. Ao mesmo tempo, as passagens em que a palavra é usada são tão claramente relacionadas, que nos forçam a dar cuidadosa consideração às suas relações, se quisermos entender a significação de Primeira Pedro.

Para servir a êste duplo propósito, êste trabalho se limita ao sacerdócio dos crentes na Primeira Epistola de Pedro. Isto significa que importantes tópicos relacionados são deixados de fora. Por exemplo, poderia com razão perguntar-se qual é a natureza dos «sacrifícios espirituais» que o sacerdócio oferece (I Pedro 2:5), mas isto está além do escôpo dêste estudo. Pedro usa ainda nesta passagem estudada outro figura de linguagem, «casa espiritual», mas isto também é deixado de fora, por não interessar imediatamente ao nosso fim. E, porque um pleno conhecimento da natureza da Igreja deve ser baseado num cuidadoso estudo de todas as partes da Escritura e não apenas num autor, não nos foi possível incluir, por exemplo, Efésios 4, neste estudo.

Êste trabalho é um estudo do sacerdócio dos crentes em I Pedro 2:1-10 e é oferecido como uma contribuição sôbre o entendimento da Igreja e como um exemplo do método de estudo da doutrina bíblica.

Fizemos, em primeiro lugar, um estudo da palavra **hierateuma**, usando léxicos e considerando outros casos da palavra, para o fim de determinar a significação básica como é ela usada na Bíblia. Isto é acompanhado de um exame do contexto, em que a palavra é usada, para determinar-se a significação teológica daquelas passagens e a significação teológica da palavra em Primeira Pedro. Na base dêstes estudos, são tiradas conclusões quanto ao valor disto para a Igreja hoje.

Estudo da Palavra. Óbviamente o primeiro passo é estudar a significação da palavra **hierateuma**, que é traduzida por «sacerdócio». Mas, quando se volve aos léxicos, encontramos muito pouco. A palavra evidentemente não era usada no grego clássico, porque Liddell and Scott, no seu léxico, (1) citam sòmente passagens bíblicas, nos lugares em que ela pode ser encontrada, e dão o sentido de «sacerdócio». Moulton and Milligan, cujo léxico (2) se baseia no **koiné** grego do papiro, dão o mesmo sentido e também afirmam que a palavra se encontra sòmente em fontes bíblicas e eclesiásticas. Os léxicos do Novo Testamento de Thayer (3) e de Abbott-Smith (4) concordam com isto, como o fazem igual-

mente os léxicos do Novo Testamento e da literatura cristã de Arndt e Gingrich. (5).

Os únicos maiores problemas quanto à significação básica aparecem quando os maiores comentários exegéticos são consultados. A questão é a seguinte: se a palavra significa o «corpo de sacerdotes» ou o «ofício do sacerdócio». E. G. Selwin, no seu comentário, (6) prefere a primeira forma, enquanto F. J. A. Hort (7) prefere a segunda. Quando estudamos as palavras cognatas, «ofício sacerdotal» parece pertencer a **hierateis** (Lucas 1:9 e Hebreus 7:5, sòmente no Novo Testamento; ver especialmente a passagem de Hebreus). Alguns argumentos de Hort são respondidos por Moulton and Milligan, e por Selwyn, quando êles mostram palavras paralelas no koiné grego em suporte da forma da palavra com a terminação — **ma** e tendo uma significação comparável a «corpo de sacerdotes». E mesmo Hort admite que esta é a sigficação de **hierateuma** em I Pedro 2:9, apesar de que êle insiste na outra significação em 2:5.

À vista de tudo isto, parece certo que devemos entender **hierateuma** em I Pedro 2:5,9, como significando «sacerdócio» e referindo-se à coletividade dos sacerdotes. Esta é a significação básica estabelecida pelos estudos lingüísticos. O passo seguinte será estudar os usos desta palavra na Bíblia.

Referência a uma concordância ou a um bom léxico imediatamente mostra que **hierateuma** é usado no Novo Testamento sòmente nos versos 5 e 9 de I Pedro 2, a passagem que é considerada neste estudo. Portanto, para nosso imediato propósito, deixaremos de tomar em consideração a palavra em outras quaisquer passagens do Novo Testamento.

Uma concordância sôbre a Septuaginta ou algum dos léxicos do Novo Testamento mostram que a palavra é usada sòmente duas vezes nos livros canônicos do Velho Testamento, Êxodo 19:6 e 23:22, e uma nos apócrifos, II Macabeus 2:17. A passagem apócrifa nós pomos de lado por enquanto, porque é muito posterior à outra e servirá para nos dar alguma coisa da história da palavra e do seu uso em Israel, especialmente porque a palavra é usada em tão poucos lugares.

Se voltarmos à passagem em Êxodo, descobriremos que «sacerdotes» é encontrado na Bíblia Portuguesa, no verso 6 do capítulo 19, mas nem «sacerdotes» nem «sacordócio» são encontrados em 23:22. Nossa Bíblia Portuguêsa, aqui, segue rígidamente o texto hebráico. A Versão Septuaginta de 23:22 inclui uma repetição de 19:5-6, bem como 23:22 das Bíblias Portuguêsa e Hebráica. Como ou por que a Septuaginta veiu a incluir esta passagem em 23:22 não nos interessa, uma vez que não existe nenhuma evidência de manuscrito hebráico em apôio de uma leitura mais longa

no capítulo 23. Ficamos com a fato que a única passagem canônica no Velho Testamento Hebráico, para a qual os tradutores da Septuaginta escolheram **hierateuma** é Êxodo 19:6.

Êste verso é lido nestes termos: «Vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa».

A frase hebráica que é traduzida «reino de sacerdotes» é **mamleket hohanîh**, e a portuguêsa a traduz corretamente. O hebráico é evidentemente o **construto de mamlakah** seguido da forma plural de **kohen** no estado absoluto. Sem dúvida nenhuma isto se traduz «reino de sacerdotes». A frase usada em I Pedro, que foi usada pelos tradutores da Septuaginta é **basileion hierateuma** e pode ser entendida ou como dois substantivos ou como um adjetivo e um substantivo. Se lermos como se fossem dois substantivos, então seria traduzido ou «um reino», um sacerdote» ou «um palácio (casa real), um sacerdócio». A palavra **basileion** é usada só uma vez no Novo Testamento fora de I Pedro 2:9. Isto se dá em Lucas 7:25, onde ela é usada como substantivo e traduzida como palácios dos reis». O autor de II Macabeus parece ter tomado a palavra em Êxodo 19:6 como um substantivo, porque êle escreve com uma clara referência à passagem de Êxodo: **to basileion kai to hierateuma** (II Macabeus 2:17), «o reino e o sacerdócio.» Parece também provável que êste entendimento de Êxodo 19:6 se baseia no uso de **basileion, hiereis**, «reino, sacerdotes», no Apocalipse 1:6 e 5:10. Mas, deve-se notar que, mesmo que tanto II Macabeus e Apocalipse entendam **Basileion** como sendo substantivo, êles o interpretam diferentemente, pois II Macabeus o emprega no sentido de «soberania».

A palavra **basileion**, contudo, é bàsicamente um adjetivo, e parece melhor entendida assim em I Pedro 2:9. Pedro usava uma série de substantivos-adjetivos para descrever a Igreja, e **basileion hierateuma** está no meio destas frases. O fato que as outras estão na ordem substantivo-adjetivo em vez de adjetivo-substantivo não é decisivo aqui. Pedro estava citando frases da sua Escritura, e isto determinava a ordem de suas palavras. A sua inteligência de Êxodo 19:6 parece ter sido que a passagem significava «sacerdócio real, nação santa». Deve-se notar nesta conexão que no versículo 5 êle descreveu o sacerdócio como «santo». O adjetivo «santo» significando separado do uso comum para o sagrado não é diferente de «real», significando dedicado ao serviço do rei, que, neste caso, é Deus.

O estudo da palavra **hierateuma**, então, estabelece duas coisas. Em primeiro lugar, ela se refere ao corpo de sacerdotes, ao grupo encorporado, e é melhor traduzida por «sacerdócio». Em segundo lugar, não resta a menor dúvida de que Pedro estava conscientemente e deliberadamente usando a fraseologia de Êxodo 19:6.

Isto indica o próximo passo na busca da significação de **hierateuma**: estudar o uso telógico de Êxodo em I Pedro. A palavra estudo mostra que não há outro meio para se alcançar uma compreensão melhor do sacerdócio real.

Estudo Teológico. A passagem em I Pedro 2:1-10 contem os dois únicos casos da palavra **hierateuma** no Novo Testamento. Esta passagem é uma secção de profundo ensino doutrinal concernente à natureza da Igreja, e êste tema central deve ser conservado em mente. Duas citações servirão para dar ênfase a isto. Selwyn, em um dos capítulos introdutórios ao seu comentário, diz:

> . . . apesar de que a palavra **Igreja** não aparece, o fato em si permeia a Epístola. É o reduto da teologia e ética da Epístola. (8)

Êste autor, que gastou tanto tempo e esfôrço no estudo desta epístola e que produziu um dos maiores comentários sobre I Pedro, reconhecia a centralidade da Igreja no pensamento da epístola. Também K. L. Schmidt escreveu no «Kittels Theological Word-Book of the New Testament»:

> . . . I Pedro, apesar de Paulina na sua posição geral, não obstante difere de Paulo em não usar a palavra **ekklesia**; esta Epistola contem uma análise particularmente rica da natureza da **ekklesia** de Deus. (9)

Êste autor, escrevendo um longo artigo sôbre a significação teológica da palavra **ekklesia** no Novo Testamento, dá atenção a I Pedro 2:1-10, a à nossa passagem particularmente, porque ela trata da Igreja.

A divisão da passagem (I Pedro 2:1-10) é como segue:

1-3. É uma secção transicional da precedente parte exortatória para a parte mais estritamente doutrinal;

4-5. É a proposição central da secção, que é expandida nos versículos 6-10.

6-8. Toma a idéia de «a pedra que vive» e «pedras vivas» de 4-5a e expande o que diz o Velho Testamento.

9-10. Apanha a idéia do «sacerdócio santo» do verso 5 e desenvolve o tema à luz do Velho Testamento.

A nós, nos interessa, principalmente, os dois últimos versos.

O verso 9 lê-se assim: «Vós, porém, sois a raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz».

Esta sentença é uma combinação de duas citações do Velho Testamento. Estas citações são evidentemente escolhidas, porque é impossível crer que elas não fôssem tomadas deliberadamente com o propósito de expor o conteúdo teológico das duas maiores passagens de onde foram tiradas.

A primeira destas passagens é, como já vimos, Êxodo 19:5-6. Nesta passagem, os filhos de Israel, recentemente libertados do cativeiro do Egito, chegaram ao Monte Sinai, e Deus está a ponto de fazer um pacto com o seu povo escolhido. O Senhor fala a Moisés, para que êle fale ao povo:

«Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz, e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos: porque tôda a terra é minha; vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa».

A outra passagem que é usada em I Pedro 2:9 é Isaias 43:19-21. Esta passagem fala da libertação do povo de Israel do cativeiro da Babilônia. A palavra de Deus a seu povo promete:

«Eis que porei um caminho no deserto, e os rios no ermo. Os animais do campo me glorificarão, os chacais e os filhos dos avestruzes; porque porei águas no deserto, e rios no ermo, para dar de beber ao meu povo, ao meu escolhido, ao povo que formei para mim, para celebrar o meu louvor».

A íntima relação verbal entre I Pedro 2:9 e Isaias 43:20-21 não é tão clara na versão portuguêsa como o é na grega. Mas uma comparação do grego do Novo Testamento com a Septuaginta mostra esta íntima relação.

Pedro escolheu passagens descritivas do Velho Testamento, que estão relacionadas com os dois maiores eventos da vida do povo de Deus, antes do nascimento de Jesus. Êstes dois *foci* da história do Velho Testamento e da teologia são: 1) o Êxodo e o Pacto, e 2) o Exílio e a Restauração. Ambos êstes eventos foram atos de Deus para redimir o seu povo e para revelar o seu propósito mediante êle. E foi destas duas importantes passagens relacionados com aquêles dois eventos da maior importância que Pedro escolheu a sua fraseologia. Isto certamente não foi acidental. É evidente a conclusão de que êle, deliberadamente, escolheu os seus termos, com o propósito de dar à sua mensagem todo o peso daqueles eventos redentivos na vida do povo de Deus. Mas, é importante notar que Pedro mudou uma coisa. Os tempos dos verbos no hebráico estão no imperfeito (futuro na Septuaginta), falando de uma ação incompleta, de alguma coisa que ainda virá. Mas Pedro usou uma sentença nominal falando de simples identificação, «vós sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus». O que, no Velho Testamento, o povo de Deus viria a ser, Pedro diz que a Igreja de Jesus Cristo é. A Igreja Cristã é o verdadeiro Israel. Deus escolheu um povo para Si, a fim de que êste proclamasse os seus maravilhosos feitos entre as nações da terra. Êle chamou um povo para si mesmo, para que êste fôsse o seu instrumento neste mundo.

Êste povo é a Igreja Cristã. O propósito para o qual Deus libertou Israel do Egito e o trouxe da Babilônia está agora sendo cumprido em, e por meio da Igreja de Jesus Cristo, o verdadeiro Israel.

Resta dizer, entretanto, exatamente qual a significação disto para a Igreja hoje. Já se afirmou que, de acôrdo com I Pedro, a Igreja Cristã é o verdadeiro Israel. Mas que significa isto e, qual, à luz disto mesmo, é a significação do «sacerdócio real?»

Quando consideramos a significação e a relevância do sacerdócio, há três questões que precisam ser respondidas. Primeiro, que é o que dá ao sacerdócio sua validade, por cuja autoridade êle opera? Segundo, qual é a composição do grupo que constitui o sacerdócio? E terceiro, quais são as funções do sacerdócio; que deveres realizam os membros do grupo? Procuraremos agora responder a cada uma destas perguntas.

Contudo, uma advertência deve ser feita neste ponto com respeito ao método. Procurando responder a estas perguntas, precisamos ser cuidadosos no formular nossas respostas, sujeitando-as à base do trabalho que nos trouxe a êste ponto. É muitas vêzes fácil realizar o nosso estudo exegético através dos estágios da palavra estudo, da análise sintática e das relações contextuais, mas, depois, abandonar êste fundamento, quando procuramos tornar relevante todo o estudo. Mas se desejamos que a nossa teologia e a nossa pregação sejam bíblicas no seu conteúdo, e acredito que não há dúvida sôbre isto, então precisamos ser cuidadosos no responder às nossas questões e preencher os nossos esboços com material dos nossos estudos exegéticos. De fato, até mesmo as questões e os esboços devem finalmente ser determinados por cuidadoso estudo bíblico.

Voltando às questões que formulamos concernentes ao sacerdócio, a primeira é a questão da vitalidade do sacerdócio. Êste sacerdócio que serve a Deus, o Rei, recebe sua validade da atividade de Deus em Cristo. I Pedro 2:4-5, o tema desta pasagem, diz:

«Chegando-vos para êle, a pedra que vive,... também vós mesmos, como pedras que vivem, sois edificados casa espiritual para serdes sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por intermédio de Jesus Cristo».

Tôda esta asserção está controlada pela frase concluinte — «por intermédio de Jesus Cristo». É sòmente quando as «pedras» se chegam à «pedra que vive» que elas se tornam «pedras que vivem». O sacerdócio recebe a sua validez da redenção operada por Jesus Cristo, o Sumo Sacerdote. Assim como os filhos de Israel, no Monte Sinai, estavam em processo de se tornar uma nação sòmente porque Deus os tinha tirado da escravi-

dão do Egito, assim também o sacerdócio real é tal, porque Deus os chamou da escravidão do pecado. Fora desta atividade de Deus não há sacerdócio. A não ser numa vital, numa viva relação com «o sumo-sacerdote que penetrou no céu», nenhum sacerdócio tem qualquer autoridade.

Êste é o ponto em que há muitas vêzes u'a má super-simplificação da doutrina do sacerdócio de todos os crentes. Comumente se diz que esta doutrina significa que cada um é o seu próprio sacerdote, isto é, que êle tem direto acesso a Deus sem necessidade de qualquer mediador. Mas é sòmente quando o indivíduo vive numa relação vital com o nosso Sumo Sacerdote, que se ofereceu a si mesmo como nosso sacrifício e que agora intercede por nós, que êle tem acesso a Deus. Não precisamos de nenhum outro mediador senão Jesus, mas nós nos aproximamos de Deus sòmente mediante Jesus, aceitando sua redenção para nossa salvação. O sacerdócio recebe a sua validade da atividade de Deus em nosso favor. O sacerdócio existe, porque Deus o chamou à existência mediante o que êle fêz no Egito, na Babilônia e no Gólgota.

A segunda questão a respeito do sacerdócio é a que se refere à composição do grupo. Não há nenhum indício nesta passagem de que qualquer grupo dentro da Igreja tenha sido posto de parte, para que seus membros sejam sacerdotes dos outros. Há anciãos no capítulo cinco, mas êles são exortados a serem pastôres, não mediadores. Há oficiais dentro da Igreja, há diferenças na maturidade e responsabilidade entre indivíduos, mas I Pedro não fala de qualquer grupo dentro da Igreja servir de sacerdote para os membros comuns. Ao contrário, a carta é dirigida «aos eleitos que são forasteiros da Dispersão», e isto significa todos aquêles que pela graça têm respondido à fé em Jesus Cristo. O sacerdócio existe sòmente pelo chamado de Deus, mas êle é composto de todos os que respondem àquele chamado, não apenas de alguns dêles.

Êste é outro ponto em que tem havido muitas vezes u'a má super-simplificação da significação desta doutrina. Já vimos que ninguém é realmente sacerdote, a não ser que esteja numa vital relação com Jesus Cristo. Nesse sentido tôda religião do sacerdote deve ser uma experiência de sua própria alma. Mas «pessoal» e e «individual» não são a mesma coisa, e muitas vêzes as duas se confundem. Vida em Cristo é uma amizade pessoal com o Senhor Vivo, mas nenhum sacerdote pode ter esta vida, a menos que seja um membro ativo do sacerdócio. Os nomes em I Pedro 2:9 são grandes coletivos: raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus. Ou, para usar a outra figura desta passagem, ninguém pode ser uma pedra viva senão quando se chega para a Pedra Viva e é edificado casa espiritual.

Como matéria de fato, o único verbo finito em I Pedro 2:4-5 é oikodomeisthe, «sois edificados». É impossível que uma pedra entre na construção de uma casa sem que esteja numa relação essencial com as outras pedras. Todo sacerdote deve estar relacionado com o Sumo Sacerdote e com todos os outros sacerdotes. Sòmente quando um indivíduo é membro do sacerdócio, pode ser um sacerdote.

Nossa terceira questão diz respeito às funções do sacerdócio. Quais são os deveres que êle desempenha? O sacerdócio real recebe a sua validade da atividade de Deus, especialmente em Cristo, e os seus membros são todos os que respondem àquela atividade. As funções do sacerdócio são definidas pela sua instituição no Velho Testamento. E aqui devemos ser cuidadosos no exame dos deveres do sacerdote no velho Israel, para que não nos prejudiquemos pensando sòmente nas perversões do ofício.

O sacerdote do Velho Testamento tinha um duplo dever: ensinar e interceder. Usualmente, quando falamos do sacerdote, lembramos da sua função em conexão com o sacrifício. Mas cometeremos um engano se imaginarmos que a teologia do sacrifício era o meio pelo qual o sacerdote ou o adorador manipulavam Deus. Deus não era induzido a fazer ou a mudar qualquer coisa por causa do sacrifício sacerdotal. O sacrifício era oferecido depois da ação divina e porque o sacrifício era o meio apontado de correspondência àquela atividade. E o papel do sacerdote aqui era o de intercessão pelo ofertante diante de Deus, ou pela nação como um todo. O sacerdote representava o adorador diante de Deus.

Na Igreja Cristã, o sacerdócio real desempenha, agora, esta função. Mas algumas modificações aparecem neste ponto. Primeiro, nós não representamos sòmente o número de pessoas escolhidas, mas as nações que não são sacerdotes. Todos os crentes (povo de Deus) são sacerdotes. E a Igreja Cristã guarda a mesma relação para com o povo não-cristão do mundo, que os sacerdotes do Velho Testamento tinham para com os outros israelitas. E, segundo, nós somos sacerdotes, porque Jesus é nosso sumo-sacerdote, e o seu sacrifício foi êle próprio. Nós também apresentamos a nós mesmos a Deus, o Rei, como nosso próprio sacrifício em favor daqueles a quem representamos.

O sacerdote do Velho Testamento, além de ser um intercessor, era também um mestre. Êle ensinava a lei e as ordenanças do Senhor ao povo. Ensinava o povo a aplicar a obra de revelação de Deus à vida diária. E êle era, para aquêles em cujo meio vivia, um constante despertador da santidade de Deus. Ao expressar isto em hábitos definidos da vida, êle os chamava também

à santidade, porque Deus é santo. Ao passo que êle representava os homens diante de Deus, também representava Deus diante dos homens.

Êste lado de nossa responsabilidade como sacerdotes está perfeitamente estatuído em I Pedro 2:9, «a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz». O sacerdócio real claramente deve ser uma igreja missionária; deve ser uma igreja docente.

Conclusão — Já se disse bastante para avaliarmos a significação do sacerdócio real para nossa compreensão da Igreja. Podemos ter pouca paciência com aquêles que insistem em que há pouca ou nenhuma base neo-testamentária para a doutrina do sacerdócio de todos os crentes. Se, de fato, ela não aparece em nenhuma outra parte, I Pedro a apresenta tão fundamentada dentro da fé redentora e reveladora de Deus, no Velho Testamento, que deveríamos apegar-nos a ela. O sacerdócio real está claramente ligado ao verdadeiro propósito da chamada de Deus do seu povo para si mesmo.

Ao mesmo tempo devemos ser cuidadosos no definir as nossas próprias tarefas dentro da Igreja à luz desta doutrina. Isto se refere especialmente a nós que somos ministros da Palavra. É nossa responsabilidade instruir e conduzir. Precisamos ajudar os crentes a descobrir a responsabilidade que êles têm como sacerdotes, e devemos, quando necessário, transferir-lhes qualquer autoridade ou ofício que pertence a êles, de direito, mas de que nos possamos apossar para nós mesmos. Há diferentes ofícios dentro da igreja, e há vários dons do Único Espírito. Mas nós somos todos sacerdotes. Somos um sacerdócio real.

* * *

NOTAS

1. H. C. Liddell and R. Scott, «A Greek-English Lexicon». (Ninth edition; Oxford: Oxford University Press, 1940.

2. W. F. Moulton and G. Milligan, «The Vocabulary of the Greek Testament», (London: Hodder and Stoughton, 1914).

3. Joseph Henry Thayer, «A Greek-English Lexicon of the New Lexicon of the New Testament» (New York: American Book Co., 1889).

4. G. Abbott Smith, «A Manual Greek Lexicon of the New Test.» (Third edition; Edinburgh; T. & Clark, 1937).

5. William F. Arndt and F. Wilbur Gingrich, "A Greek-En-

glish Lexicon of the New Test. and Other Early Christian Literature» (Chicago: The University of Chicago Press, 1957.

6. Edward Gordon Selwin, «The First Epistle of St. Peter» (Second edition; London; MacMillan and Co., Ltda., 1947.

7. F. J. A. Hort, «The First Epistle of St. Peter, I. 1-II. 17 (London: MacMillan and Co. Ltda., 1898.

8. Selwin, **op. cit.** pp. 81 ss.

9. Karl Ludwig Schmidt, «The Church» (Vol. II in **Bible Key Words** de Gerhard Kittel's **Theologisches Worterbuch zum Neuen Testament,** trad. e editado por J. R. Coates. London: Adam and Charles Black, 1950), pág. 32.

★

A REALEZA DE JESUS: — «O Cristo cósmico, que não é só o Senhor da Igreja, mas também o Senhor do universo; presente, ainda que invisível; a quem todo o poder foi dado no céu e sôbre a terra (Mat. 28:18); que saiu vitorioso de tôdas as potestades (Col. 2:15); a quem foi entregue o domínio de tôdas as coisas (Ef. 1:12) e que nós como o proclamaram os apóstolos. As palavras de Comênio, proferidas no «Testamento da Unidade dos Irmãos», aguardam ainda seu cumprimento: «Cristo deverá achar entre vós não só um púlpito para o seu ministério profético, não só um altar para o seu ministério de sacerdote e bispo, mas também o trono e o cetro, atributos de sua realeza! Eis por que nos sentimos no dever de dar um especial testemunho do Cristo-Rei e de interpretar corretamente a significação universal da história da salvação. Isso não quer dizer que tenhamos de olvidar o Cristo Profeta e Sacerdote, mas que devemos tentar descobrir de novo a realeza de nosso Senhor, Profeta e Sacerdote». W. A. Visser't Hooft: «A Realeza de Jesus Cristo», pg. 18.

O PAPEL DO LEIGO CRISTÃO NA IGREJA E NO MUNDO

JOAQUIM BEATO

UM dos característicos desta época turbulenta, em que a Igreja Cristã está sendo obrigada a reestudar sua natureza, sua estrutura e, em alguns lugares, seu direito à própria existência, é a nova ênfase no papel do leigo.

Há evidências inegáveis de que êsse assunto tem estado em foco até na Igreja Romana, em que pese sua rígida estrutura e o caráter rìgidamente hierárquico do apostolado, na concepção dessa igreja. A aceitação de um "apostolado leigo", se bem que simplesmente como auxiliar da hierarquia no apostolado dela, considerado o único no sentido real, demonstra que, seja pelo impacto das igrejas protestantes e de sua doutrina do "sacerdócio universal", seja pela pressão e exigência das novas estruturas sociais, ao reestudar seus princípios e métodos de ação, a Igreja Romana não pode fugir à necessidade de redefinir a posição do leigo, também.

No Protestantismo, o papel do leigo tem de ser estudado, forçosamente, à luz da doutrina do "sacerdócio universal". E é uma nota de grande esperança para o nosso movimento a retomada de consciência, evidente em nossos dias, do fato de que leigos e ministros formam, juntos, o "Povo de Deus", o "sacerdócio real", da afirmação de São Pedro (I Ep. 2:9).

A doutrina do "sacerdócio universal" não é uma invenção protestante. Vem do Novo Testamento. São Pedro, "aos eleitos que são forasteiros da Dispersão", diz: "Vós... sois edificados casa espiritual para serdes sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais... Vós... sois raça eleita, sacerdócio real, povo de propriedade exclusiva de Deus..." (I Ep. 1:1; 2:5,9).

A expressão: "sois edificados casa espiritual", leva-nos, através do Novo Testamento, à afirmação de Jesus: "Destruí êste santuário, e em três dias o reconstruirei" (João 2:19). E o autor do evangelho acrescenta: "Êle, porém, se referia ao santuário do seu corpo" (ibid. vers. 21), isto é, ao seu corpo da ressurreição, a Igreja, santuário do Deus vivente (II Cor. 6:16). Foi êsse o novo templo que Jesus levantou, nos três dias

de sua morte e ressurreição. sôbre as ruínas do sacerdócio levítico (Voc. Bib., 262).

A expressão: "sois raça eleita. sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus", leva-nos, através do Velho Testamento. à vocação de Israel: "Agora. pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz. e guardardes a minha aliança. então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos... vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa" (Exod. 19:5.6). A mudança dos tempos verbais. do futuro, em Êxodo, para o presente, em I Pedro, é importante. porque implica que o que Israel haveria de ser. dentro de certas condições. a Igreja o é, em Cristo (Cf. Apoc. 1:5.6; 5:9.10).

Mas o que nos levou a citar essas passagens é que elas nos conduzem à conclusão insofismável de que o sacerdócio santo e real a que se referem é um sacerdócio corporativo. isto é, que pertence à comunidade cristã enquanto comunidade. Assim como não se refere jamais ao indivíduo a expressão "Corpo de Cristo". assim. também. jamais se refere ao cristão. como indivíduo. o "sacerdócio universal". Não se encontra em todo o Novo Testamento qualquer referência a um ministério sacerdotal de indivíduos, exceto o de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Em consequência do que afirmamos acima. a distinção entre ministros e leigos deve ser considerada uma diferença de função e não de dignidade. Ministros e leigos constituem o "laós" de Deus, a "nação santa". Qualquer tendência a fazer do ministro um sacerdote. segundo o modêlo da Antiga Dispensação. e do leigo a parte comum e até profana da Igreja, falseia e contradiz o ensino claro do Novo Testamento.

Para entrar mais diretamente a tratar da função do leigo na Igreja, tomemos, outra vez um texto da 1.a Epístola de S. Pedro: "Pedro. apóstolo de Jesus Cristo. aos estrangeiros dispersos no Ponto, Galácia e Bitínia...." (1:1) — Pedro caracteriza os cristãos a quem dirige sua epístola como "estrangeiros dispersos". Na realidade. poucas expressões seriam mais felizes para exprimir a situação da Igreja no mundo.

A dispersão começou em Jerusalém (Atos 11:19) e de maneira providencial. A vida da Igreja naquela cidade era de tal modo satisfatória que. por certo. os cristãos esqueceram que a ordem era ir por todo o mundo. Não lhes agradava tomar espontâneamente o caminho da *dispersão*, quando suas aspirações cristãs se estavam satisfazendo de maneira tão completa naquela reunião. São Lucas. que escreveu mais tarde sua história de como o Evangelho foi levado de Jerusalém a Roma. ainda poude recolher reminiscências bastantes para evidenciar o poder. a graça e a alegria que reinavam na Igreja mãe. nos dias do começo. reminiscências que são evidência também de que quando êle escreveu Atos ainda se olhava com saudade para os dias de Jerusalém.

Deus dera ao homem. na criação. a ordem de encher a terra, e os homens começaram a construir uma cidade em que ficassem reunidos.

para impedir a sua dispersão. Então, Deus desceu e os espalhou contra a sua vontade. O mesmo se deu com a Igreja. Jesus dissera: "Ide por todo o mundo", e a Igreja se estava concentrando em Jerusalém, fugindo à dispersão. Começou, por isso, a perseguição que culminou na morte de Estevão. Daí para cá os cristãos têm sido em tôda parte nada mais que "estrangeiros dispersos".

Na explicação da parábola do trigo e do joio (Mat. 13:36-43). "o campo é o mundo e a boa semente são os filhos do reino". Semeiar e dispersar são, neste caso, sinônimos. É bom ver que quem semeia a boa semente, quem espalha os filhos do reino, é o Filho do Homem. E é o próprio Filho do Homem que, na sua vinda, enviará os seus anjos, os quais ajuntarão os seus escolhidos desde os quatro ventos, de uma à outra extremidade do céu (Mat. 24:31). O texto deixa entender que, na Segunda Vinda, a dispersão terá atingido o seu clímax, e que só então se dará a reunião, a congregação definitiva, por vontade do Senhor da Igreja.

A conclusão natural de tudo isso é que, pela vontade do Senhor, a Igreja, neste período que vai do Pentecostes à Segunda Vinda, é uma outra Diáspora; os cristãos são "estrangeiros dispersos" em todo o mundo. E mais, que a missão da Igreja só pode cumprir-se através dessa Dispersão, os filhos do reino sendo a boa semente, o sal da terra.

Se essa conclusão for certa, então poderemos derivar dela algumas consequências que nos ajudem a definir o papel do leigo, na Igreja.

1. A primeira consequência é que é durante a semana que a Igreja está, de fato, na sua verdadeira situação. O domingo, como comemoração da Ressurreição e antecipação da Segunda Vinda, passará a ser visto em função dos outros seis dias, e não os outros seis dias em função do domingo. Quer isso dizer que o domingo será o dia em que, na Santa Ceia, na pregação e nos demais atos do culto, reentraremos em contato com o centro dinâmico da vida da Igreja, o Cristo morto, sepultado e ressurreto; re-apreenderemos, à luz da missão eterna de Cristo, o sentido da missão da Igreja para os dias atuais; e, à luz da missão da Igreja para os dias atuais, renovaremos o senso da nossa missão para os seis dias da semana.

2. A posição do ministro, que é central no domingo, quando a Igreja está reunida, passa também a ser vista em função de sua importância para os dias da semana, quando a Igreja está dispersa, isto é, quando esta volta à sua situação real. É preciso que o ministro esteja à altura de dar, pela prègação, aos leigos, uma perspectiva exata da posição de cada cristão na estratégia missionária global da Igreja. Se comparássemos a Igreja a um exército, lutando em centenas de frentes diversas, a Igreja local seria uma espécie de pelotão, com soldados ocupando diferentes trincheiras. A reunião do domingo seria a vinda ao arsenal, competindo ao ministro prover o mesmo de tôdas as armas necessárias às lutas de todos

os soldados do pelotão. Se quiséssemos expressar de outra maneira a função do ministro à luz de sua importância para os seis dias da semana, usando ainda a figura de um exército, poderíamos dizer que os leigos são a vanguarda e os ministros a retaguarda, suprindo a frente não só de armas mas de alimento. Não é preciso dizer que, por mais importante que a retaguarda seja, a luta se trava é na vanguarda. Quer dizer, são os leigos, nos seis dias da semana, nos seus diferentes que-afazeres, nas suas diferentes ocupações, que, não só recebem em cheio o impacto das fôrças hostis do mundo, mas têm a responsabilidade de fazer de seu lugar, na sociedade e no mundo, uma cabeça de ponte do reino de Deus.

3. Se a Igreja é a missão, e se, como vimos expondo, a missão é a Dispersão, ministros e leigos somos todos missionários, somos todos enviados ao mundo. É evidente, porém, que o ministro tem menos possibilidade de chegar diretamente ao mundo, não só devido à suspeição das massas, como também à sua própria linguagem, necessàriamente carregada do passado da Igreja, contendo, portanto, elementos de uma tradição completamente estranha para os de fora. É através da interpretação dos leigos que sua mensagem se torna eficiente e relevante para a situação atual e para o homem contemporâneo sem ligação com o passado da Igreja, isto é, estranho à história e à experiência do povo de Deus.

É o leigo, portanto, que tem ampla possibilidade de chegar ao mundo, e neste sentido, êle é que é o verdadeiro missionário. Porque o leigo, faz parte na Igreja, a comunidade guiada pelo Espírito Santo; mas também faz parte de sindicatos, de grupos profissionais, artísticos, literários, desportivos, grupos econômicos e sociais, que são orientados por um espírito muitas vêzes anti-cristão de egoísmo e exclusivismo. É uma dupla cidadania que envolve uma tensão terrível e constante, muitas vêzes quase insuportável. Por isso o leigo se torna o campo de batalha de espíritos em conflito (Ef. 6:12-7), e é nele e por meio dêle que se trava a luta verdadeira pelo reino de Deus.

Para continuarmos a usar a figura de um exército, afirmamos mais uma vez que o leigo está colocado na vanguarda. Mas a participação num exército envolve certas coisas que são também verdadeiras da participação do leigo na Igreja.

Nenhum soldado pode lutar sozinho. Sempre faz parte de uma unidade, que luta não só dentro de um plano e com um objetivo comum, como também, por assim dizer, em verdadeiro companheirismo. Eis onde a Igreja, a comunidade cristã é uma necessidade imprescindível para o leigo. Não há cristão sozinho. Pelo menos, em todo o Novo Testamento, cada novo cristão era "agregado" à Igreja. Na oração dominical (Mat. 6:9-13; Luc. 11:2-4), Jesus é a videira, os cristãos são as varas (Jo. 155; a Igreja é um edifício, os cristãos são as paredes (Ef. 2.20-22; I Ped. 2:4,5); a Igreja é um corpo, os cristãos são os membros (Ef. 4:15, 16; I Cor. 12; 12-27); tôdas essas figuras falam de associação,

comunhão, de uma totalidade maior de que o cristão forçosamente participa.

O Moral do soldado se mantém com a ajuda da disciplina. Sem disciplina o soldado não toleraria a terrível tensão da batalha. As regras de disciplina da vida cristã, já experimentadas na comunidade servem para manter o moral do cristão em sua luta. Estudo da Bíblia, oração, prática da piedade cristã, ajudarão o leigo a se manter em forma, nos seis dias da semana, para as responsabilidades da sua luta, para o fogo de sua trincheira,

Mas não só a disciplina. O soldado precisa de tomar fôlego de vez em quando. Precisa haver uma regularidade entre descanso e reengajamento. O cristão necessita também dêsses retiros. E aqui aparece, de novo, a função do domingo; e não só do domingo, mas de reuniões como esta e até de comunidades e fraternidades leigas ou mistas. Moisés estêve no deserto; Elias estêve no deserto: João Batista estêve no deserto; Paulo estêve no deserto; Jesus estêve no deserto: e convidou, certa vez, seus discípulos para o deserto, para descansarem (Marc. 6:30-32). Necessitamos dos retiros, dos desertos, do repouso, para repensar nossa tarefa e seus métodos, para renovar as energias, para rever a nossa luta pessoal à luz da luta total da Igreja.

O perigo é transformar o retiro em um fim em si mesmo. Transformá-lo numa espécie de defesa, de refúgio, de deserção disfarçada. Todos os vultos bíblicos citados acima procuraram o deserto no início ou num momento crítico de suas carreiras, mas unicamente como uma necessidade imposta pela própria luta ou como preparação para a mesma, nunca para se esconderem.

Se tivessemos de decidir entre um ativista, que não dá valor aos retiros, e um contemplativo, que faz da oração e do retiro seu único trabalho, não teríamos mêdo de afirmar que o ativista está mais perto do exemplo de Cristo que o contemplativo. Mas o ideal continua sendo um ritmo regular de ação e retiro, de descanso e reengajamento, para voltarmos à figura militar.

O leigo é, pois, a fronteira onde se desenvolve o diálogo entre Cristo, por meio da Igreja, e o mundo, representado na estrutura social e cultural de que o leigo participa. Podemos afirmar que êle é o instrumento mais eficiente de comunicação entre essas duas ordens. E é por meio dêle que o Reino vai irrompendo no mundo e abalando os seus alicerces, e derribando as suas fortalezas.

Sem o leigo, a Igreja estaria fechada num monólogo. Porque, se bem que nela esteja contida a promessa de uma linguagem universal, ela não pode livrar-se da contingência de expressar-se na linguagem de uma cultura particular, de uma particular "weltaunschaung", cosmovisão. A Igreja não se pode expressar numa linguagem de anjos, porque se compõe de homens; e se dirige a homens, radicados numa situação histori-

ca, que limita e define não só o seu vocabulário como a sua captação e particular configuração da condição humana. As formas das culturas judaica e helenista por meio da qual a Igreja do primeiro século interpretou para nós, de maneira definitiva, e evento Cristo, poderiam condenar a Igreja a constantemente prègar no deserto, sem eco e sem relevância, não fôsse o caso de sua pregação, mesmo nas suas mais difíceis formulações teonológicas, encontrar sempre na tradução que dela faz o leigo, na sua ação e no seu testemunho, uma maneira de influir no mundo, de provocar uma resposta, de se tornar relevante. Assim a linguagem estranha da Igreja, forçosamente presa a uma tradição multissecular, cujos temas centrais já estão indissoluvelmente ligados a determinadas expressões formais, deixa de ser apenas lida ou ouvida, para ser vista em operação no leigo. A mensagem cristã passa assim a desafiar o mundo e a exigir uma decisão, onde quer que se encontre um membro do corpo de Cristo.

Até aqui temos afirmado que o leigo participa, por um direito, que Cristo lhe deu a que ninguém pode tirar, do sacerdócio universal da Igreja; que nele se realiza mais plenamente a Dispersão, por meio da qual aprouve a Deus que a Igreja cumprisse a sua Missão; que o leigo é a vanguarda do exército cristão; e que é o meio mais eficiente de a Igreja estabelecer um diálogo com o mundo, lançando o desafio da fé cristã e demonstrando a urgência de uma decisão, de maneira inteligível e relevante.

Se nossas afirmações até aqui podem considerar-se verdadeiras e bem fundamentadas, é tempo de nos voltarmos agora para analisar as suas consequências para a vida da Igreja reunida, da Igreja em retiro, dominicalmente.

Aqui, a primeira coisa a chamar a atenção é a passividade do leigo no culto. É preciso reconhecer o direito que o leigo tem de tomar uma parte mais ativa na liturgia de sua Igreja. Forçoso é reconhecer que não podemos repetir a experiência da Igreja de Corinto (I Ep. 14:26-40); mas a uma liturgia em que o leigo não faz mais que pôr-se em pé e sentar-se, e ouvir e dizer "amém", é de preferir-se, talvez uma liturgia pentecostal, porque se bem que esta não represente exatamente o tipo néotestamentário, é pelo menos uma reação contra o sacerdotalismo liturgico que vicia muitas de nossas tradições eclesiásticas. A reforma litúrgica, que enfatiza a vida sacramental da Igreja, não pode esquecer a necessidade de enfatizar também que é preciso dar, no culto, maior expressão à doutrina do sacerdócio universal.

O ministério devia ser preparado para agir em coerência com essa doutrina também. O ministro é o homem que os leigos sustentaram nos estudos e sustentam no trabalho para servir de élo entre a igreja local e a Igreja Universal, pois êle teve o privilégio de imbuir-se da tradição cristã através dos seus estudos teológicos. O fato de ter um ministro as-

sim preparado capacita uma igreja local a estar cônscia não apenas de seus elos horizontais, com a denominação e a tradição eclesiástica particular, mas também de suas conexões verticais, que a ligam, através das igrejas de cada século, à igreja do primeiro século e ao instante inicial em Cristo, interpretado pelos apóstolos. Isso quer dizer que o ministério só tem sentido quando olhado intra-muros. Extra-muros todos somos o "laós" de Deus. E o ministro será tanto mais eficiente, portanto, quanto mais êle faça daquela tradição de que se abeberou nos seminários, um patrimônio comum de sua comunidade. Quanto ao serviço da Igreja, na Missão e no Culto, êste é tanto dêle como do menor membro de sua comunidade.

* * *

Não se pode negar que essas reflexões sejam um tanto desconexas. Mas de tudo o que acabo de dizer, julgo que o mais importante é a ênfase no caráter de Dispersão que a Igreja tem, entre a primeira e a segunda vindas de Cristo. Se enfatizarmos suficientemente a dispersão, estaremos sempre cônscios do papel imprescindível e vital que ao leigo incumbe na Igreja de Deus.

*

MISTERIUM CHRISTI: — «Vós vos lembrais da referência à crucificação que se encontra em um livro de Richard Jefferies intitulado BEVIS; A HISTÓRIA DE UM MENINO. A crucificação feriu profundamente seus sentimentos; os cravos cruéis; a espada insensível; o pequeno olhou o quadro durante longo tempo e virou a página dizendo: se Deus houvesse estado ali, êle não os teria permitido fazer aquilo! — Se Deus houvesse estado ali! Êste comentário sem arte revela tôda a glória e todo o mistério da Encarnação. Nem mesmo Shakespeare poderia ter feito ironia dramática mais completa. Porque a religião cristã inteira firma-se no fato de que Deus ESTAVA ali. É questão de experiência histórica que do mais profundo abismo a que pôde descer a raça humana Deus fêz emergir a sua mais alta revelação. A mente e a ação de Deus se manifestam através da mesma trama de acontecimentos que de maneira suprema ilustra a mente e a ação do homem. Pelo Senhor foi feito Isto e é maravilhoso aos nossos olhos». — J. S. Whale: «Christian Doctrine», pg. 98.

TEOLOGIA PARA O BRASIL

JOÃO DIAS DE ARAUJO

CERTOS observadores estrangeiros que têm pisado as nossas plagas, lançam-nos em rosto a "nudês da terra" no campo das produções teológicas nativas. Dizem que a nossa teologia ainda se amamenta na grande mãe do norte e, que ainda estamos "cheirando a leite" nesse aspéto.

Concordemos ou não com a observação dos ilustres adventícios, o fato é que temos que admitir certos motivos para tal ilação. A nossa teologia, como um "Iceberg" tem sua maior parte mergulhada no mar do pensamento do século XIX, não negando que sobressaem ante os horizontes, pontos solitários.

Até pouco tempo nossos seminários eram guiados teològicamente pela influência de representantes do século passado: Hodge, Shedd, A. Strong e D. Clark. Os professôres de teologia, norteados por tais teólogos, trouxeram, indiretamente, para várias gerações de pastores a idéia de uma teologia arquitetada, dentro de uma rigidês sistemática, em vários aspectos apreciável. Criou-se a impressão que a teologia devia continuar presa aos grandes sistemas. Mas, eis que outros se arvoraram, trazendo para o ambiente teológico brasileiro a contribuição de grandes teólogos europeus, capitaneados pelo nome de Barth, que, diferindo dos corifeus americanos, apontavam uma quebra aos sistemas do século anterior. Diante do encontro da teologia do século passado com a teologia "neo-ortodoxa" no ambiente religioso do protestantismo brasileiro, alguns líderes eclesiásticos tiveram a impressão de que a nossa tradição estava sendo posta a prova. Principalmente, aquela tradição presbiteriana secular de uma cultura teológica forjada aos pés dos venerandos missionários e dos seus ilustres discípulos nacionais, e, alguns dêles, nacionalistas.

Estamos, na verdade, numa época de transição na teologia em nosso país. Parece que estamos já nos desapegando dos antigos mestres, e, queremos dar ouvidos a mestres europeus. Parece que a oscilação é grande entre a primeira e a segunda das atitudes. Mas, nenhuma delas satisfaz a hora presente no Brasil. Nós precisamos de uma teologia para o Brasil. Os teólogos americanos falaram e falam para os Estados Unidos, os teólogos europeus se dirigiram e se dirigem para a Europa. Embora haja coincidência de situações e de problemas entre americanos, europeus

e brasileiros. é preciso que se ergam teólogos falando para o Brasil. Não podemos deixar de ouvir as vozes americanas, ou européias, mas, não podemos deixar de reconhecer a necessidade de teólogos falando para o Brasil. para as nossas realidades nativas, para a nossa civilização tropical. para a nossa cultura cabloca. E nunca devemos nos esquecer que a igreja de Cristo é ecumênica e universal, mas que a expressão regional nunca deve ser olvidada. Quando Paulo escrevia "às igrejas da Galácia" não usava a mesma consideração teológica como quando se dirigia às igrejas da Macedônia. Devemos salientar um ponto que achamos injusto na observação dos estrangeiros: dizer que não há teologia nativa no Brasil. Não é verdade. Se entendemos por teologia a interpretação da verdade eterna de Deus para as condições humanas reais, então. todos os pregadores que, do púlpito, anunciam a palavra de Deus estão fazendo teologia. O que há em pequeno número é a produção escrita em forma de obra massiça de produção teológica.

De qualquer maneira, êsse assunto deve nos preocupar.. O papel relevante da teologia no Brasil é colocar em linguagem adequada para a época em que vivemos, a grande mensagem de Deus. Interpretar fielmente a Bíblia. Preservar os símbolos da fé. Colocar no âmago e no cerne da realidade brasileira a proclamação do Verbo de Deus. Falar para dentro dos nossos problemas como resultado da nossa experiência com Deus.

Já caminhamos um século no Brasil. Nossa presença é sentida pelo povo brasileiro. Já nos tornamos parte integrante da vida nacional. Não se pode escrever história ou sociologia do Brasil sem se referir à contribuição dos evangélicos. Somos a maior igreja evangélica dos países latinos. Somos a igreja evangélica líder da América Latina e do mundo de fala portuguêsa. Deus nos deu uma tarefa muito importante para executar dentro e fora das nossas fronteiras.

Não estamos aqui advogando um nacionalismo barato e tendencioso. O que estamos defendendo é que já chegamos ao tempo de dar uma feição nacional ao pensamento teológico. uma linguagem própria para o ambiente em que vivemos. Assim como nos púlpitos de hoje está fora de moda, e não encontra eco uma oratória de estilo barroco ou rococó, assim a teologia não pode ter a mesma linguagem de trinta anos atrás. Os tempos mudaram. O Brasil sofreu profundas e amplas transformações, mas a Palavra de Deus continua viva e atual. O Brasil quer ouvir as vozes que se ergam, não de qualquer país estrangeiro, por importante que seja, mas as vozes orvalhadas pelas nossas madrugadas espirituais, vozes cadenciadas pelas nossas canículas religiosas. vozes que interpretam a Palavra de Deus. mas que atravessem o mormaço das tardes tropicais, o torvelinho barulhento das raças, dos climas, das grandezas e das misérias grandes da nação brasileira.

Devemos ser gratos a Deus pelo que recebemos dos nossos pais da fé no passado. Sem Deus e sem êles não estaríamos onde estamos. Deve-

mos prosseguir sem desmerecer o passado, mas, também, sem desmerecer o presente. Nossos pais e avós falaram fielmente para aquêles tempos. Nós temos que falar fielmente para os tempos novos da nossa vida atual. Temos que falar com a voz firme de uma ortodoxia legítima, baseada na Bíblia. Porisso, é importante a nossa experiência com a Palavra de Deus. Os estudos bíblicos são uma das bases da mensagem que, como igreja. temos que proclamar aos quadrantes da Pátria.

Vamos dar algumas sugestões, apenas para chamar a atenção dos estudantes de teologia sôbre êsse palpitante assunto. Seguiremos a ordem das grandes divisões da teologia clássica, encarando-as de um modo diferente. A ordem sugerida é apenas um modo de encarar o assunto. Numa produção teológica para o Brasil, sugeriríamos os seguintes capítulos:

I — O DEUS BRASILEIRO — e o Deus da Bíblia.

Neste primeiro capítulo o teólogo analisaria as crenças que o povo brasileiro tem sôbre Deus. Deve êle conhecer os historiadores, os sociólogos, os poetas literários e populares, os romancistas, os artistas, o folclore e a vida brasileira do passado e do presente. Chegará à conclusão de que o deus crido pelo brasileiro é um deus falso e não o verdadeiro Deus. A maioria do nosso povo crê erradamente em Deus. Em muitas das igrejas evangélicas há distorções nesse assunto. O deus brasileiro é um deus indiferente, distante, sem poder, aristocrata, bonachão, um deus "Papai Noel", que nada tem de semelhança com o Deus revelado na Bíblia. Tendo em vista a realidade desta situação, o teólogo irá construir uma exposição sôbre o ensino da Bíblia a respeito de Deus e das suas relações como homem. Êsse estudo. não deve ser dirigido apenas para o ambiente evangélico, mas também para a nação inteira. O teólogo é o profeta que fala para o seu povo como nação.

II — O HOMEM BRASILEIRO — e a doutrina bíblica sôbre o homem.

Baseado nas mesmas fontes de informação do capítulo anterior, o teólogo enfrentará a concepção brasileira sôbre o ser humano. É também uma concepção errada e imperfeita. A antropologia brasileira é viciada pêla interpretação errônea do pecado original, pela influência pagã na idealização do homem, pela desvalorização da vida espiritual no ser humano. A tremenda desqualificação da mulher e o prestígio exagerado do homem mostram grandes falhas na idéia sôbre a igualdade humana ensinada na Bíblia. Há também no meio evangélico muitas concepções não bíblicas sôbre a natureza e a constituição da pessoa humana, sôbre o sexo, sôbre o sentido do trabalho. A linha filosófica da filosofia pagã permeia a mente brasileira.

O teólogo, tendo em vista a situação precária da antropologia teológica brasileira, lançará os fundamentos bíblicos da verdadeira antropo-

logia ,corrigindo os erros comuns do nosso ambiente. Mostrará a linha do pensamento bíblico, que apresenta a situação do homem pecador diante de Deus.

III — O CRISTO BRASILEIRO — e o Cristo da Bíblia.

O povo brasileiro crê num Cristo bem diferente do Cristo apresentado na Bíblia. É um Cristo semelhante àquele que os discípulos viram dentro da noite tempestuosa no mar da Galiléia. e gritaram: "É um fantasma!" É o Cristo fantasma visto através da neblina das superstições e da escuridão da incredulidade. O Cristo brasileiro não inspira confiança, é morto, sempre pregado numa cruz. Cristo estático dentro de esculturas de barro, madeira, prata, ouro e cimento armado. Cristo preso na hóstia de farinha de trigo. Êste Cristo que não recebe culto sincero dos brasileiros, cujas devoções são distribuidas entre centenas de santos milagreiros. É uma das mais tristes realidades do pensamento religioso no Brasil.

O teólogo terá que levantar diante do povo brasileiro, a Cristologia bíblica que centraliza a pessoa de Cristo nas víceras da História, no âmago da igreja, no centro da sociedade e na medula da vida pessoal de cada ser humano. Mostrará o Cristo vivo e real dos evangelhos, que hoje se assenta à direita de Deus, intercede pelos seus filhos, e que virá um dia para julgar os vivos e os mortos.

IV — SOTEREOLOGIA BRASILEIRA — e a sotereologia bíblica.

O brasileiro crê numa salvação falsa. Êle acha fácil herdar a vida eterna, porque foi doutrinado erradamente durante quatro séculos. Êle aceita a salvação pela obediência a uma igreja, salvação pelas penitências, salvação baseada na oração pelos mortos, salvação pela prática da caridade, salvação pela reencarnação, salvação pelo "hei de vencer" do exoterismo, salvação pelo valor da personalidade humana, salvação pelo moralismo, salvação pela religião, salvação pelos sacramentos, salvação pela seita, salvação pela doutrina, etc. Há em tudo isso um contraste chocante, porque enquanto o brasileiro acha facilidade para a salvação, por outro lado advoga a incerteza da salvação.

Tôdas essas falsas interpretações da sotereologia permeiam o pensamento brasileiro.

Uma teologia para o Brasil terá que considerar profundamente essa situação, e apresentar ao povo evangélico e não evangélico a sotereologia bíblica, que apresenta as bênçãos da salvação adquiridas por Cristo, e como são comunicadas, ou administradas aos homens. Uma sotereologia que se baseia exclusivamente no amor de Deus e não em qualquer mérito humano. Nesse capítulo deve o teólogo enfrentar duramente o fatalismo brasileiro, que vem de muito longe, misturado com o maometanismo

da península ibérica, o catolicismo português, o animismo indígena e o fetichismo africano. O povo brasileiro é profundamente fatalista.

V — ECLESIOLOGIA BRASILEIRA — e a eclesiologia bíblica.

Outro capítulo que merece a consideração acurada do teólogo é sôbre a eclesiologia brasileira. O brasileiro foi educado numa escola, que ensinou uma doutrina absurda sôbre a igreja. Deu-se um valor tão grande à igreja, que o brasileiro, desconfiado, não quiz usá-la. O brasileiro não procura a igreja, senão, no último caso, ou quando obrigado. Em relação ao sexo masculino, o problema ainda é mais grave. Já se tornou proverbial a história das três únicas vezes que o brasileiro homem vai à igreja: no batismo, no casamento e no sepultamento.

De um lado os líderes religiosos exageram a importância da igreja; d'outro lado a maioria dos líderes intelectuais e políticos exagera a não importância da igreja. A impressão que se tem de igreja entre muitos brasileiros, é que apenas um instrumento político, um meio de dominação, a exibição de uma hierarquia santa e intocável. A demonstração de um poder secular, um veículo para tirar dinheiro do povo, etc. A consideração que os brasileiros têm sôbre a igreja é muito superficial.

O teólogo terá que estudar a história do catolicismo brasileiro para verificar as fontes dessas idéias erradas. Então, apresentará a verdadeira doutrina bíblica sôbre a igreja: o seu valor, os seus sacramentos, os seus membros, a sua vida, os meios de graça, enfim, a totalidade da doutrina cristã eclesiológica. A igreja verdadeira do nosso Senhor Jesus Cristo e dos apóstolos está no mundo para o serviço de redenção e de salvação do homem em tôda a sua totalidade individual e histórica.

VI — ESCATOLOGIA BRASILEIRA — e a escatologia bíblica.

O brasileiro é vítima de uma escatologia povoada por crendices e superstições absurdas. Grande parte dos brasileiros crê em aparecimento de defuntos ou almas, crê que os mortos precisam dos vivos, crê num purgatório, que se prolonga até o "limbus infantum", crê num poder estraordinário de satanás, que aparece mais poderoso que o próprio Deus, crê num inferno de côres dantescas, crê em representações melífluas do céu, crê na alma como algo material e visível, crê no gôzo completo do céu antes da ressurreição final, crê na imortalidade mais do ponto de vista pagão, crê na mortalidade mais do ponto de vista materialista, crê em muitos outros pontos escatológicos de maneira errada. Os últimos acontecimentos da vida individual, da História e do universo estão mergulhados na bruma das superstições seculares do Brasil.

O teólogo terá que penetrar até o profundo da alma brasileira, para, iluminado pelo Espírito Santo esclarecer os pontos obscuros, as áreas obnubiladas pela crendice e pela superstição tendenciosa. O brasi-

leiro tem grande tendência para o pensamento escatológico, por isso, é pena perceber tanta desorientação em milhares de almas.

CONCLUSÃO — Para fazer tudo isso o teólogo não pode ficar sòzizinho. Dependerá primeiramente da igreja na sua experiência proclamadora das verdades de Deus. Dependerá também de uma equipe que estudará as várias áreas do pensamento religioso brasileiro. No seminário, os estudantes devem fazer pesquisa de caráter sociológico e teológico para um levantamento da situação. A pesquisa feita por meio de questionários ao alcance do povo, ajudará.

Não querendo fugir muito da linha clássica da teologia ortodoxa, o professor de teologia poderá escolher dois capítulos por ano, na ordem que preferir e confrontar a situação do povo brasileiro diante da Palavra de Deus e diante da interpretação histórica que temos na tradição presbiteriana: a Teologia Reformada. À primeira vista parecerá um método assás polêmico de se escrever teologia, mas não é. O ideal não é fazer polêmica, mas escalpelar a situação e procurar fazer uma ponte entre a doutrina viva da Palavra de Deus e a vida estuante e conturbada do nosso país.

Aqui vão estas sugestões. São idéias lançadas. Gostaria que os mais capacitados opinassem sôbre o palpitante assunto. Seria um prazer ouvir a palavra dos jovens estudantes de teologia sôbre essa maneira de estudar as doutrinas da nossa fé reformada. Seria bom que os estudantes de sociologia que pertencem à nossa igreja acolitassem os professôres e estudantes de teologia com material adequado das suas pesquisas sociológicas. Gostaria de ouvir críticas aos pensamentos aqui expostos. Lembremo-nos de que estamos numa época de transição após um século de protestantismo no Brasil.

★

Seção de Ética

O ESTADO E O CRISTÃO

FRANCISCO P. ALVES

ANTES de entrarmos na parte central do assunto é de tôda conveniência algumas considerações de ordem geral.

Uma definição simples: Estado é a nação pòlìticamente organizada, ou: é uma nação com um govêrno. Mais do ponto de vista cristão, George F. Thomas o define como, "o órgão da comunidade que estabelece leis e as impõe com poder supremo com o propósito de promover a vida comum." (265).

Gettell, em sua "Political Science", diz que a classificação mais científica e útil de govêrno se baseia em três princípios: 1.o — O número de pessoas que participam do exercício do poder soberano do estado, podendo o govêrno ser, nesse caso, monárquico, aristocrático e democrático. a) Por monarquia não entendemos exclusivamente aquela forma de govêrno em que o chefe de estado entra na posse do seu cargo pela sucessão hereditária, mas aquela em que a autoridade final está nas mãos de uma única pessoa, ainda que o poder não tenha sido conquistado por direito hereditário, mas por usurpação, ou mesmo eleição. Por isso incluimos aí tôdas as formas de ditadura. b) Na aristocracia, já defendida por Platão e Aristóteles, o povo em geral não participa do govêrno, estando êste restringido à influência de uma classe nobre por motivo, ou de nascimento, ou de riqueza, ou de idade, ou de educação, ou mesmo de poder eclesiástico. c) No govêrno democrático a massa popular possui o direito de partilhar do exercício do poder soberano. Não há privilégios políticos para certas classes, mas igualdade para todos. 2.o — O segundo princípio de classificação baseia-se na *separação de poderes*, isto é, a distinção entre os órgãos de govêrno na base das funções realizadas por êles, nos seus dois aspectos gerais dos instrumentos que criam a lei e dos que a executam. Temos, em decorrência disso, duas espécies de govêr-

no: o tipo parlamentar, ou ministerial. e o presidencial. No parlamentarismo os departamentos legislativo e executivo se unificam e se coordenam sob o contrôle das mesmas pessoas. realizando trabalho em harmonia. Há colaboração entre o parlamento e o chefe do estado; o gabinete é uma delegação do parlamento. No presidencialismo o executivo é independente do legislativo. O chefe do govêrno é o executivo real. 3.o — O terceiro princípio de classificação leva em conta a *divisão de poderes com referência à área* sôbre a qual se exerce jurisdição, determinando as formas de govêrno unitário e federal. No primeiro caso o govêrno é exercido diretamente sôbre tôda a população em todo o território. As divisões existentes são de natureza interna. meramente administrativas e não de ordem política. em geral chamadas províncias. sem nenhuma autonomia. No sistema federal vários estados. com bastante autonomia própria. mas perdendo sua soberania em favor do poder central. ligam-se entre si sob um govêrno comum. O govêrno federal é uma sociedade de estados.

Devemos observar, ainda, porque isso nos será útil nas considerações seguintes. que quanto ao regime, os estados podem ser totalitários e individualistas. É costume referir-se a essas duas formas como estado positivo, ou estatismo, ou estado total, e estado negativo, individualismo, ou liberalismo estatal. No estado positivo o indivíduo nada é e o estado é tudo. As funções dêsse estado são múltiplas. possuindo plenos poderes. É o estado absoluto. No caso do estado negativo, os seus objetivos são limitados. restringindo-se. em geral. a garantir a soberania externa e a ordem interna. conservando-se alheio às iniciativas privadas nos diferentes setores do comércio, da indústria. da educação, da religião, etc. É o estado polícia, com funções negativas. agindo para impedir a violação da lei.

O problema da origem do estado é o primeiro elemento de importância para nós. São quatro as principais teorias referentes à origem do estado, sendo a primeira a da *fôrça*. Os fracos foram submetidos à fôrça pelos fortes, passando a ser governados por êstes. Heráclito já havia dito que tudo atinge a existência pela luta. No caso do estado, a conquista de um grupo, usualmente sedentário, por outro usualmente nômade, deu origem ao govêrno de uns sôbre outros. Essa teoria afirma o direito da fôrça e já Maquiavel fazia a apologia da guerra como algo necessário e indispensável à sobrevivência. A segunda é a *teoria natural*. Aristóteles chamou o homem de animal político. sendo o estado o resultado natural do instinto de sociabilidade, consequência de nossa tendência gregária. O estado é uma necessidade determinada pela própria natureza humana. A sobrevivência humana estaria na dependência natural da existência do estado, que é capaz de atender às necessidades essenciais do homem, justificando-se pela sua natural utilidade. A terceira teoria é a do *contrato social*. Inicialmente o homem vivia em estado natural, sujeito exclusiva-

mente às leis da natureza. Tendo de abandonar, com o tempo, e por várias razões, essa condição de vida, os primeiros homens deliberadamente entraram em acôrdo e fizeram contrato, pelo qual foi criado um corpo político. Abriram mão da liberdade natural para serem retribuidos com a segurança. A lei humana tomou o lugar da lei natural, adquirindo cada indivíduo direitos e obrigações políticas. A quarta teoria, que mais nos interessa no momento, afirma a *origem divina do estado*. Já nos impérios orientais os governantes afirmavam o direito divino de controlar os seus súditos. Os judeus eriam na origem divina do seu sistema de govêrno. Com o desenvolvimento do Catolicismo Romano, no Cristianismo, surgiu sério conflito entre a Igreja e o Estado quanto à origem do poder político. Os governantes afirmavam êsse direito, que lhes vinha diretamente de Deus, enquanto a autoridade eclesiástica afirmava que êle fôra delegado ao papa, que poderia entregá-lo ao governador civil. Assim, o imperador recebia sua autoridade indiretamente, através do papa. A Reforma Protestante não negou a origem divina do estado e ensinou que a autoridade civil é delegada por Deus aos governantes temporais e os súditos lhes devem obediência. Bonhoeffer, na sua Ética, estuda a *base* do govêrno, primeiramente em a natureza do homem e depois, segundo a Reforma, no pecado. Quanto ao segundo ponto, diz êle que os reformadores, seguindo S. Agostinho, e rompendo com o conceito grego de estado, relacionam o govêrno com a queda. Foi o pecado que tornou necessária a instituição divina do govêrno. A espada deve ser usada para proteger os homens contra o caos que o pecado causa. O govêrno existe para punir o malfeitor e salvaguardar a vida. É êle poder coercitivo e protetor da justiça. A crítica do autor a êsses dois possíveis fundamentos do govêrno é que êles conduzem a uma concepção do estado como entidade de conteúdo próprio, suficiente em si mesma, ignorando a relação que deve existir entre êle e Cristo. Segundo Bonhoeffer, "a verdadeira base de govêrno é o próprio Cristo", podendo a relação entre um e outro ser estabelecida por diferentes afirmações, tais como: Como mediador da criação, Jesus Cristo é o único e necessário medium entre govêrno e criador. O govêrno, como tôdas as demais coisas, "subsiste só em Cristo", tendo só nele sua essência e ser. Como tôdas as coisas, também o govêrno está voltado para Jesus Cristo, que é o seu alvo, sendo propósito do govêrno servir ao Senhor dos senhores. Como Cristo possui todo o poder nos céus e na terra, Êle é o Senhor do govêrno. Pela expiação Jesus Cristo restaurou a relação entre govêrno e Deus, pois fêz a reconciliação de tôdas as coisas (Col. 1:20). Além disso, há uma relação especial entre govêrno e Jesus Cristo, pois Cristo foi crucificado com permissão do govêrno. Como Pilatos reconheceu a inocência de Cristo, mas permitiu sua morte, o govêrno deu evidência do seu caráter próprio. Cristo se submeteu ao govêrno, mas advertiu-o de que seu poder não era simples vontade humana arbitrária, mas vinha de cima. Jesus mostrava,

assim, que o govêrno só pode serví-lo, porque o seu poder vem de cima, não importando que o ofício seja bem ou mal exercido. Mesmo condenando Cristo injustamente à morte, o govêrno estava a serviço do redentor, que na cruz reconquistou seu domínio sôbre o govêrno, segundo nos diz Paulo em Col. 2:15: "Despojando os principados e as potestades, pùblicamente os expôs ao desprêzo, triunfando dêles na cruz". Cristo continuará a ser, para sempre, Senhor de todo govêrno e cabeça da Igreja, sem que govêrno e igreja venham a se identificar numa só coisa. Na cidade celestial estado e igreja serão um.

Voltemo-nos, agora, mais diretamente para o que o N.T. diz do estado. O estado existe por Deus para serví-lo; é seu servo, como nos diz Rom. 13:4, reconhecendo a autoridade como ministro de Deus. O poder do mundo está bem representado na instituição do estado, mas existe pela autoridade de Deus com o objetivo de prestar particular serviço na economia divina. Não devemos considerar sòmente a Igreja como instituição divina, tratando o estado como instituição simplesmente secular. As contínuas afirmações de separação entre igreja e estado têm contribuido para essa falsa noção. Tanto as "autoridades superiores" referidas em Rom. 13:1 como o "culto racional" referido em Rom. 12:1, portanto estado e igreja, são partes da estratégia divina para a realização do destino humano no tempo. Podemos dizer que o estado serve a Deus com a "Lei", enquanto a Igreja O serve com o "Evangelho". É conveniente distinguir o estado, ou nação, do ofício ou autoridade de govêrno, observando-se que aquêle não foi instituido por Deus, sendo oriundo da existência do homem em sociedade. Apenas a *autoridade do govêrno* foi divinamente ordenada. Assim, A. O. Miller define govêrno como "um ofício para o exercício da autoridade no estabelecimento e manutenção da ordem justa na vida humana."

Há uma página de Karl Barth que merece nossa atenção. Diz êle: "O episódio de Pilatos nos quatro evangelhos tem muita importância, não nos devendo satisfazer apenas com o afirmar que Pilatos é simplesmente o homem dêste mundo em geral. Êle não é sòmente isso, mas é o estadista e o político; assim, o encontro aqui entre o mundo e o reino de Deus é na verdade muito especial. Não é simplesmente questão de encontro entre o reino de Deus e conhecimento humano, sociedade humana, trabalho humano, mas do encontro entre o reino de Deus e a "polis". Pilatos representa, então, a ordem que confronta a outra ordem representada por Israel e a igreja. Êle é o representante do imperador Tibério. Êle representa a história terrena na medida em que ela é ordenada nas linhas estatais. Que Jesus Cristo sofreu sob Pôncio Pilatos significa também que Êle subscreveu esta ordem estatal. "Nenhuma autoridade terias sôbre mim, se de cima não te fosse dada." Jesus Cristo é completamente sério quando diz: "Dai a César o que é de César" Êle lhe dá o que é dêle; Êle não ataca a autoridade de Pilatos. Êle sofre, mas

não protesta contra o fato de Pilatos ter pronunciado julgamento contra Êle. Em outras palavras, a ordem do estado, a "polis", é a área em que Sua ação, a ação da Palavra eterna de Deus também se realiza. É a área em que, segundo a visão humana, sob ameaça e aplicação da fôrça física, toma-se a decisão sôbre o certo e errado na vida exterior dos homens. Isso é o estado, aquilo que chamamos política. Tudo que se realiza no reino da política é de algum modo a aplicação dêste esfôrço. O que se realiza no mundo é sempre ordenado pelo estado também, apesar de, felizmente, não o ser só por êle. É neste mundo ordenado pelo estado, ou melhor, neste mundo de ordem estatal, que Jesus aparece. Sofrendo sob Pôncio Pilatos, Êle também participa desta ordem, e por isso vale a pena considerar o que êste fato deve significar, como aparece a ordem externa, como tôda a realidade dêsse mundo de Pôncio Pilatos se apresenta do ponto de vista do sofrimento do Senhor. . . . Ordem estatal, poder estatal representados por Pôncio Pilatos frente a Jesus, tornam-se visíveis na sua forma negativa, em tôda sua perversão e iniquidade humanas. Pode-se realmente dizer que se em algum lugar o estado se torna visível como o estado errado, é aqui; e se em algum lugar o estado tem sido exposto e a política tem provado ser um monstro, então mais uma vez é aqui. Que faz Pilatos? Êle faz o que os políticos mais ou menos sempre têm feito: êle tenta salvar e manter a ordem em Jerusalém e ao mesmo tempo preservar sua própria posição de poder, abrindo mão da lei bem clara, para a proteção da qual êle se encontrava colocado em autoridade. Notável contradição! Seu dever é decidir entre o justo e o injusto; aquela era a sua razão de ser; e em vez de se tornar capaz de manter sua posição, êle, "por mêdo dos judeus", renunciou fazer exatamente aquela coisa que êle estava obrigado a fazer. De fato êle não condena Jesus — êle não pode condená-lo, êle não encontra nele crime algum, e no entanto êle o entrega. Entregando Jesus, êle se entrega a si mesmo. Tornando-se o protótipo de todos os perseguidores da Igreja, o estado injusto, aqui em ação, e por êle representado, é que se desgraça. Na pessoa de Pilatos o estado se retrai da base de sua própria existência e se transforma numa cova de ladrões, um estado gangster, a organização de uma panelinha irresponsável. Isso é a "polis", isso é política. Que vale se alguém prefere cobrir o rosto com as mãos? Se o estado tem por anos, por décadas se mostrado desta maneira, que vale alguém cansar-se de todo o reino da política? De fato, o estado assim considerado, o estado segundo o modêlo de Pilatos, é a "polis" na sua perfeita oposição à Igreja e ao reino de Deus. Êste é o estado como é descrito no N.T., no Apocalipse 13, como a Besta que surge do abismo... A paixão de Cristo se torna o desmascaramento, o julgamento, a condenação desta Besta, cujo nome é 'polis'." (Dogmatics in Outline, 110-111).

Encontramos, então na revelação divina e particularmente no N.T.,

o estado apresentado ao mesmo tempo como 'ministro de Deus para nosso bem' e 'besta surgindo do mar', o zenit da apreciação do estado e o nadir do seu desprêzo como fôrça maléfica. Rom. 13 afirma o primeiro caso, Apocalipse 13 o segundo. As autoridades civis são poderes cósmicos, 'exousiai' colocados por Deus na arena da história humana para realizar serviço, mas que se corrompem. Apoc. 13 nos revela a profundeza da sua depravação e distorção demoníaca.

O estado existe para prestar serviço a Deus, servindo bem a comunidade. O estado é servo de Deus, tornando possível a vida civilizada pela manutensão da ordem e pela promulgação de leis. No entanto, tem sido responsável pelo desencadeamento de guerras, pelo excessivo contrôle da vida espiritual do homem, tendo forte inclinação, mesmo no momento atual, para se tornar totalitário. O cristão deve reconhecer a situação real e participar da política para entrar com seu esfôrço no sentido de debelar êsses males que poderão ser fatais para os interêsses do reino de Deus no mundo. Deus tem agido entre as nações e age tanto na política nacional, como internacional. As revoluções coloniais podem ser consideradas revoluções de Deus e o totalitarismo comunista pode ser o julgamento de Deus sôbre o ocidente. Deus, que fala pelos acontecimentos históricos, pode nos estar falando eloquentemente pelos fatos da política mundial. Os problemas do poder, da liberdade, da cidadania e da responsabilidade política não foram ignorados por Cristo, ou pelo N.T., apesar de não terem tido tratamento muito desenvolvido. Nossa atenção deve voltar-se para as verdades bíblicas relacionadas com o poder político, no seu lado positivo e negativo, para os julgamentos divinos através dos fatos históricos sôbre os que negligenciam o cumprimento de seus deveres de justiça e ordem sociais e para a responsabilidade dos cristãos em face dos deveres impostos por Deus à ordem política em geral, não sendo possível ao cristão alheiar-se dêsses acontecimentos que têm reflexos tão acentuados na vida da comunidade nacional e mesmo internacional.

Vamos, então, tendo êsses vários elementos em vista, procurar definir, mediante várias afirmações, o valor do estado.

1. É melhor *o estado que reconhece sua posição subordinada.* Só em sentido relativo é o estado soberano. O estado totalitário se insurge contra essa afirmação, mas é ela indispensável, porque soberania absoluta só pertence a Deus. Deus é o dono de tudo e tudo existe por Êle. Como diz Brunner, "O 'jus divium' (direito divino) não é em primeiro lugar o direito que Deus *dá*, mas o direito que Deus *tem* e só êsse direito é absoluto. A frase que lemos no comêço dos livros — 'Todos os direitos reservados', é, no sentido mais sério e literal, o que significa o princípio da soberania divina. Por êste, todos os direitos humanos perdem a sua qualidade de absolutos, (são, como diz êle, desabsolutizados). Embora sejam êles dados por Deus, não são absolutos. Êste princípio da

soberania de Deus é a mais segura, de fato a única salvaguarda contra dois perigos: um falso absolutismo da soberania do povo, levando à anarquia, e um falso absolutismo da soberania do estado, levando ao totalitarismo. Não é por acaso, então, que numa época que tem ignorado o sentido da soberania de Deus, a humanidade está oscilando entre êstes dois males, a dissolução anárquica da lei e da ordem, e a ordem totalitária tirânica." (Christianity and Civilization, II, 112).

Podemos ir além e dizer que o *estado é subordinado à pessoa humana*. O homem não existe para êle, mas êle é que existe para o homem. Êle é meio para um fim, que é a paz, a ordem, a segurança, a justiça, o bem estar humano. O mesmo Brunner, numa obra sôbre Comunismo, Capitalismo e Cristianismo mostra como os estados, na orientação de sua vida econômica, estão cometendo o êrro fatal, que é o de aniquilar a pessoa humana. Diz êle que a raiz real de tôda a desordem social atual é a despersonalização do homem no mundo da economia, o qual se torna roda secundária na imensa máquina impessoal da engrenagem econômica. A Igreja prega um Deus pessoal que se dirige ao indivíduo como um 'tu'. Essa despersonalização assume duas formas: Liberalismo individualista, ou capitalismo, e determinismo coletivista, ou comunismo totalitário. No primeiro caso esquece-se que o verdadeiramente pessoal é idêntico com a verdadeira comunidade. Afirma-se a liberdade individual às expensas da comunidade. Êsse individualismo capitalista determina a escravatura econômica da maioria e o despotismo de poucos. Por sua vez, o comunismo luta pela comunidade à parte da liberdade pessoal, tornando-se ambos, dessa forma, destruidores da verdadeira personalidade e comunidade. É preciso que o estado reconheça que os fins não justificam os meios. Não podemos sacrificar a pessoa para conseguirmos prosperidade material. Nada aproveita ao homem ganhar o mundo e perder a alma. O homem não vive só de pão; na verdade vive menos de pão do que dos valores espirituais. Como disse alguém, o dinheiro pode conseguir quase tudo, mas há coisas que êle não tem poder de adquirir e são essas que tornam a vida digna de ser vivida. O material não pode ser fim, mas sim o pessoal, a personalidade. O estado pode ser materialista nos fins que persegue com prioridade. Deus quer que o estado preste serviço, colocando a pessoa humana como fim e subordinando-se a si mesmo e a tudo o mais, a ela, que excede muito em valor tudo aquilo que é ponderável e transitório.

Podemos afirmar, ainda, que o estado, num sentido muito real, é *subordinado à lei*. Na prática, dizemos que o estado estabelece leis, impõe as leis, usa do poder para obrigar a obediência à lei e em muitos casos a lei é oriunda exclusivamente do estado, especialmente quando êste é tirânico e ditatorial. Já em 1937 a Conferência de Oxford dizia: "Desde que cremos no Deus santo como a fonte de justiça, não consideramos o estado como a fonte última da lei, mas antes como garantidor

dela. Êle não é o senhor, mas o servo da justiça. Não pode haver para o cristão autoridade última a não ser o próprio Deus." Brunner, ao tratar da 'lei e costume', nos esclarece o assunto. Entre os primitivos predominava a lei comum, estando atrás dela o estado para garantí-la. A lei em si mesma é um princípio independente do estado. A idéia de que só pelo estado uma regra se torna lei era desconhecida dos antigos. É verdade que hoje os juristas consideram o estado como fonte da lei. Se assim é, o que o estado proclama legal é legal e em consequência o 'jus naturale' e o 'jus divinum' se divorciam da lei positiva, afirmada pelo estado. A lei assumiu concepção formalista. A forma e não o conteúdo é que se tornou decisivo. O estado deixou de ser o protetor da lei, para ser o seu autor, ou produtor, não havendo lei acima do estado. Não há direitos primários anteriores à lei do estado, não há direitos humanos que o estado deva reconhecer. As consequências disso são tremendas.

Na Bíblia encontramos relação entre lei e vontade divina, sendo a concepção de 'jus divinum' fundamental ao pensamento bíblico. Realmente, o 'jus divinum' transcende tôdas as relações legais humanas. Percebemos, por essas considerações, que o estado não pode criar leis. Êle apenas as descobre e define, estando elas escritas na contextura natural de tôdas as coisas criadas por Deus. O estado as busca para servílas, para afirmá-las, para defendê-las. Não pode e não deve ignorá-las, desprezá-las, contradizê-las ou aniquilá-las. O estado útil é sempre subordinado a Deus, ao homem e à lei, podendo ser senhor apenas na medida em que se subordina a essas realidades anteriores a êle.

2. Por isso podemos dizer, em seguida, que é melhor *o estado que reconhece os direitos primários do homem.* Antes que houvesse estado já havia o homem e antes que o homem tivesse de obedecer a leis escritas ou faladas, êle já era possuidor de direitos que lhe foram conferidos pela ordem da criação, e que não podem ser ignorados por nenhum estado ou legislador. Quando pensamos no justo e injusto, sentimos que relacionado com essa justiça ou injustiça existe algo pertencente, de maneira profunda e original, ao homem. É êsse 'pertencer' que está relacionado com a ordem da criação. Como diz Brunner, "criando alguma coisa, Deus lhe dá a sua forma própria; Deus define o que pertence ao direito dessa coisa ou pessoa. Criando o homem, Deus diz: Isto e aquilo pertencem à vida do homem, isto e aquilo não podem ser retirados do homem, mas devem ser dados a êle. O homem que criei tem direitos adquiridos sôbre isto e aquilo, por que Eu o criei com isso e aquilo. Dar-lhe isso é justo, não lhe dar isso é injusto". E assim vemos como certos direitos básicos não são criados pelo estado, ou pelo legislador, mas existem com o homem desde que foi criado, sendo da ordem da criação. O estado que ignore êsses direitos está contra Deus, é usurpador, é iníquio, é injusto, não está servindo e jamais poderá servir bem a Deus e a Cristo, pois não

estará servindo a criatura humana de acôrdo com a ordem inicial estabelecida por Deus.

3. *De maior valor é o estado de poderes divididos.* A revista "Theology and Life", diz que, numa sociedade democrática, a ação do estado envolve a função de definir a lei e a ordem, distinguindo os vários ramos da organização governamental: o poder executivo, legislativo e judiciário. O monarca absoluto reunia tôdas as funções ou poderes do estado, sendo ao mesmo tempo o governador, o legislador e o juiz. Considera-se Montesquieu como quem salientou a importância da divisão de poderes, mas devemos reconhecer que ela já existia em Israel, pois a lei não era dada pelo rei, mas por Deus através dos profetas e sacerdotes, e o rei tinha de obedecer à lei e protegê-la. Também na República Romana havia a divisão de poderes. Ora, é fácil perceber a importância dêsses três poderes, e também o perigo tremendo que êles oferecem, quando concentrados nas mãos de um só homem, ou de poucos. O Congresso, com Câmara e Senado, apesar de tôdas suas deficiências, ainda é o que há de melhor como poder legislativo. Grande é, por seu lado, a responsabilidade do judiciário. O executivo não pode ir além dos poderes que lhe são conferidos pela Constituição e pelo Legislativo; o judiciário existe para a defesa dos direitos estabelecidos em lei. O govêrno, um tanto arbitrário, que governa por decretos, é para se temer e não creio que Deus possa ser bem servido por êle, visto que só em casos excepcionais todos os direitos individuais de todos os cidadões serão protegidos e respeitados. Dentro do ideal bíblico, só a divisão de poderes poderá garantir mais justiça, ordem e paz.

4. *É melhor o estado não totalitário.* Brunner revela a maior repulsa ao estado totalitário, que para êle é demoníaco. Adverte que o homem moderno está possuido de uma crença absurda de uma superstição devastadora — o estado. O estado exige todos e tudo, sendo evidente, pelos acontecimentos recentes, que isso leva fatalmente ao estado totalitário, sendo êsse o maior mal social concebível, porque significa a completa negação da personalidade e da verdadeira comunidade. Êsse é o real demônio de nossa era, em comparação com o qual todos os outros males sociais são secundários. A absorpção do homem pelo estado é a mais completa despersonalização da pessoa. Diz êle que estamos no caminho do estado total, porque quando algum mal social deve ser sanado, invoca-se imediatamente o auxílio do estado, ao em vez de usarem aquelas instituições e unidades que são anteriores e independentes do estado. Legislação estatal, intervenção estatal na economia não podem ser evitadas hoje, mas devemos reconhecer que êsse caminho é extremamente perigoso. Demonstra êle, claramnte, que os totalitarismos, afinal de contas, criam coletivismo e não comunidade pròpriamente. O homem é arregimentado, mas não se une livre e expontâneamente para construir o bem comum. O homem mecaniza-se nesse regime e portanto despersonaliza-

se, desvaloriza-se na sua essência. "O coletivismo visa a uma ordem social autoritária amparada pelo poder. O indivíduo não tem direitos independentes, significação independente; sua obrigação é submeter-se. Sua importância é medida pelo seu serviço ao todo. Sociedades de formigas e abelhas é o padrão perfeito do coletivismo. O indivíduo existe para o todo; êle deve se sacrificar a si mesmo para o todo. Contudo, com respeito ao todo, êle não tem nada a dizer." (Justifice and the Social Order, 76).

E é interessante notar-se que a própria democracia pode ser totalitária, pois totalitarismo significa a extensão do poder político à totalidade da vida, seja qual fôr a forma de govêrno. Na medida em que o govêrno vai aumentando o seu poder e o seu contrôle da vida social e política está se tornando totalitário. Os técnicos no assunto sempre discutem se o melhor govêrno é o que tem menos poder ou se é o que tem mais poder. A resposta é "não" às duas alternativas. porque a ausência de poder por parte do govêrno favorece a anarquia, mas o poder em excesso, ou o poder absoluto. significa a supressão das liberdades, portanto de direitos essencias. E deve-se notar que passo decisivo na direção do estado totalitário é a nacionalização da economia. E, como diz Brunner, "totalitarismo, mesmo na sua forma democrática, é o túmulo da liberdade". É bem conhecida a frase: "Todo poder corrompe; o poder absoluto corrompe absolutamente." É importante, então, para o estado o uso que lhe é permitido fazer do poder. Pilatos abusava do seu poder. Ignorava que o havia recebido, em última análise. de Deus. Ninguém pode orgulhar-se de ter poder; ao contrário, deve humilhar-se perante Deus para saber como usá-lo bem. Quem recebe, deve, diz a contabilidade. Privilégios são acompanhados de responsabilidades. Embriagar-se com poder é fatal. O poder é útil. mas perigoso. Abusar dêle é convidar o julgamento tremendo de Deus. Melindrosa é a situação do estado, porque êle não pode realizar sua função e missão sem aceitar a realidade do poder, mas ao mesmo tempo há exigência transcendental e cósmica para que não abuse do poder, porém que o use com sabedoria, prudência e humildade no serviço do homem, da justiça, da paz, da ordem e da felicidade humana. O estado. bem como todos os seus componentes, são servidores públicos. Os poderes que manipulam devem ser para melhor servir êsse mesmo público. O estado totalitário não é divino, porque o poder se torna, nas suas mãos, pràticamente um fim em si. Os homens em autoridade ficam fascinados pelo poder e encontram satisfação na interferência e domínio total da vida humana. Servem aparentemente, mas no fundo paralizam a pessoa humana, impedindo o seu pleno desenvolvimento mediante a livre iniciativa, a oposição, o comportamento responsável como decorrência natural da sua condição de criatura livre. O abuso do poder se coloca contra a ordem da criação, deixando, por isso mesmo, de servir

os propósitos de Deus pela interferência naquele ponto essencial da personalidade humana — a sua liberdade e responsabilidade.

5. *É melhor o estado que define funções justas.* A questão dos fins e funções do estado é tratada pelo filosofia política, pela filosofia moral, pela ética cristã e pela teologia cristã. Rápido exame dêsses diferentes pontos de vista poderá nos ajudar a compreender melhor as funções justas que tornam o estado útil. Se vamos distinguir fins de funções, podemos dizer que o fim do estado é garantir a soberania externa e manter a paz interna, sendo suas funções primordiais o govêrno, manter a fôrça militar, administrar a vida nacional, legislar, distribuir a justiça, controlar a riqueza pública, representar-se perante outros estados. As funções complementares seriam a econômica, a educacional e social. A Ciência Política discute as teorias da função do estado com base na sua organização, da qual realmente não pode ser separada. É o estado necessário? Para que é êle necessário? Tem funções? Quais são elas? Temos, pois, de considerar as teorias de organização e funções do estado. A primeira delas é o *anarquismo.* O estado não deve existir. O anarquismo é individualista e socialista, no sentido de afirmar a liberdade individual e negar o direito de propriedade privada, ao lado da alegação de que os operários sempre são explorados. O estado seria substituido por associações voluntárias. Êle é contrário a qualquer forma de autoridade coercitiva. O único govêrno reconhecido é aquêle que tem o livre consentimento do indivíduo. Ninguém pode ser governado contra sua vontade. Os anarquistas afirmam a justiça e a liberdade. O anarquismo é, primàriamente, uma teoria crítica e destrutiva. O êrro dêles é supor que autoridade e liberdade são coisas contraditórias e que só existe liberdade se não existir lei e govêrno. Eliminada a autoridade, o resultado não será liberdade, mas a tirania do forte sôbre o fraco. O único mérito do anarquismo é denunciar males inegáveis na presente organização do mundo. A segunda teoria é o *individualismo.* O individualismo afirma o estado como necessário, apesar de considerá-lo um mal, devendo suas atividades ser, por isso mesmo, limitadas ao mínimo. Qualquer extensão do poder do estado significa restrição na esfera da liberdade individual. É como o espelho côncavo e convexo: se o poder se expande, a liberdade se retrai. 'Superavit' de poder significa 'dificit' de liberdade. Apreciado o individualismo de ângulos diversos, pode êle assumir diferentes aspectos. a) *Do ponto de vista ético.* O individualismo tem sido defendido com base em concepções abstratas de justiça e lei natural. Como cada indivíduo conhece melhor seus próprios interêsses, deve ser êle deixado sòzinho para desenvolver seu poderes e atingir seus propósitos. Restringir sua liberdade é aniquilar sua iniciativa. b) *Do ponto de vista político.* A teoria do contrato social deu origem ao individualismo político. Como os monarcas irresponsáveis governavam mal, considerou-se a autoridade governamental como perniciosa. A ênfase não pode ser da-

da ao estado e seus poderes, mas ao indivíduo e seus direitos. Os homens eram originalmente livres e iguais com direitos naturais. Por meio de acôrdo, de contrato, criaram o estado para proteger e garantir os direitos individuais. As funções do estado devem se limitar a fins negativos, impedindo a interferência com os direitos do indivíduo. Essa forma de individualismo crê que o melhor govêrno é o que governa menos. c) *Do ponto de vista econômico.* O individualismo neste sentido afirma a livre iniciativa e competição nas atividades econômicas. Essa medida é melhor do que qualquer forma de contrôle por parte do estado. É a doutrina do "laissez-faire" surgida contra o paternalismo estatal do sistema mercantilista. Assim, a vida econômica de um povo deve sofrer a menor interferência possível do estado, ou estar livre de qualquer interferência. A competição irrestrita favorece a produção. d) *Do ponto de vista científico.* O individualismo foi grandemente estimulado pela teoria biológica da evolução. O processo da natureza é a luta pela existência, com a sobrevivência do mais apto, com o resultado do progresso.

O individualismo não pode definir. por si só, a verdadeira e justa função do estado. porque o egoismo não é o único motivo de ação humana. O homem age também movido pelo altruísmo. Por outro lado, muitos indivíduos não estão perfeitamente aptos a determinar seus interêsses individuais, devendo ser protegidos por ação coletiva. Além disso, a competição só seria rasoável e relativamente justa se os competidores estivessem em condições relativamente iguais de poder. A interferência governamental protege o fraco contra o forte.

A terceira teoria é a da *regulamentação estatal.* Sua posição é intermediária entre o desejo de atividade governamental mínima e máxima. Está entre o anarquismo de uma lado e o estado totalitário do outro. Favorece a propriedade privada e a vida econômica relativamente livre. O bem estar de todo o povo é sua principal preocupação. Visa a proteger tôdas as classes contra a injustiça e a exploração.

A quarta teoria é a do *socialismo.* O socialismo se coloca no outro extremo do individualismo, pelo contrôle da vida dos cidadãos. Os meios de produção devem pertencer ao estado. A comunidade organizada é que deve fazer a distribuição dos produtos. Afirma a liberdade individual, mas alega que será melhor protegida sob regulamentações sociais, estando realmente ameaçada, quando predomina a competição individual irrestrita. Percebemos que o comunismo é uma forma extremada de socialismo, com mais limitação, ou exclusão total da liberdade. À vista dessas quatro teorias, concluimos que a terceira seria a mais razoável, pois o gevêrno deve regular a vida da comunidade.

A Filosofia Moral também procura definir as funções do estado. Nesse sentido diz: Como a vida à parte do estado é precária, a segurança e o bem estar material se tornam essenciais para a vida do indivíduo, devendo ser um dos fins do estado dar-lhe essa segurança e bem estar

material. Por outro lado ,como a injustiça frequentemente é violada pelos crimes e distúrbios da ordem, não sendo o indivíduo bom juiz em causa própria, deve o estado administrar a justiça. Além disso, como o homem não vive só de pão mas necessita dos elementos indispensáveis à satisfação do espírito, o estado deve criar as condições adequadas à sua cultura e educação. Podemos acrescentar que a religião merece a garantia do estado. Finalmente, como todos os valores são grandemente favorecidos pela liberdade e prejudicados pela sua ausência, e como a irrestrita liberdade de uns tende a anular a liberdade de outros, o estado deve defender a liberdade de seus cidadãos.

A Ética Cristã e a Teologia Cristã seguem a mesma direção. A autoridade do govêrno é de origem divina. A função do estado lhe é dada por Deus, existindo êle com o fim de servir a Deus e portanto seus propósitos aqui no mundo. Sua função básica é preservar a justiça e a ordem. A vontade criadora deixou claro que a ordem é preferível ao caos. Para o intercâmbio humano, a ordem da justiça se torna indispensável. O Evangelho se relaciona com a espontaneidade, ao passo que o estado se liga à lei para impor a ordem da justiça segundo a vontade de Deus. Por isso alguém diz: "A função mais gloriosa do estado é garantir a liberdade humana, bem como a liberdade da Igreja, para o serviço de Deus... Como pode Deus ser, em última análise, glorificado em têrmos do serviço do estado? Sòmente quando o estado cumpre tôdas as suas funções para as quais Deus o preparou, concedendo a seus cidadãos todos os benefícios de um govêrno digno e uma administração honesta, que garanta bem estar social, castigo para os delinquentes, que promova compreensão entre as nações, que evite guerras e assegure justiça social." Não será fácil, portanto, definir, nos seus pormenores, as funções justas do estado, mas se êle é servo de Deus para servir o homem, terá de examinar com o maior cuidado as melhores providências que consultem melhor os reais interêsses da personalidade, evitando-se naturalmente racionalizações que possam levá-lo a agir exatamente de modo contrário aos planos e propósitos de Deus.

6. E assim poderíamos ir definindo os diferentes aspectos do estado ideal, tais como: que mantenha a ordem pela lei, que lute inteligentemente pela justiça econômica, que não ignore a verdade que está em Cristo, que promova o bem estar geral, que respeite a pessoa humana, evitando tudo aquilo que a despersonalize. Não podemos desenvolver todos êsses pontos. Há um elemento, porém, que merece consideração. Para que um estado seja realmente útil *precisa estar amparado por uma sociedade responsável.* A sociedade cristã, se é cristã de fato, só pode ser uma sociedade responsável e o estado que tenha a felicidade de contar com uma sociedade assim, poderá prestar os mais relevantes serviços a Deus e ao mundo. Foi a Assembléia de Amsterdam que cunhou a expressão "Sociedade Responsável", difinindo-a nestes têrmos: "É uma

sociedade onde liberdade é liberdade de homens que reconhecem responsabilidade para com a justiça e a ordem pública e onde aquêles que detêm autoridade política ou poder econômico são responsáveis pelo seu uso perante Deus e perante o povo, cujo bem estar está envolvido". A sociedade responsável foi considerada o critério de julgamento de tôdas as ordens sociais existentes e ao mesmo tempo o padrão pelo qual podemos nos guiar nas escolhas específicas que temos de fazer. Os cristãos são chamados para viver responsàvelmente. Diz o Dr. John Mackay que "os cristãos, ocupando postos oficiais na vida de sua nação, devem servir lealmente seus govêrnos e dar plena lealdade a ordens recebidas, mas nunca devem executar um mandato governamental de modo que seja indigno de sua lealdade última e final como 'servos de Jesus Cristo'. Spurrier em sua obra sôbre Ética Cristã, "Power for Action", diz: Qual é, pois, a linha de ação para o cristão? A política é nossa responsabilidade. Devemos nos manter informados, conhecer os fatos, as situações e os problemas, os programas e as responsabilidades envolvidas. E, pelos nossos padrões cristãos, poderemos determinar quais os políticos que mais se aproximam dêles. Então devemos trabalhar por êles e votar nêles. Se ganham, não devemos nos assentar contentes, pois sabemos que não são perfeitos. Precisam de constantes adaptações e melhoramentos... O importante, porém, não é que partido ganhe, mas que desenvolvamos ação responsável, lutando por boas medidas e opondo-nos às más, independentemente de considerações para com partidos que as tenham proposto ou que as representam. Nossa lealdade e trabalho é para com Deus e seus propósito. Êsse é o nosso curso de ação sempre." (74-75). Também G. F. Thomas, em sua ética cristã (Christian Ethics and Moral Philosophy), nos adverte: "Se a justiça social pode ser instrumento do amor, como temos sustentado, e se um dos principais propósitos do estado é a justiça social, os cristãos não têm desculpas para a indiferença política. Devem estar lutando constantemente para tornar o estado em que vivem mais justo, para que seja meio mais adequado pelo qual possam expressar seu amor para com o próximo." (266). O relatório da Aliança Mundial Presbiteriana também é claro: "A exaltação de Deus pelo estado só pode ser atingida pela atuação cônscia e digna dos cristãos individualmente na vida pública. Em outros têrmos: é necessário que o cristão exerça em plena medida uma íntegra cidadania. participando ativamente da vida política da pátria, porque só assim poderá o Estado participar da glorificação de Cristo. Se não devemos esperar que a Igreja participe da política, todos os cristãos devem com todo o coração partilhar da vida cívica, como o "sal da terra e a luz do mundo". Não devem formar partido político, mas canalizar boa influência para os bons partidos e não colaborar com aquêles que negam o Estado como instituição para o serviço do homem e glória de Deus."

Assim, verificamos e concluimos que o govêrno deve ser amparado por uma sociedade responsável, e que o Cristianismo cria essa comunidade responsável mais do que qualquer outra fôrça social. Todo cidadão deve exercer contínua vigilância sôbre o govêrno, para que não venha êle a cair na tentação contínua de eliminar os direitos individuais e assumir o poder absoluto. Sem vigilância, a liberdade não sobrevive, arrastando consigo, em sua queda, os demais direitos do homem. Não basta formar o govêrno, é preciso exigir que êle proceda como deve, funcionando de acôrdo com os alvos e objetivos que a comunidade espera que venha a atingir com esfôrço, trabalho e sacrifício. A missão do Estado é importante, mas os cristãos é que podem possibilitar a sua melhor realização, se se prepararem para votar, para apoiar os bons programas e para denunciar os que se envolvem em politiquices e desonestidades, confiados na indiferença e passividade dos eleitores. Será traidor de Deus e do ideal cristão do Estado o cidadão evangélico que assim proceder.

★

RARA EDIÇÃO DE CALVINO: — «Uma das cinco cópias da primeira edição das INSTITUTAS DA RELIGIÃO CRISTÃ de João Calvino foi recentemente adquirida pela Biblioteca Henry E. Huntington e Galeria de Arte de San Marino, Califórnia. Editadas em Basiléla, três cópias do trabalho acham-se atualmente na Europa e as outras, nos Estados Unidos. A aquisição foi feita com a assistência da Fundação Carl F. Braun e dos Amigos da Biblioteca. O volume é pequeno, mas é formado de mais de 500 páginas. Na página da cópia de Huntington em que aparece o título, uma observação manuscrita do século dezoito põe em destaque o valor da obra com estas palavras: «Editio albo corvo rarior» (Edição mais rara do que um corvo branco). O Dr. Ganse Little, pastor da Igreja Presbiteriana de Passadena e presidente da Comissão de Educação Cristã da Igreja Presbiteriana Unidos dos Estados Unidos, disse as seguintes palavras por ocasião de sua visita à biblioteca para ver o raro volume: «Se as 95 Teses de Martinho Lutero podem ser consideradas a «Declaração de Independência» da Reforma Protestante, as Institutas de João Calvino podem ser pròpriamente recebidas como a «Constituição» da mesma Reforma. De suas interpretações da Teologia Bíblica têm-se derivado os princípios que não sòmente reformaram a Igreja, mas também informaram a estrutura política, econômica, educacional e social do mundo ocidental». — PRESBYTERIAN LIFE, March, 15, 1961, pág. 34.

Seção de Isagógica

OS APÓCRIFOS — UM PROBLEMA QUE RESSURGE?

AMÉRICO J. RIBEIRO

NO fim do ano de 1956, quando desfrutávamos do privilégio de mais um período de estudos no Seminário Teológico de Princeton, N.J., fomos colhido de surprêsa por uma novidade que não podia deixar de interessar-nos vivamente por vários motivos, entre os quais se destacava a sua relação com o campo de pesquisas que então particularmente nos interessava. Visitávamos, certa tarde, a livraria do seminário, afim de tomar contato com as novidades que acabavam de ser publicadas, quando a nossa atenção foi despertada por uma nova edição da Bíblia que estava sendo lançada, naqueles dias, sob os auspícios do Conselho Nacional das Igrejas de Cristo nos Estados Unidos. Tomamos o volume e começamos a folheá-lo e não pudemos reprimir um gesto de surpresa quando nele deparamos com os livros Apócrifos, colocados ao lado dos outrs livros do Velho Testamento.

Viemos, posteriormente, a ser informado das razões que levaram o Conselho Nacional das Igrejas de Cristo (CINC) a fazer aquela publicação. Houve uma razão que podia ser considerada de natureza histórica, a saber, a preservação da tradição legada pelas grandes versões inglêsas. É certo que a famosa Versão do Rei Tiago (King James Version) publicou os Apócrifos, colocados ao lado dos outros livros do Velho Testamento. Sabe-se também que a Edição Inglêsa Revista (English Revised Version), que só foi realmente considerada completa em 1885, quando o Velho e o Novo Testamento foram publicados juntos,

lançou também uma edição com os Apócrifos em 1895, isto é, há apenas 65 anos. Daí a afirmação dos responsáveis pela iniciativa do CNIC de que a edição que acabava de ser publicada da Versão Revista (Revised Standard Version) não constituia inovação, mas deveria antes ser considerada como simples continuação de uma tradição antiga que nos vem das melhores versões inglêsas. A segunda razão era um expediente que, afirmavam também os editores, justificava-se por circunstâncias muito razoáveis. O CNIC inclui entre seus membros denominações ou ramos do movimento Reformado que usam os Apócrifos no seu ciclo anual de leitura: das Escrituras. Aquela edição supria, portanto, a necessidade de que se ressentiam os referidos ramos de uma Bíblia que incluisse os referidos livros.

A impressão que êstes argumentos nos deixaram no espírito foi de molde a levar-nos à conclusão de que êles poderiam explicar, mas não justificar satisfatòriamente aquêle ato perante a consciência das Igrejas Reformadas. Sentimos, além disto, que a medida viria, certamente, estimular o reaparecimento da discussão, há bem tempo superada, do problema dos Apócrifos entre certos ramos da família Reformada.

Não é êste, porém, o único fato que nos tem levado a esta convicção. Em obra recente e alentada de introdução aos estudos do Velho Testamento, o Dr. Aage Betzen, que se coloca entre as mais destacadas autoridades atuais neste campo específico de pesquisas bíblicas, depois de cuidadoso retrospecto histórico ao problema dos Apócrifos, conclui suas observações com as seguintes palavras que encerram uma insinuação óbvia: «As Igrejas Reformadas, seguindo Calvino, rejeitaram completamente a canonicidade dos Apócrifos e os excluiram da Bíblia. Isto, pouco a pouco, ocasionou as lamentáveis «disputas sôbre os Apócrifos» (Apokryphenstreit) que induziram a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, sob a pressão do puritanismo escossês, a declarar que não mais publicaria Bíblias contendo os Apócrifos, nem colaboraria também com outras sociedades que incluissem tais livros em suas edições» (1)

O Dr. Robert H. Pfeiffer, igualmente reconhecido como grande autoridade moderna em assuntos do Velho Testamento, assim se manifesta com relação a alguns livros Apócrifos, depois de os haver feito passar pelo crivo de «tests» que êle mesmo estabeleceu como critério de canonicidade: «Temos, assim, alguns livros (Judite, Tobias, Baruque e a Epístola da Jeremias) que têm tôdas as qualificações para a sua inclusão no Cânon: data primitiva

---

(1) — Aage Bentzen, Introduction to the Old Testament, 2a. ed., pág. 39

remota, língua hebraica ou aramaica, ensino ortodoxo sadio e qualidade literária, de sorte que todos êsses livros se colocam na mesma plana em que se encontram as últimas partes do Velho Testamento canônico. Por que foram êles excluidos?» E, como resposta, êle mesmo regista, com evidente decepção, a frase do famoso Terênciano Mauro: — «Habent sua fata libelli». (2)

Aos testemunhos acima, que refletem indisfarçável discordância relativamente à atitude das Igrejas Reformadas para com os Apócrifos, poderíamos ainda aduzir vários outros, procedentes de artigos publicados em jornais nacionais e estrangeiros, bem como em revistas evangélicas de vários tipos, nos quais o assunto é novamente agitado.

Fechar os olhos à realidade, ignorar o que se passa e manter silêncio, jamais constituiu orientação digna da Igreja, sempre que ela se mostrou consciente de suas responsabilidades diante de problemas que possam perturbar a geração em cujo seio Deus a colocou. O ligeiro estudo do assunto que ousamos aqui apresentar inspira-se neste sentimento de responsabilidade.

Definindo têrmos: — Dois vocábulos, ìntimamente relacionados, exigem definição e explicação quando procuramos estudar o problema que ora nos interessa: **Cânon** e **Apócrifo.**

A palavra **Cânon** vem-nos do hebraico «qanê», através do grego «qanon», que significa, originalmente, cajado, bordão, vara; na literatura grega pre-cristã, padrão, regra, modêlo. Veio posteriormente, por evolução, a significar ensinos normativos em matéria de fé e conduta. Neste sentido ocorre em alguns textos do Novo Testamento (3). Finalmente, o vocábulo foi empregado para designar a coleção de escritos normativos da fé e da vida cristã. Admite-se que, neste sentido, a palavra teria sido usada, pela primeira vez, no ano 363, na seguinte declaração do Concílio da Laodicéia: «Nenhum Salmo de autoria privada pode ser lido nas Igrejas, nem livros não **canônicos** do Velho ou do Novo Testamento». Na Igreja Ocidental, Jerônimo teria sido a primeira autoridade a usar o vocábulo com esta acepção.

Também a palavra **Apócrifo** vem do grego **apokryphos,** que significa escondido, secreto. Aplicava-se, com menor freqüência, aos livros de autoria desconhecida; designava ainda livros cujo conteúdo estava acima da compreensão popular; ou ainda literatura de origem duvidosa, desconhecida, literatura falsa ou espúria,

---

(2) — R. H. Pfeiffer: The Literature and Religion of the Apocrypha — The Interpreter's Bible, vol. I, pág. 392

(3) — Gal. 6:16; II Cor. 10:13:16

bem como literatura herética. A palavra veio, posteriormente, a aplicar-se, em sentido amplo, a tôda literatura hebraica Apocalíptica, Pseudo-epígrafa ou de Sabedoria, produzida quase que inteiramente no período que se estende do ano 200 AC ao 100 AD. Entretanto, no sentido restrito, o vocábulo tornou-se finalmente, usado para designar os livros contidos na Vulgata, que foram acrescentados ao Cânon Hebraico pelo Concílio de Trento, a saber, Tobias, Judite, Sabedoria de Salomão, Eclesiástico (Sabedoria de Jesus Ben Sirac), Baruque, I e II Macabeus e acréscimos aos livros de Ester e Daniel. É êste o sentido em que empregaremos o vocábulo no presente trabalho.

Cânon Palestino: — O Cânon Hebraico dos judeus da Palestina apresenta-se, desde época muito remota, numa divisão tríplice, dentro da qual os livros, em número de 24, se distribuem na seguinte ordem: I. **Lei** (Tôrah): Gênesis, Êxodo, Levítico, Número e Deuterenômio; II. **Profetas** (Nebî'îm): a) Anteriores (Rishônîm): Josué, Juizes, Samuel e Reis; b) Posteriores (A'aronîm): Isaias, Jeremias, Ezequiel e os Doze Menores (formando um único livro); III. **Escritos** (Quethubîm ou Hagiógrafa), que se subdividem em: a) Poéticos: Salmos, Provérbios e Jó; b) Rolos (**Megiloth**): **Cântico** dos Cânticos, Rute, Lamentações, Eclesiastes e Ester; c) Restantes: Daniel, Esdras-Neemias e Crônicas.

Esta divisão é atestada por várias fontes, das quais podemos mencionar Josefus (Contra Apionem I, 38-42), o Talmud (Baba bathra 14b-15a), o Prólogo ao livro de Eclesiástico, de Jesus Ben Sirac e, de certo modo, o próprio Novo Testamento (Luc. 24:44) notando-se, nesta citação de Lucas, apenas a substituição do vocábulo «Escritos» por «Salmos», possívelmente por ser êste o livro que aparece em primeiro lugar na III divisão.

Releva ainda notar que o número dos livros do Cânon da Palestina sofre algumas variações em certas fontes, entre as quais se notam divergências quanto ao número dos livros, ora para menos (22 livros), ora para mais (27), mas o material permanece sempre o mesmo. As variações numéricas resultam da união de alguns livros ou da separação de outros. Não interessa aos nossos propósitos imediatos discutir, com pormenores, o processo de formação dêsses Cânon. Por conseguinte, não nos deteremos nem na apreciação do ponto de vista de Mowinckel, que contesta a teoria segundo a qual a promulgação da Lei teria tido lugar na época focalizada por Neemias nos caps. 8-10 de seu livro, nem na consideração dos argumentos da Crítica que sustentam a referida teoria.

Lembremos apenas que, já agora, se aceita como assunto

pacífico a tese de que as três partes do Cânon Palestino se formaram e foram reconhecidas em estágios cronológicos sucessivos. Josefus estabelece os limites que demarcam o período dentro do qual foi produzida a literatura do Cânon Hebraico quando diz, depois de fazer referências aos cinco livros de Moisés: «Da morte de Moisés até Artaxerxes, rei da Pérsia, o sucessor de Xerxes, os profetas que sucederam a Moisés escreveram a história dos eventos que ocorreram no tempo dêles mesmos em treze livros. Os quatro documentos restantes compreendem hinos a Deus e preceitos práticos aos homens. Desde os dias de Artaxerxes até a nossa própria época, todos os acontecimentos têm sido, de fato, registrados. Mas êstes registros recentes não se cuide que sejam dignos de crédito igual ao daqueles que os precederam, porque não havia mais a exata sucessão dos profetas.» (4)

Embora a identificação da pessoa de Artaxerxes, referida nesta citação, seja matéria controvertida, julgando alguns que êle se identifica com o rei Assuero, mencionado no livro de Ester, permanece claro o fato de que a opinião de Josefus confirma a tradição comum dos judeus de que a inspiração profética cessara depois de Malaquias, que viveu no V Século antes de Cristo, não tendo valor canônico os livros escritos depois dessa época.

Para não poucos críticos, porém, a operação do espírito de profecia teria continuado muito além dos limites indicados por Josefus. De acôrdo com êste ponto de vista, a promulgação da Tôrah ter-se-ia dado nos dias de Esdras e Neemias (444 AC); a dos Nebi'îm, cerca de 250 anos mais tarde, e, por fim, a dos Qethubîm, aproximadamente 100 anos depois. Bentzen empresta grande valor ao testemunho do neto de Ben Sirac que, no Prólogo à tradução grega do Eclesiástico, faz referência aos «outros livros dos nossos pais», admitindo que a coleção mencionada corresponderia, virtualmente, aos Hagiógrafa (5).

Há ainda críticos que sustentam que o reconhecimento formal e o encerramento definitivo do Cânon Hebraico só se verificou nos Sínodos de Jânia (Jabne) — 90 e 118 AD.

São, entretanto, ponderáveis os argumentos que outros estudiosos têm formulado contra tais hipóteses. Resistindo à tentação de penetrar no terreno da análise dessa interessante disputa, para que não nos afastemos desnecessàriamente do alvo imediato que nos interessa, reafirmaremos apenas, a esta altura, o fato de que

---

(4) — Jesefus: Contra Apionem — Cit. por G. Kerr: O Canon do Velho Testamento, págs. 39 e 40

(5) — A. Bentzen, Op. cit., pág. 27

o Cânon Palestino, qualquer que seja a data que atribuamos ao seu encerramento, jamais admitiu os livros Apócrifos ao lado dos 24 canônicos acima mencionados.

A Setuaginta: — Pelas alturas do ano 250 AC., teve início, na cidade de Alexandria, a primeira tradução do Cânon Hebraico para o grego, afim de atender às necessidades dos judeus da Diáspora, para os quais a língua materna deixara de ser o instrumento natural de comunicação e expressão do pensamento. A tarefa da tradução, opinam alguns, prolongou-se por mais de um século e dela participaram pessoas diferentes, de cultura diferente, que trabalharam em circunstâncias diferentes.

De acôrdo com certa tradição lendária antiga, a tradução teria sido feita por 72 sábios, enviados de Jerusalém a Alexandria, a pedido de Ptolemeu II do Egito. Certas versões da lenda fazem referência apenas a 70 (septuaginta) sábios, decorrendo daí o nome pelo qual se tornou conhecida aquela tradução, que é também identificada pelo número romano «LXX». Já há muito, porém, que caiu em descrédito esta versão a respeito da origem da LXX.

A tese de que as raízes do problema dos Apócrifos se encontram na LXX não deve ser aceita de maneira simplista. A opinião comum assume que esta tradução teria incluído, desde o princípio, os livros Apócrifos tornando-se, nessa forma, a Bíblia dos judeus de Alexandria. Com base em tal suposição, elaborou-se a hipótese de um «Cânon Maior» dos judeus da Dispersão, em contraste com o «Cânon Menor» dos judeus da Palestina. Admitindo-se êste ponto de vista, apenas para argumentar, levantaremos contra êle pelo menos as seguintes objeções: a) Há séria divergência quanto aos nomes e ao número dos livros Apócrifos nos mais antigos MSS da LXX que se conhecem. Alguns MSS contêm I Esdras, mas não contêm III e IV Macabeus; outros contêm III e IV Macabeus, os quais, entretanto, jamais foram reconhecidos como canônicos por qualquer ramo do Cristianismo. Pode-se afirmar que não existe autoridade capaz de precisar quais teriam sido os livros Apócrifos que figuraram na suposta tradução original da LXX. — b) Merece a mais alta consideração o testemunho de Filo, judeu de Alexandria, que viveu na primeira metade do I século, o qual, de acôrdo com Paul Kahle, (6) fêz em seus escritos 2.000 citações da Lei e cerca de 50 dos demais livros canônicos, mas nenhuma dos Apócrifos (6). — c) Finalmente, pesa no espírito de qualquer crítico desapaixonado o fato de haverem os judeus da Diáspora adotado, no II século, a versão de Áquila, que não

---

(6) — A. Bentzen, op. cit., pág. 36

contem nenhum dos Apócrifos, para substituir a LXX, que para êles se tornara suspeita em virtude do uso que dela faziam os cristãos em seus trabalhos missionários.

Êstes argumentos se unem no sentido de provar que carece de base objetiva a hipótese que pretende defender a existência de um «Cânon Maior» em Alexandria, com o fim de ligar a remotas raízes históricas o reconhecimento dos Apócrifos como livros canônicos por parte do Concílio de Trento, em 1546.

A esta altura poderiam surgir as seguintes perguntas: qual era o conteúdo original da LXX? De que maneira e quando foram os Apócrifos introduzidos nela?

Os estudiosos reconhecem que não é firme o terreno em que pisam quando tentam responder a tais perguntas. Trata-se, realmente, de questão aberta, sôbre a qual se propõem hipóteses que podem apoiar-se sôbre maior ou menor número de evidências, mas que estão tôdas igualmente expostas a críticas e contestações.

Uma dessas hipóteses sustenta que a Bíblia de Alexandria teria, originalmente, incluído apenas os livros contidos no Cânon Palestino, verificando-se a inclusão dos Apócrifos em data posterior ao término daquela tradução. A teoria baseia-se no seguinte raciocínio: os mais antigos MSS da LXX que possuimos datam, aproximadamente, do meiado do IV século da nossa era. Há, portanto, um intervalo de cerca de 500 anos entre a data em que foi concluído o trabalho de tradução e os MSS mais antigos que possuimos dela. Os Apócrifos bem poderiam ter sido adicionados à LXX durante êste longo período.

Outra hipótese, mais recente, defendida por Paul Kahle, orienta-se quase que nas mesmas linhas gerais da anterior, porém, em têrmos mais definidos. Para êste grande crítico a LXX resumia-se, originalmente, apenas na tradução da primeira parte do Cânon Palestino — a Tôrah — que foi sempre considerada pelos judeus a parte mais importante, autorizada e normativa do seu Cânon. Bentzen reconhece que «Kahle tornou altamente provável o fato de que o nome «Setuaginta», entre os judeus, se aplicava, originalmente, apenas à Lei, a qual se refere a carta de Aristeas... Os outros livros que não faziam parte da Lei, jamais foram colecionados em uma antologia canônica entre os judeus do Egito... A Setuaginta, como a temos hoje, é criação da Igreja, que tinha necessidade de uma tradução grega canônica» (7). E, em virtude das pesquisas de Kahle, admite Bentzen a necessidade de se sub-

---

(7) — A. Bentzen, Op. cit., pág. 37

meter a rigorosa revisão o ponto de vista corrente a respeito do Cânon de Alexandria.

À luz dêsses fatos, reafirma-se em nosso espírito, repetimos, a convicção de que carece de base histórica a hipótese que pretende sustentar a existência de um segundo Cânon — o Cânon Maior de Alexandria. Até onde a história nos pode ajudar, tôdas as evidências parecem negar a tese de que os judeus de Alexandria tivessem admitido como canônicos livros não aceitos como tais pelos seus irmãos da Palestina. Com isto não pretendems afirmar que êles reconheceram e aceitaram sòmente os livros do Cânon Palestino. Sugerimos apenas que a tese aparentemente mais provável é a que supõe que os judeus de Alexandria admitiram, com muita probabilidade, apenas um Cânon semelhante ao dos samaritanos, isto é, que só continha a Lei. Os demais livros, inclusive os Apócrifos, teriam sido paulatinamente adicionados, em ocasiões diferentes, às sucessivas cópias da famosa tradução.

Os Apócrifos e o Cânon Palestino: — Rejeitada a tese de que os judeus da Diáspora teriam reconhecido os Apócrifos como literatura canônica, desejamos esclarecer que a discussão do problema torna-se muito mais simples quando o analisamos no contexto da Palestina.

Ninguém pode ler o Novo Testamento sem ter a atenção despertada pelo silêncio que Cristo e os apóstolos guardaram a respeito dos Apócrifos. Jamais um escritor do Novo Testamento citou qualquer passagem daqueles livros como Escritura Sagrada. Não, porém, que tais livros fôssem desconhecidos dos autores do N. T.. Pelo contrário, em certas partes da carta aos Hebreus (1:3; 11:36-36; 11:37), na carta de Tiago (1:9, 19); na de Judas (vv. 9; 14-16) e até mesmo em Paulo (II Tim. 3:8), encontramos têrmos, expressões e formas de linguagem que indicam a familiaridade dos escritores neo-testamentários não só com os Apócrifos, mas com a literatura Pseudo-epígrafa hebraica em geral. E isto torna ainda mais significativo o fato de jamais haverem êles citado os Apócrifos como Palavra de Deus.

Jesefus, que como historiador reflete bem o ponto de vista dos judeus da Palestina com relação ao Cânon, transmitiu-nos uma lista de 22 livros considerados sagrados pelos seus irmãos. Êste número, menor do que o do Cânon Palestino comumente conhecido, resultava da união dos livros de Juizes e Rute e do de Jeremias e Lamentações. Portanto, o material era o mesmo. Quanto ao respeito com que os judeus recebiam e tratavam êsses livros, assim se expressou o notável historiador: «Pois se bem que tão grande intervalo de tempo (a saber, desde que foram escritos) já decorreu, nenhuma alma jamais se aventurou a acrescentar, reti-

rar ou alterar uma sílaba; e é instinto de todo judeu, desde o dia de seu nascimento, considerá-las (as Escrituras) como o ensino de Deus, permanecer nelas e, se preciso fôr, alegremente dar a sua vida em favor delas». (8)

A tradição judaica, após realçar o valor extremo e a consideração única que se devia dispensar aos 24 livros sagrados do Cânon Hebraico, faz a seguinte advertência, altamente significativa: «Quem admite em sua casa mais do que os vinte e quatro livros, introduz nela confusão» (9). E o rabi Aquiba, que morreu no ano 132, sustentava que os leitores da literatura apócrifa não tinham parte na vida futura.

Os Apócrifos na Igreja Antiga: — Estabelecido o fato de que os Apócrifos jamais foram admitidos no Cânon Palestino, de acôrdo com o testemunho das melhores evidências históricas, e de que nunca teriam sido também reconhecidos pelos judeus da Diáspora como literatura canônica, resta-nos apreciar o problema, tal como êle se nos apresenta, no seio da Igreja Cristã dos primeiros séculos da nossa era.

De modo geral, duas correntes podem ser razoàvelmente identificadas no seio da Igreja, nos primeiros séculos da história cristã, no que tange aos limites do Cânon. A primeira, de tendência mais rígida e restrita, tomou o Cânon Grego de Alexandria,que originalmente, como acima admitimos, constaria apenas do Pentateuco, e adicionou-lhe os outros livros traduzidos por judeus, que figuravam no Cânon Palestino, tal como êste existia antes do Sínodo de Jania (Jabne). Já nos dias de Paulo, a Igreja não poderia, òbviamente, restringir-se apenas ao uso do Cânon Alexandrino em sua forma original. Teria, então, surgido um Cânon Grego Cristão, que resultara da adição ao Cânon de Alexandria (Tôrah). A segunda corrente, de tendências liberais, dispuzera-se a ampliar ainda mais os limites estabelecidos pela corrente conservadora e por isso incluiu nele obras que não se encontravam no Cânon Palestino, declaradas acanônicas pelos rabinos, depois do ano 70. Daí teria surgido uma segunda coleção do Cânon Grego, que incluia livros jamais reconhecidos, quer pelos judeus da Palestina, quer pelos da Diáspora. Em face dessas duas correntes é que a Igreja deveria, oportunamente, definir sua posição relativamente aos limites do Cânon Veto-testamentário.

---

(8) — The Works of Flavius Jesephus: Bibliografia 22, pág. 190, cit. por G. Kerr: O Canon do V. T., pág. 40

(9) — Midrash Qoheleth 12:12, cit. por A. E. Efeiffer, op. cit., pág. 393

A opinião de W. O. E. Oesterley e de Theodore H. Robinson segundo a qual «a Igreja Cristã primitiva considerava todos os livros da Bíblia grega, estivessem ou não incluídos nas Escrituras Hebraicas, como igualmente autorizados e, pois, canônicos» (10) ignora a existência dessas duas correntes e exagera o problema sem, contudo, adiantar evidências históricas que apoiem a sua tese.

A corrente que adotava e defendia o Cânon Palestino parece ter sido sempre vigorosa, nas várias fases da história da Igreja em que o assunto foi debatido, embora não conseguisse jamais dominar totalmente o terreno. Na Igreja Oriental, autoridades como Justino, o Mártir (f. 164), que nasceu na Palestina; Melito, bispo de Sardis (170); Orígenes de Alexandria (f. 264), Anastácio, patriarca de Antioquia (560) e outros colocaram-se decididamente ao lado do Cânon Palestino constituído dos 24 livros tradicionalmente aceitos. A grosso modo, podemos dizer que a atitude da Igreja Oriental tendia ante à rejeição dos Apócrifos. Todavia, houve também em seu seio vozes discordantes, que admitiram alguns dêles. A Igreja Grega aceitou-os no Concílio de Trullan (692); rejeitou-os na Conifssão de Fé de Cirilo Lucar, patriarca de Constantinopla, em 1631, e novamente os admitiu no Concílio de Jerusalém, em 1672, colocando-os, porém, em posição algo inferior à dos canônicos. — Quanto à Igreja Síria, enquanto permaneceu sob a influência mais direta do Cânon Hebraico, sua atitude foi de rejeição aos Apócrifos. Mais tarde, sob a influência da LXX, esta Igreja (exceto os Nestorianos), incluiu alguns Apócrifos entre os livros do V. T..

Na Igreja Ocidental, a divergência assumiu formas talvez mais sérias. Sem mencionar testemunhas valiosas, mas de menor projeção, podemos invocar, de início, a figura de Jerônimo, o eminente tradutor da Vulgata, crítico de reconhecida competência que, em linguagem franca, no seu conhecido Prólogo Galeato (11), define-se abertamente contra os Apócrifos, distinguindo entre **libri canonici** e **libri ecclesiastici** e acrescentando, em têrmos categóricos, que êstes últimos não pertenciam ao Cânon Hebraico e deveriam ser colocados **inter apocrypha**. Além do testemunho de Primazius e Junilius, bispos da África, também favoráveis ao Cânon Hebraico restrito, interessa-nos sobremaneira a posição do Cardeal Cajetano que, já às véperas do Concílio de Trento, refere-se aos A-

---

(10) — W. O. E. Oesterley and Theodore H. Robinson: An Introduction to the Books of the Old Testament, pág. 8

(11) — Vide Revista Teológica, Semin. T. Presbt. de Campinas, ns. 23 e 24, Novembro de 1959, pág. 118.

Apócrifos, com o pêso de sua autoridade de grande teólogo, dizendo que «êstes livros não são canônicos, isto é, não pertencem à regra para confirmar as coisas que pertencem à fé» (12). Na mesma época, assume também posição semelhante o famoso Cardeal Ximenes. Todavia, a grande voz divergente que surgiu no seio desta Igreja e que deveria, em virtude de seu prestígio de pregador e teólogo, exercer decisiva influência sôbre as resoluções finais da Igreja de Roma na questão dos Apócrifos, foi Agostinho. Pesou fortemente a sua atuação sôbre os concílios de Hipona (393) e os dois concílios de Cartago (397 e 419). Neste último, os livros do Cânon Palestino e os outros, adicionados à LXX, foram colocados na mesma plana. Entretanto, o fator preponderante nas decisões dêsse concílio não foi o da crítica serena e autorizada, mas o pronunciamento posterior de Bonifácio, bispo de Roma, ratificando a decisão do concílio de Cartago. Seria também com base na autoridade, e não na evidência histórica, que o Concílio de Trento, em sua 4.a sessão, a 8 de abril de 1546, haveria de lançar o anátema contra quem, a partir de então, rejeitasse os Apócrifos como canônicos.

Os Apócrifos, a partir da Reforma: — Após a Reforma e a decisão do Concílio de Trento, continuaram a surgir atitudes divergentes no seio do Cristianismo com relação aos Apócrifos. Pfeiffer as reúne em três grups, da seguinte maneira: a) Atitude de aceitação dos Apócrifos como canônicos: Igreja Romana; b) Atitude de reconhecimento de que êsses livros não são Palavra de Deus, mas contêm elementos de edificação: Igrejas Luterana, Anglicana e Reformada de Zurique; c) Atitude de rejeição dos Apócrifos: Igrejas Calvinistas e outras (13).

O prof. Floyd Filson oferece-nos uma classificação mais clara e compreensiva, de acôrdo com a seguinte relação: a) A posição da Igreja de Roma, que aceita os Apócrifos na mesma base dos livros canônicos da Bíblia Hebraica; b) A posição da Igreja Grega, de aceitação virtual, mas não formal, dos Apócrifos como Escritura Canônica; c) A posição da Igreja da Inglaterra, que assim se expressa sôbre os Apócrifos: «Êstes livros a Igreja os lê para exemplo da vida e instrução dos costumes». Com êste objetivo, são lidos do púlpito e incluídos no ciclo anual de leituras destinadas aos fiéis; d) A atitude das Igrejas Reformadas que sustentam que «os livros geralmente chamados apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são,

---

(12) — G. Kerr: O. Canon do Velho Testamento, pág. 133

(13) — R. E. Pfeiffer, Op. cit., pg. 396

portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos». Isto não significa que as Igrejas Reformadas neguem aos Apócrifos qualquer valor religioso, mas apenas que sustentam, de maneira categórica, que êles só devem ser considerados como literatura humana (14). A conclusão a que somos conduzidos deixa patente que há apenas duas atitudes claramente definidas com relação aos Apócrifos: — a da Igreja Romana e a das Igrejas Reformadas. Nas outras atitudes nota-se ora vacilação ou incerteza, ora sinais de compromisso ou concessão.

O valor dos Apócrifos: — A reação das Igrejas Reformadas contra a posição romanista tem levado, não há negar, muitos representantes da família evangélica a assumirem atitude de injustificável agressividade contra os Apócrifos, que vale por virtual afirmação de que tais livros não devem apenas ser considerados como mera produção humana, mas também como obras perigosas e nocivas. Se estamos interpretando com justiça o que se passa em alguns setores das Igrejas Reformadas, impõe-se então um reestudo dos termos da Confissão de Fé de Westminster a respeito do assunto. Êste reestudo não deve deixar de incluir o reconhecimento do importante papel desempenhado pelos Apócrifos como preciosa literatura informativa do período inter-testamentário que nos presta, juntamente com outras obras surgidas aproximadamente na mesma época, auxílio valioso na compreensão daquele período da história dos judeus e especialmente na evolução posterior do seu pensamento religioso. O prof. Rowley, grande estudioso do Velho Testamento, assim se expressa em uma de suas obras recentes: «Na verdade existe, sob certos aspectos, um hiato entre o Velho e o Novo Testamento, e o estudo dos Apócrifos e de outros escritos derivados de certos círculos judaicos nos últimos séculos da era pré-cristã e no século que testemunhou o nascimento do Cristianismo pode ajudar-nos a preencher a lacuna» (15). Não se pode, pois, contestar que os Apócrifos ocuparam posição de realce na literatura religiosa judaica depois de haver cessado o espírito de profecia. Neles encontramos explicação de idéias e crenças sôbre a ressurreição, os anjos, os espíritos, etc., que os judeus manifestaram nos dias de Cristo. Alguns vocábulos empregados nas páginas do N. T. relacionam-se íntimamente com esta literatura inter-testamentária. É igualmente incontestável a beleza

---

(14) — Floyd Filson: Which Books Belong in the Baible, págs. 89, 90

(15) — H. H. Rowley: The Re-Discovery of the Old Testament, págs. 12, 13.

moral e espiritual que se reflete nas páginas de alguns dêsses livros como, por exemplo, o Eleciástico. Um artista como Handel encontrou nos lances heróicos descritos em I Macabeus inspiração para escrever uma de suas composições imortais. Por tudo isto, não desculparíamos ao Seminário Teológico que não incluisse em seu programa um curso em que a cuidadosa leitura dos Apócrifos constituisse matéria obrigatória. Julgamos recomendável a sua leitura aos próprios crentes, cuja cultura a tornasse proveitosa, uma vez que tais livros não fossem publicados como parte da Bíblia Sagrada.

Em defesa da posição Reformada: — O reconhecimento sereno das qualidades ou méritos dos livros Apócrifos não significa, porém, nenhuma atitude de compromisso ou de concessão relativamente à essência da decisão oficial que a êste respeito firmou a Assembléia de Westminster. A atitude definida e clara assumida pelas Igrejas Reformadas contrapõe-se, de um lado, à da Igreja Romana e, do outro, nítidamente se distingue das posições flutuantes das demais Igrejas. Os motivos que justificam tal atitude são numerosos e ponderáveis, dentre os quais desejamos enumerar os seguintes:

a) Na literatura apócrifa encontram-se numerosos erros doutrinários, bem como falsos conceitos morais. Pfeiffer, cuja simpatia pelos Apócrifos é patente, escreve: «O princípio básico da Reforma foi «o justo viverá pela fé». (Rom. 1:17; Gal. 3:11; Heb. 10:38; Hab. 2:4), e não pelas obras. A doutrina católica romana de justificação também pelas obras encontrou apôio em textos dos Apócrifos (Eclo. 3:1, 11-15,30; Tob. 4:7:11; 12:9; 14:11, etc.), mas foi vigorosamente atacada por Paulo (Rom. 3:20-28; Gal. 3:2). Igualmente ofensiva ao espírito dos reformadores, era a doutrina católica romana dos méritos dos santos, para a qual os Apócrifos fornecem também comprovação (O Cântico dos Três Jovens Santos, Dan. 12, em contraposição com Luc. 3:8)» (16). Poderíamos tornar bem mais extensa ainda a lista formulada por Pfeiffer lembrando que os Apócrifos ensinam ainda a oração pelos mortos (II Mac. 12:44:46); sugere implìcitamente o suicídio em certas circunstâncias (II Mac. 14:41-46); contêm ensinamento estranho sôbre a origem da alma (Sab. de Sal. 7:25; 8:19,20); falam do corpo como prisão da alma (Sab. de Sal. 9:15); ensinam a superstição e a feitiçaria (Tob. 6:7,19); permitem trato cruel aos escravos e ódio aos samarita-

---

(16) — R. E. Pfeiffer: Op. cit. pág. 295

nos (Eclo. 33:26,28,30; 42:5; 50-27,28), etc. A evidência interna dêsses livros constitue um dos mais eloqüentes argumentos contra a sua pretendida canonicidade.

b) A ignorância da língua hebraica, idioma original do V. T. (exceto pequenas porções escritas em aramaico) e a predominância posterior do grego e do latim, respondem largamente não só pela falta de capacidade de justa apreciação do Cânon Hebraico por parte da Igreja, mas também pela posição de ascendente importância alcançada pelos Apócrifos particularmente na Igreja de Roma. Quando Jerônimo, conhecedor do hebraico, fêz sua famosa tradução da Bíblia para o latim (Vulgata), percebeu imediatamente a relevância do Cânon Palestino e distinguiu, com clareza, entre livros canônicos e Apócrifos. A partir de Jerônimo, porém, o estudo do hebraico deixou de ser cultivado pelos cristãos. Séculos depois, Nicholas de Lyra, franciscano de ascendência judaica, escreveu importante comentário sôbre o V. T. e omitiu os Apócrifos. Além disto, escreveu também, no ano 1333, um panfleto sôbre as diferenças entre a Vulgata e a Verdade Hebraica (isto é, a Bíblia Hebraica). É provável que tenha sido pela influência de Lyra que Lutero decidiu estudar o hebraico. Pfeiffer observa: «Os estudantes cristãos da Bíblia Hebraica haveriam de concluir, com Jerônimo, que sòmente ela — a Hebraica veritas, sem os Apócrifos — constituia o Cânon do Velho Testamento» (17). Desde o momento em que a determinação do conteúdo exato das Escrituras tornou-se matéria de vital importância para o movimento da Reforma, que rejeitara a autoridade do papa afim de afirmar a das Escrituras, o renascimento do estudo do hebraico passou a desempenhar papel de primária importância no desenvolver dos acontecimentos. A tradução latina corrente foi considerada suspeita, tornando-se imperativa a necessidade de uma nova tradução calcada nos textos originais hebraico (V. T.) e grego (N. T.). Lutero empreendeu a grande tarefa e colocou, em sua notável tradução, os livros Apócrifos em forma de apêndice, no fim do Velho Testamento, com a seguinte observação: «Apócrifos: são livros que não devem ser considerados de valor igual ao das Escrituras Sagradas, mas que são úteis e bons para se ler». O exemplo do reformador foi seguido, com pequenas variações, por Coverdale (1535), pelas versões inglêsas em geral, publicadas antes de 1629, pela Bíblia de Genebra (1560), pela chamada Bíblia dos Bispos (Bishops, Bible, 1568), bem como pela Versão do Rei Tiago ou Versão Autorizada. A partir, porém, de 1629, os Apó-

---

(17) — R. E. Pfeiffer: Op. cit., pág. 395

crifos começaram a ser omitidos de algumas edições da Bíblia inglêsa, até que em 1827, após longos debates, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira decidiu não mais incluí-los em nenhuma de suas edições. A atitude da Sociedade Bíblia Britânica, longe de merecer a qualificação de estreita ou fanática, deve antes ser considerada como conseqüência lógica e natural de uma verdade que empolgara, desde o início, o movimento da Reforma, a saber, o reconhecimento da autoridade das Escrituras como regra única de fé e prática. Era, em uma palavra, a única posição coerente que lhe restava assumir à luz dêste grande princípio doutrinário. Não convinha, por inúmeras razões, que se publicassem sob a capa que levasse o título de «Escrituras Sagradas» livros não canônicos. Em outras palavras, no momento em que a Igreja redescobriu, pelo estudo do original, o fato de que o Cânon Palestino jamais admitiu os Apócrifos, era natural que a conduta da Igreja se harmonizasse com a sua convicção.

c) O prof. F. Filson lembra, com razão, entre as várias restrições que faz aos Apócrifos, que êles nada acrescentam de essencial ao testemunho da Bíblia. «Neste ministério que revela, testifica, repreende, desafia, conforta e redime, que o Espírito Santo realiza de maneira eficaz no seio da Igreja, os Apócrifos não desempenham papel indispensável» (18). Já reconhecemos seu valor como fonte de informações históricas, que interessa particularmente aos estudiosos. Têm êles, sob êste aspecto, valor semelhante aos escritos de Filo, Josefus e de outras autoridades contemporâneas, mas nada acrescentam à mensagem ou às verdades do Cânon Palestino.

d) É também grande a incerteza que tem prevalecido no seio da Igreja com relação aos Apócrifos. É ainda o prof. Filson quem sublinha êste fato lembrando, primeiramente, que, em regra, o apôio popular ou oficial dado aos Apócrifos, tanto na Igreja Antiga como na Medieval, encontrou sempre forte resistência da parte de uma ala esclarecida e vigorosa, que jamais deixou de distinguí-los claramente da literatura canônica. Além da falta de consenso unânime a respeito do assunto, a mesma incerteza se nota relativamente aos limites da literatura apócrifa. Nem mesmo a Igreja Romana considera canônicos todos os Apócrifos que aparecem nos vários MSS da LXX. As objeções contra os Apócrifos não poderiam ser silenciadas senão por meio de uma instituição cujas decisões se firmassem, como é o caso da Igreja Romana, em rígido poder disciplinar.

---

(18) — Floyd Filson: Op. cit., pág. 98

Se a todos êstes argumentos acrescentarmos ainda o pêso das evidências referidas desde o início dêste trabalho, a saber, o testemunho do Cânon Palestino e o do Alexandrino; o de numerosas autoridades como Filo, Jesefus, Jerônimo, etc.; o de fontes como o Novo Testamento, isto é, Jesus e os escritores dos vários livros; o do Talmud e o de notáveis autoridades no seio da Igreja Oriental e da Ocidental, seríamos inelutàvelmente levados a conclusão que a Igreja só poderia admitir novamente os Apócrifos no Volume Sagrado caso regridisse à posição que assumiu sôbre o assunto em períodos menos esclarecidos do seu desenvolvimento histórico.

* * *

BIBLIOGRAFIA

Bentzen, Aage: — Introduction to the Old Testament, Second Edition — G.E.C. Gad Publisher, Copenhagen, 1952

Pfeiffer, R.H.: — Introduction to the Old Testament — Harper & Brothers, N. Y., 1949

Pfeiffer, R. H.: — The Literature and Religion of the Apocrypha — Interpreter's Bible, I Vol., págs. 391-419

Jeffery, A: — The Canon of the Old Testament, idem idem, págs. 32-45

Rowley, H. H.: — The Re-Discovery of the Old Testament — The Westminster Press, Philapdelphia, 1956

Filson, F.: — Which Books Belong in the Bible — The Westminster Press, Philadelphia, 1956

Ryle, H. E.: — The Canon of the Old Testament — The MacMillan Co., N. Y., 1909

Kerr, G.: — O Cânon do Velho Testamento — Imprensa Metodista, 1952

Soares, Pe. Matos: — Bíblia Sagrada — Tipog. Alberto de Oliveira Ltda. Porto, 1951

Reid, J. G.: — «Cânon of the Scripture»: The Catholic Encyclopedia, Vol. III, págs. 267-279

Revista Teológica, Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas, ns. 23 e 24 — Novembro de 1959

Artigos sôbre os Apócrifos e o Cânon do V. T. nas seguintes enciclopedias:
The International Standard Bible Encyclopaedia, J. Orr
The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge
Cyclopaedia of Biblical, Theological and Ecclesiastical Literature, McClintock and Strong

Seção de Pragmática

A MESA DO SENHOR

ADAUTO ARAÚJO DOURADO

"O SENHOR é o meu pastor: nada me faltará» — cantava Davi, o rei-pastor, confiando plenamente na providência divina. E nesse lindo salmo, que tão de perto nos fala ao coração, emprega a figura da mesa para revelar o cuidado paternal de Deus por nós. «Preparas uma mesa perante mim». Deus nos prepara uma mesa!

Na oração do Pai Nosso, Jesus nos ensinou a orar: «O pão nosso de cada dia nos dá hoje». E ainda mais, o Senhor Jesus alimentou cinco mil pessoas e depois pronunciou um discurso em que se apresentava como o Pão da Vida.

O homem é mais do que o corpo, por isso o cuidado divino é com o corpo e com o espírito. «Não só de pão viverá o homem» — proclama o Senhor Jesus. E por isso censura o materialismo de seus seguidores: «Vós me procurais não porque vistes sinais, mas porque comestes dos pães e vos fartartes. Trabalhai, não pela comida que perece, mas pela que subsiste para a vida eterna, a qual o Filho do homem vos dará». E acrescenta: «Eu sou o pão da vida; o que vem a mim, jamais terá fome; e o que crê em mim, jamais terá sêde».

O nosso Deus conhece as nossas necessidades porque em Jesus Cristo se tornou homem. O cristianismo não é um espiritualismo que ignora as necessidade materiais do homem, mas também não é um materialismo que ignora as suas necessidades espirituais. A provisão de Deus é para o corpo e para o espírito, o cuidado de Deus é com o homem.

Êsses pensamentos talvez nos ajudem a compreender aquela última ceia de Jesus com os seus discípulos. Jesus tomou um pão e, abençoando-o, o partiu e o deu aos discípulos, dizendo:«Tomai, comei; isto é meu corpo». E logo a seguir tomou um cálice e, tendo dado graças, o deu aos discípulos, dizendo: «Bebei dêle todos: porque isto é o meu sangue, o sangue da aliança, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados».

Evidentemente, a linguagem é sacramental; significa alguma coisa mais do que o sentido comum das palavras. O sentido literal não satisfaz; as palavras apontam para uma realidade que as transcende. É bem conhecida a definição de sacramento como sinal exterior e visível de uma graça interior e invisível.

Que ceia tão comum e tão diferente! É ceia, mas é santa ceia. E' pão que alimenta o corpo e o espírito. E' vinho que sela uma aliança. E' mesa, mas é mesa do Senhor. Estamos diante de um mistério? Calvino respondeu: «Não me envergonho de reconhecer que é um mistério tão sublime, que não pode ser expresso e mesmo compreendido; ou para ser mais explícito, é mais para ser experimentado do que compreendido».

É um sacramento cristão, porque foi instituido por nosso Senhor Jesus Cristo. É alguma coisa feita por ordem de Jesus. Os Evangelistas e Paulo deixam claro que a celebração da Santa Ceia repousa na autoridade de Jesus. Foi Jesus quem a instituiu, quem a interpretou e quem ordenou a seus discípulos que continuassem a sua observância «até que êle venha».

O sacramento da Ceia do Senhor é rico de significação e nos traz preciosa mensagem. Comemora o sacrifício eterno de Cristo por nós e pela nossa redenção. Ao mesmo tempo, oferece-nos todos os benefícios da nova aliança. Apresenta-nos a Cristo e com Êle todos os tesouros da graça divina.

É mais do que símbolo como símbolo é mais do que lembrança.

Não é tanto instrução, mas comunhão.

Não é tanto lição, mas ação divina.

Não é tanto cerimônia, mas operação do Espírito Santo.

Na variedade de nomes dados a essa ordenança divina, encontramos sugestões preciosas que revelam a tesouro espiritual que ela encerra.

A Ceia do Senhor chama-se também **Páscoa**. Paulo escreve: «Pois, também, Cristo, nosso Cordeiro pascal, foi imolado». E acrescenta: «Por isso celebremos a festa, não com o velho fermento da maldade e da malícia; e, sim com os asmos da sinceridade e da verdade».

Na Páscoa, comemorava-se o livramento do povo de Israel da escravidão do Egito, e na Ceia do Senhor, a nossa libertação da escravidão do pecado. Tanto num caso como no outro, é Deus quem liberta e a Êle prestamos honra e glória.

Eucaristia significa dar graças. A palavra aparece na própria instituição da Ceia do Senhor: «A seguir tomou um cálice e, tendo dado graças, o deu aos seus discípulos; e todos beberam dêle».

Quando participamos do pão e do vinho, estamos dando graças por tudo que Deus tem feito por nós, pelo livramento do pecado e da morte para o obediência e para a vida, pela Igreja e por todos os dons e benefícios da graça divina. «Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e tudo o que há em mim bendiga ao seu santo nome. Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e não te esqueças de nem um só de seus benefícios».

É Ceia do Senhor. Êste nome tornou-se familiar desde o tempo da Igreja Primitiva. Paulo emprega as duas expressões: «Ceia do Senhor» e «Mesa do Senhor». Jesus instituiu a festa e na sua mesa nos oferece os dons preciosos da vida cristã.

É bom notar que é mesa e não altar. No altar, o sacerdote preside e o povo é mero espectador. Na mesa, o próprio Jesus é quem preside e nos convida a tomar parte com êle. Surge a pergunta: Quem deve tomar parte dessa mesa? Todos aquêles que são convidados por Cristo.

Conta-se que velho e piedoso pastor estava celebrando a Santa Ceia. Num dado momento, levantou os olhos e viu uma senhora em lágrimas, com grande convicção de pecado, recusar o cálice. O Pastor levantou-se, tomou o cálice, colocou nas mãos da senhora e lhe disse com voz amiga: «É para pecadores, minha irmã; é para pecadores, minha irmã».

A mesa é o lugar onde a família se reúne. A Mesa do Senhor é o lugar onde todos nós que pertencemos à família do Senhor nos reunimos, numa festa de amor.

A Ceia do Senhor é **comunhão**. «Porventura o cálice da bênção que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo O pão que partimos, não é a comunhão com o corpo de Cristo». E mais adiante: «Porque nós, embora muitos, somos ùnicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão».

É comunhão com Deus por Jesus Cristo e também comunhão com todos os nossos irmãos. É uma festa em que o amor impera, vencendo os ressentimentos e mágoas. «Vêde como êles se amam» — observavam os incrédulos.

Um diácono não comungara. O presbítero que distribuiu os elementos era muito amigo do diácono e depois lhe perguntou:

— Por que não comungou?

— Porque fulano de tal, que é indigno, comungou.

— Ora, meu irmão, cada um dará conta de seus atos a Deus. E o irmão está assumindo uma atitude diferente da de Jesus. Êle sabia que Judas era ladrão e traidor e se sentou à mesa com êle.

No Credo dos Apóstolos, afirmamos: «Creio na comunhão dos santos. E na Ceia do Senhor, temos a experiência da comunhão.

São João escreve: «Se, porém, andamos na luz, como êle está na luz, mantemos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado».

A comunhão é sacramento. Com relação aos cristãos, a palavra **sacramentum** aparece pela primeira vez numa carta de Plínio, o Moço, ao Imperador Trajano. Nessa carta, que data do ano 109 A. D. Plínio honestamente manifesta-se perplexo e sem saber como tratar os cristãos, que se recusam a cultuar as relíquias do Imperador e nessa carta Plínio também fala dos costumes dos cristãos na Província de Bitínia. E escreve que os cristãos costumavam «reunir-se num dia prèviamente fixado para partir o pão e cantar hinos a Cristo como a um deus e que estavam unidos uns aos outros por um juramento (sacramentum) de não cometer qualquer crime, não roubar, não adulterar, não faltar com a palavra e não sonegar impostos e depois dessas coisas se separam para se reunir novamente e tomar alimento».

A palavra sacramento relaciona-se com o juramento que o soldado romano fazia diante do Imperador, o que significava fidelidade até a morte ao Imperador. Também, ao participarmos da Ceia do Senhor estaremos fazendo o nosso juramento de fidelidade ao Senhor Jesus. E o fazemos em grande humilhação, porque muitas vêzes temos fracassado, quebrado os nossos votos, traído o Senhor Jesus. Voltamo-nos arrependidos para o Senhor Jesus, porque sabemos, por experiência, que não há futuro no pecado. Afirmamos a nossa fidelidade ao Senhor Jesus e ao mesmo tempo esperamos dêle a fôrça para cumprir o nosso juramento.

De uma feita, Pedro fêz um grande juramento de fidelidade ao Senhor Jesus: «Ainda que me seja necessário morrer contigo, de nenhum modo te negarei». E apesar disso negou e traiu o Senhor Jesus.

Mais tarde, contemplando o olhar de Jesus, Pedro arrependeu-se e chorou amargamente.

E o Cristo ressureto, desejando restaurar completamente a Pedro, vem a seu encontro para um novo pacto e lhe pergunta por três vêzes: «Simão, filho de João, tu me amas?» E Pedro lhe

responde: «Senhor, tu sabes tôdas as coisas, tu sabes que eu te amo». E Jesus lhe deu uma missão: «Apascenta as minhas ovelhas».

Jesus hoje está diante de cada um de nós e nos pergunta, como perguntou a Pedro, tu me amas? Nós, nem ao menos ousamos levantar a cabeça, envergonhados porque temos fracassado muitas vêzes. Mas êle não nos está perguntando se somos bons, fortes e fiéis, mas sòmente se nós o amamos. E apesar de fracos e pecadores, nós amamos a Jesus. E é por isso que em arrependimento e humildade participamos desta festa de amor e confiando mais nele do que em nós, faremos o juramento de fidelidade até a morte.

Os Evangelhos nos esclarecem que depois de participarem da Ceia, Jesus e seus discípulos cantaram um hino e partiram para o Monte das Oliveira. Jesus nos dá exemplo empolgante de coragem. Cantando foi para o Monte das Oliveiras, para enfrentar a morte, a morte de cruz e assim nos oferecer salvação completa.

A nossa salvação, a nossa felicidade eterna, custou a Jesus Cristo o sacrifício supremo. Êle morreu para que tivéssemos vida e vida em abundância. Na Cruz se cumpre a profecia de Isaías: «Mas êle foi ferido pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniqüidades; o castigo que nos traz a paz estava sôbre êle, e pelas suas pisaduras fomos sarados».

«Ninguém tem maior amor do que êste: de dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos». E João continua testificando: «Nisto se manifestou o amor de Deus em nós, em haver Deus enviado o seu Filho unigênito ao mundo, para vivermos por meio dêle. Nisto consiste o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que êle nos amou, e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados».

Êsse amor tão grande e tão divino exige a consagração completa de nossa vida ao Senhor Jesus e à sua Igreja. O amor de Cristo constrange-nos a que lhe dediquemos completamente a vida. É o que fazemos alegre e espontâneamente, quando em humildade, arrependimento e fé participamos da Mesa do Senhor.

★

Seção de Halieutica

ALGUNS ASPECTOS RELIGIOSOS PAN-AMERICANOS

BENJAMIN MORAES

1 — CANADÁ E ESTADOS UNIDOS

Tal como para determinados fins políticos, o continente americano pode ser dividido, para efeito de análise dos seus aspectos religiosos, em três seções: 1) Canadá, de origem mista, parte francesa e parte inglesa, cada uma delas com suas fortes tradições raciais, lingüísticas e religiosas; 2) Estados Unidos, resultantes de um caldeamento enorme de raças, povos, crenças e idéias, mas onde predomina o espírito protestante; 2) América Latina, abrangendo os países, desde o México até à Argentina e ao Chile. Na América Latina, sente-se um misto das tradições ibéricas, espanhota e portuguêsa, nas línguas, raças e costumes, e das tradições dos índios, primitivos habitantes da terra, além de africanos, importados como escravos durante largos séculos.

Em linhas muito gerais, a vida religiosa no Canadá apresenta-se em duas seções muito diferenciadas: a francesa (com sua maior fôrça na província de Quebec), onde predomina o velho catolicismo, com suas tradições muito conservadoras em matéria religiosa, e a britânica (de que se faz símbolo a província contígua — Ontário), onde dominam as tradições da igreja anglicana e reformada. Tendo, há algumas décadas, havido a fusão da maior parte das principais denominações evangélicas, a igreja protestante mais viva alí é a «Igreja Unida», havendo, porém, remanescentes das outras denominações. Há, assim, ainda, presbiterianos, batistas, etc..

Os anglicanos não são, em geral muito proselitistas. Parece-nos que o esfôrço missionário protestante que se verifica na Igreja Unida deriva, antes, da influência da obra missionária do país vizinhc — os Estados Unidos.

Talvez, entretanto, a ausência do Canadá nas reuniões gerais religiosas do continente americano se deva a dois fatôres: ao menor ardor missionário da religiosidade de tipo britânico, e ao isolacionismo político da nação, o que sempre contribui para o enfraquecimento de outros laços de aproximação. De fato, em política, nota-se que o Canadá se sente muito mais «britânico», isto é, membro da **British Commonwealth,** que «americano». A sua linha de economia, de sistema mercantil, de verdadeira índole de aproximação de negócios, é a da Comunidade Britânica de Nações. Sem dúvida que a vizinhança dos Estados Unidos há de estabelecer vinculações econômicas com êste país, em boa medida. Mas isto sem perder a característica de país britânico.

Entre nós, sente-se que a expressão «pan-americanismo» é alguma coisa que abrange os Estados Unidos e a América Latina; quase nunca o Canadá é incluído na fórmula.

Isto faz que se desconheça, entre nós, a existência de um protestantismo francês no Canadá. Êle lá existe, pouco numeroso, mas forte. Há algum tempo, fomos convidado a colaborar numa revista evangélica de língua francesa, editada em Quebec. Certamente que êstes irmãos devem ser lembrados quando se falar novamente de reuniões evangélicas «latino-americanas», pois êsses crentes canadenses de origem francesa são muito ciosos da sua latinidade.

A segunda grande seção, em que dividimos o continente americano, para os fins dêste estudo, é constituída pelos Estados Unidos da América.

Esta grande nação, fundada para que nela imperassem sempre os princípios de liberdade, sob a influência religiosa dos peregrinos, havia de ser um quadro à parte, na análise que estamos fazendo. Embora não visemos a aprofundar nossa visão num simples artigo, é compreensível que assinalemos a expressão particular da vida religiosa do povo norte-americano.

Numa população estimada em 180.000.000 de habitantes, haverá cêrca de 60.000.000 de evangélicos, 2.500.000 ortodoxos, 5.500.000 de judeus, 230.000 Testemunhas de Jeová, e 40.000.000 de Católicos Romanos (aí incluídos os «velhos católicos» e a chamada «igreja católica nacional polonesa»). Os espíritas, alí reconhecidos e arrolados como tais, não atingem a 200.000. Vê-se que há um grande número de pessoas que não têm religião ou não se encontram arrolados em igreja nenhuma. Êstes dados são colhidos no **Yearbook of American Churches** (1959-1960).

Por aí se verifica que os protestantes, embora em maioria relativamente a outras religiões, não constituem a maioria absoluta do povo americano.

Dentre os evangélicos, nota-se uma intensa fragmentação: além das divisões já havidas entre nós como clássicas (batistas, congregacionais, luteranos, metodistas, pentecostais, presbiterianos, etc.), há as subdivisões dêstes grupos: 17 ramos batistas, de mais de 50.000 membros; 8 ramos luteranos; 5 ramos metodistas; 3 ramos pentecostais; 6 ramos presbiterianos e reformados. Isto para falar sòmente das igrejas que têm mais de 50.000 membros.

Como corpo eclesiástico autônomo, o maior é o da Igreja Católica Romana, com 39.500.000 membros. Os «velhos católicos» orçam pela casa dos 80.000 apenas; os poloneses com cêrca de 300.000.

Não obstante a fragmentação protestante, têm os evangélicos alí marcada influência. A penetração das idéias protestantes é muito superior ao número efetivo dos membros das igrejas. Nota-se um predomínio da moral evangélica em muitos aspectos da vida estadunidense. E é de ressaltar-se que dêste país tem provindo, no século passado e no presente, a maior obra missionária evangélica no mundo inteiro.

Em têrmos objetivos, sente-se a influência do Evangelho em muitos detalhes da vida norte-americana: pontualidade em horários e compromissos, amor à verdade, respeito à criança, honestidade nos negócios, confiança no cheque bancário, sinceridade nas palavras, crédito nas declarações alheias até prova em contrário, maior zêlo em serviços públicos, como correios, polícia, cobrança de impostos, etc..

Pode-se verificar mesmo a existência de influência decisiva das igrejas evangélicas na igreja de Roma, nos Estados Unidos.

O catolicismo lá possui classes bíblicas, do tipo da escola dominical, para várias idades, com programas de educação religiosa paralelos aos evangélicos. Os sermões são fortemente doutrinários, na tentativa de resistir à intensa propaganda protestante. Os colégios católicos são geralmente de alto nível educacional. Livros e jornais católicos são abundantes e mais criteriosos dos que os que se publicam na América Latina. Dir-se-á que o catolicismo romano lá é mais sério do que em nossos países latinos.

Isto explicará, porventura, o respeito que, em muitas declarações, se vê nos líderes protestantes pela Igreja de Roma.

O judaísmo nos Estados Unidos assume também forma dinâmica, e mesmo proselitista, como as igrejas evangélicas. Verificam-se, anualmente, várias conversões ao judaísmo.

Também os ortodoxos, com seus 9 grupos principais, orçando pelos 2.500.000 adeptos, recebem a influência protestante, sen-

do muito proselitistas, dentro do país, e missionários, quanto ao trabalho no estrangeiro.

Desta orientação marcadamente protestante, podem-se deduzir várias coisas. Explica-se, pelo princípio da sinceridade de palavras, porque um Eisenhower preferiu dizer, em Paris, que um avião americano espionava mesmo a União Soviética. Se, no exterior, suas palavras foram mal recebidas e provocaram a crise da reunião de cúpula que se devia realizar na capital francesa, para os fins da população americana era a única saída certa: o presidente não poderia mentir ou esconder a verdade, sob pena da perda do prestígio entre os seus concidadãos.

A confiança no princípio de liberdade religiosa e política poderia produzir o que só a América do Norte produziu: a eleição de um presidente Kennedy, católico romano confesso, pelo voto de uma maioria protestante.

Por outro lado, a propaganda religiosa alí assume formas publicitárias vitoriosas no comércio e na indústria, e jamais usadas em terras latino-americanas. Cartazes pelas estradas de rodagem, anunciando a salvação pela fé, como se anuncia a melhor marca de gasolina ou de alimento enlatado. Homens andando pela Broadway com cartazes que, dos ombros, pendem para a frente e para a trás do corpo, anunciando textos bíblicos como outros anunciam refrigerantes. Entre os anúncios comerciais afixados nos trens subeterrâneos e nos ônibus, vêm-se alguns de igrejas e de escolas dominicais. Alguns pregadores do tipo «reavivalista» seriam ridículos entre nós; mas fazem maravilhas de conversões entre o povo norte-americano.

Uma palavra sôbre as novas denominações, ou grupos independentes (**independent sects**), que surgem recentemente, com enorme fervor evangelístico. Referimo-nos às tendas de cura divina, ao chamado evangelho «quadrangular» (**Foursquare Gospel**), aos avivalistas independentes (sem denominação), e, mais remotamente, os mórmons, testemunhas de Jeová e cientistas cristãos. Procedem mais freqüentemente do oeste americano, principalmente da Califórnia e do Estado de Utah. Na sua atuação evangelística, intrometem-se com facilidade pelas outras igrejas, aproveitam-se não raro de alguma estagnação momentânea de uma igreja ou denominação e fazem rápidamente prosélitos. Cedo costituem-se em denominação à parte e começam a angariar fundos para a obra missionária estrangeira. E enviam missionários principalmente à América Latina. Há dois anos, fizemos uma verificação pessoal: há duas escolas de ensino de língua para futuros missionários na América Latina, uma na Costa Rica (para a língua espa-

nhola) e outra em Campinas (para a língua portuguêsa). Naquele ano, dentre 124 futuros missionários que cursavam as aulas da escola costarriquense, sòmente 12 eram das denominações tradicionais da Reforma, e 112 das seitas independentes! Em Campinas, de 40% a 50% eram igualmente das seitas independentes.

No próximo artigo, focalizaremos alguns aspectos religiosos da América Latina.

★

DATA E ARQUEOLOGIA: — A recente descoberta de um êrro no método científico atômico na determinação de datas exige revisão das estimativas feitas a respeito da idade de muitas descobertas arqueológicas, de acôrdo com os pesquisadores do govêrno dos EE.UU.. O êrro afeta a data até agora atribuida aos famosos rolos do Mar Morto. Os cientistas do National Bureu of Standards determinaram um valor mais preciso para a «vida média» rádio ativa do Carbono 14. De acôrdo com suas conclusões, a chave da estimativa da idade dos materiais arqueológicos se encontra na medida da energia radiante que êles emitem. Antes, o valor determinado era de 5.568 anos. Agora, os cientistas dizem que é de 5.760. No que toca aos rolos do Mar Morto, isto significa que sua idade é de 1983 anos — com uma variação de 200 anos para mais ou para menos. De acôrdo com o antigo sistema, idade dêsses documentos era de 1917 anos — com uma variação de 200 anos para mais ou para menos. Frank Carey, da Associated Press, descreve da seguinte maneira o fenômeno pelo qual se torna possível o sistema de determinação das datas: «Tôdas as coisas vivas — das plantas aos homens — têm carbono rádio-ativo em seus sistemas durante a vida. Êsse carbono vem da atmosfera. Quando uma coisa viva morre, não absorve mais carbono radioativo, mas todo o carbono que ela absorveu em vida, continua a irradiar depois da morte — e êste fenômeno provê uma espécie de calendário, porque as radiações se processam de acôrdo com uma porcentagem constante». — CHRISTIANITY TODAY, January 10, 1961, pág. 27

A IGREJA DO BRASIL E SUA RESPONSABILIDADE MISSIONÁRIA NA AMÉRICA LATINA

NEPHTALI VIEIRA JR.

POUCAS pessoas terão uma palavra com a autoridade que possui a do Dr. John Mackay para analisar as condições do evangelismo latino-americano. Profundo conhecedor da literatura hispânica, homem de ampla visão missionária no mundo, identificado com a vida e o trabalho da Igreja na América Latina, tem estado êle em contato direto com as várias comunidades presbiterianas, participando de vários congressos nacionais e internacionais. Por isso mesmo, tenho para mim que suas observações no volume publicado pela Aliança Mundial de Igrejas Reformadas, com as teses e conclusões de sua 18.a Assembléia Geral, possuem um valor particular, próprio, atual, momentoso.

Destacando aspectos importantes da Assembléia, relembra o fato de que antes de 12 de Agôsto de 1959, nunca um Chefe de Estado, na história latino-americana, assistira oficialmente a uma reunião de Igreja Protestante. No Brasil e, dentro dêle, na Igreja Presbiteriana, se revela, com êste acontecimento, o fato de que o Cristianismo evangélico vai sendo parte integrante da realidade latino-americana.

A revista «Christianity Today» em seu número de 1 de Agôsto de 1960, apresenta uma perspectiva da obra missionária no mundo e num estudo minucioso da situação atual da Igreja em cada continente, aponta o Brasil como a única região «altamente favorável à evangelização».

PARA QUÊ?

As observações mencionadas, além de outras que poderíamos indicar, produzem em nosso espírito uma pergunta inquietante:

Para que existe essa Igreja influente, poderosa, num ambiente em que o Evangelismo tem provocado uma reação grandemente favorável à obra missionária? Que contribuição é chamada a dar nas condições atuais do movimento evangélico na América Latina? Se existimos como «corpo de Cristo», nossa realidade

histórica sòmente será justificada quando compreendermos a finalidade de nossa vida. Cada igreja, em sua época e em seu lugar, foi e é chamada a realizar um ministério peculiar, dentro do plano geral.

Roberto Ríos, pastor metodista argentino, escrevendo em «Testimonium» sobre «O Ministério da Igreja», diz: «O corpo é o órgão da personalidade, que a expressa e define, adaptado às condições da ordem presente, de modo que se constitui o instrumento da relação do eu com o mundo. Porisso podemos falar também de um corpo espiritual (I Cor. 15) em cujo caso se trata do órgão da personalidade adaptado às condições do mundo vindouro. Dizer, então, que a Igreja é o corpo de Cristo, é dizer que é o órgão que expressa e define a personalidade de Deus em meio das circunstâncias e em forma adaptada às condições do mundo presente».

A Igreja do Brasil deve, pois, descobrir e realizar a missão que Deus lhe reserva nesta região do mundo.

SUAS POSSIBILIDADES

Identificada com a cultura latino-americana, por suas origens e por sua realidade atual, neste abrir de portas que tem caracterizado a vida de nossas fronteiras, participando também da íntima aproximação com a língua espanhola, tem a nossa Igreja ainda reais facilidades de compreender as reações sociais do povo latino-americano, oferecendo a seus problemas e necessidades, com a eterna mensagem do Evangelho, sua própria experiência dentro de uma comunidade que participa das origens comuns das várias nações que são aqui, especialmente, suas irmãs.

A mensagem que entregamos é o «Evangelho eterno» de que fala o Apocalipse, mas êste Evangelho eterno existe para a realidade atual. Deus, o Eterno, atua na história contemporânea. Cristo, por meio da Igreja, está sempre participando da vida húmana. A solução para os problemas do mundo é sempre a graça de Cristo. «Se alguém está em Cristo, nova criatura é». Mas o homem terá sempre sua responsabilidade no mundo novo que está com êle na realidade de sua vida. E nossa Igreja é a igreja nova para êste mundo novo, com a responsabilidade de atualizar neste ambiente, com sua própria experiência, a mensagem de Cristo.

Em 1955, na Conferência Presbiteriana Latino Americana (I), a delegação do Chile apresentou uma tese: «Estratégia Comum Para o Desenvolvimento da Obra Presbiteriana na América Latina» e nela observavam nossos irmãos chilenos, que os «países latino americanos dominicados pelo Catolicismo e orgu-

lhosos de suas tradições, têm mirado com maus olhos aos missionários que vêm de outros países, considerando-os enviados ou representantes de um determinado imperialismo econômico. Daí nasce a resistência e oposição de certos elementos naturais dêstes países latino-americanos contra a implantação da Igreja Evangélica na América Latina. Êste mesmo espírito contra o imperialismo norte-americano, é mencionado com freqüência, influenciado pelo Comunismo». Por sua condição especial, nossa Igreja estará inteiramente livre do problema apresentado naquela Conferência. Si se apresentam quaisquer dificuldades na obra missionária,nossa Igreja, com os recursos próprios, não pode passar de largo, ante as necessidades de outras comunidades e povos.

O Presbiterianismo brasileiro possui uma herança própria. Nossa Igreja representa o resultado do esfôrço missionário das igrejas presbiterianas do Norte e do Sul dos Estados Unidos da América do Norte. Tenho para mim que êste fato enriqueceu profunda e grandemente nossa comunidade, que soube aproveitar a excelente contribuição dos dois corpos missionários, enriquecendo essa herança com sua contribuição própria, conquistada na experiência do trabalho em uma cultura diferente, em condições sociais, políticas e religiosas peculiares. E, assim, a Igreja do Brasil, com sua atual formação estará equipada para servir, eficientemente, aos povos que participam, com o nosso, de problemas, angústias, crises e esperanças muito semelhantes.

Estou escrevendo no Chile, onde a semelhança da gente com o nosso povo é muito acentuada. Aqui, a Igreja Presbiteriana também está vivendo seu segundo século de história. Entretanto, somos, aqui, um número lamentàvelmente reduzido. Não atingimos cinco mil. Estaria fora dos propósitos dêste artigo analisar as causas desta situação. Menciono êste exemplo para mostrar como a nossa Igreja, no Brasil, goza, realmente de uma posição singular que a responsabiliza nas suas obrigações missionárias nesta região americana da qual faz parte integrante.

SEU FUTURO

As chamadas «Igrejas Mães» estão reestudando seu conceito de obra missionária, diante dos resultados obtidos naqueles lugares onde seus recursos econômicos e seus homens foram postos ao serviço do Reino de Deus. E elas sentem que, procurando levar a outros povos, a riqueza imperecível do Evangelho, foram elas mesmas enriquecidas na experiência da comunidade. A Igreja, repartindo, recebe; ensinando, aprende. Estou seguro de que nossa Igreja será também grandemente enriquecida no momento em que amplie sua experiência missionária na comunhão com outros po-

vos. Até no despertamento de vocações para o ministério, novas riquezas de vidas humanas, ingressarão em sua vida. E ela deverá, com o trabalho que se lhe apresenta mais fácil, sentir mais ainda, sua real e grande responsabilidade, agora, no mundo latino-americano.

A experiência universal confirma cabalmente a verdade ensinada pelo Mestre: «Quem perder a sua vida, salva-la-á...» E nossa riqueza sòmente se justifica na medida do serviço que realiza. Aqui estará nossa vitória ou nosso fracasso.

Deus realiza uma obra incessante de redenção e ao sentir o chamado divino para ampliar sua obra missionária, estará nossa Igreja participando desta ação contínua do Senhor da vida, e, assim, seremos, realmente, «cooperadores de Deus», «aqui e agora».

Cristo diz que «não se pode esconder uma cidade edificada sôbre um monte». Estamos, comparativamente, em alta posição na América Latina, pelo número de membros, pelo prestígio social, pelo ministério público de nossos leigos preparados e combatentes, pelo número e qualidade de nossos seminários. Esta Igreja não pode esconder-se. Ela aqui está para ser uma luz. Seu isolamento será o enterrar criminoso de seus talentos.

Uma vez mais, nossa sensibilidade espiritual estará na resposta fiel ao «que o Espírito diz às igrejas». E creio que o Espírito está despertando na Igreja Presbiteriana do Brasil esta inquietante pergunta:

«E quem sabe se para tal tempo como êste chegaste a êste Reino?»

★

ORAÇÃO: — «Senhor Jesus Cristo: — Tu que previste Teu destino e, todavia, não fugiste; Tu que Te dignaste nascer em pobreza e humildade, e então carregar em pobreza e humildade o pecado do mundo; Tu, sofredor odiado, desprezado, zombado, cuspido e por fim abandonado mesmo de Deus, até que curvaste Tua cabeça naquela morte aviltante; Tu que, entretanto, a ergueste outra vez, Tu, Eterno Vitorioso, que não venceste teus inimigos em vida, mas que na morte venceste a própria morte — ó vitorioso para sempre, ó exaltado Senhor — permite que sejamos capazes de seguir-Te!» — S. Kierkegaard: For Self — Examination, pág. 63.

Seção Histórica e Biográfica

QUATRO HOMENAGENS

REV. ROBERT DALE DAFFIN — MEIA VIDA ENTREGUE AO BRASIL

JÚLIO A. FERREIRA

(Estudo biográfico feito pelo Rev. Júlio Andrade Ferreira, por ocasião do culto que o Seminário Presbiteriano de Campinas promoveu, em ação de graças a Deus, pela vida do Rev. Robert Dale Daffin Jr., D. D., a 20 de outubro de 1960).

Prefiro começar a história que tenho a contar-vos, revendo a Vila Americana de 1906, quando Mr. Hall fazia o casamento de mais uma filha. Dessa vez, Roberta.

Mr. Charles Hall, imigrante americano que primeiro habitara na Fazenda S. Luiz, construira, não distante da Estação de Santa Bárbara (atual Americana), vasta residência assobradada. Naqueles tempos as carroças eram trazidas cheias de melancias, à rua larga e empoeirada frente à estação. Foi por êsse tempo que Mr. Hall encontrou no jovem missionário, Rev. Daffin, mais um genro.

Grande era o celeiro de moças casadoiras na residência dos Hall. Não sabemos bem a ordem dos casamentos, mas achamos notável que quase tôdas tivessem se unido a missionários presbiterianos. Lucy era já por êsse tempo viúva do Rev. Charles Morton, falecido de febre amarela em Casa Branca; D. Katie, foi casada com o dr. Alva Hardie, missionário que construiu mais de vinte templos, abriu maior número de campos e publicou «O Evangelista», jornal de notável penetração evangelística; D. Sadie, com o Rev. James Smith, filho do pioneiro Smith, e que lhe seguiu as pegadas tanto na evangelização que exerceu com deno-

do, principalmente no litoral sul paulista, como na cátedra de Teologia no Seminário de Campinas; D. Margarida, com o Rev. Philipe Landes, o herói de Mato Grosso, também professor por algum tempo nesta Casa; e, finalmente, D. Roberta, com o Rev. Roberto Daffin.

Nascido em Marianna, Flórida, Estados Unidos, ex-aluno do Seminário de Columbia, da Universidade de Chicago, bem como do Seminário de Louisville, Tenn., tinha o jovem Daffin vinte e cinco anos. Fazia alguns meses que chegara ao Brasil. Mal aprendera a língua portuguêsa com D. Carlota Kemper, em Lavras, e viera para Campinas cooperar na obra do Colégio Internacional, que a Missão de Nashville tentava em vão ressuscitar. De Campinas, provàvelmente, tomara contacto com a família Hall, em Americana.

Unidos pelo mesmo nome, iam ter uma preciosa vida missionária em comum. D. Roberta era a simpatia em pessoa; e, pela doçura de seu trato fêz com que muitas portas se abrissem à pregação do Evangelho. Mais de trinta anos depois seu companheiro teria de registrar: «Comecei um novo pastorado em Bartow, Flórida. D. Roberta continua ativa».

Êsse, o primeiro capítulo de nossa biografia: «Dr. Daffin se torna genro de Mr. Hall».

***

A segunda parte desta história nos leva ao Triângulo Mineiro, lá para as bandas de Monte Carmelo. A cena que aí vai descrita é da pena de D. Maria de Melo Chaves, autora de «Bandeirantes da Fé».

«No dia em que êle chegou à fazenda, lá se encontravam diversos «camaradas» ou empregados nos trabalhos da roça. O ministro fêz questão que papai o levasse a visitar os trabalhadores, enquanto êles estavam ainda em serviço, no«eito». Ao chegarem, todos pararam um momento, reverentes, em atitude de respeito para o «seu» ministro. Rev. Daffin começou a conversar com êles e contou-lhes a maneira pela qual era feita a plantação do milho — que era o serviço dos empregados naquela hora — nos Estados Unidos da América do Norte. Aquêles homens rudes e simples, que nunca tinham ouvido falar dos Estados Unidos, nem da América do Norte ou do Sul, ficaram maravilhados com a palavra do «estranja» — expressão esta usada e aplicada a qualquer pessoa que não fôsse daquelas paragens».

Diz mais a autora:

«Daffin era um homem muito accessível, atencioso, gostava

muito de caçoar, brincar, contar histórias dos Estados Unidos. Com êsse temperamento, tão ao gôsto de nosso sertanejo, atraiu logo a simpatia de todo o mundo».

«Trabalhador como era, o Rev. Daffin se interessou logo pela lavoura e em tôrno de sua conversação agradável reunia o coração daquela gente. Tomou de um rapazinho uma cuia de milho e começou a semear nas covas abertas momentos antes. Enquanto semeava, foi contando a parábola do semeador, de maneira a captar, de forma original e proveitosa, a atenção daqueles homens. Não faz muito tempo, tive ocasião de ouvir de um dêles, já velhinho, a repetição da parábola do semeador, quase com as mesmas palavras usadas pelo Rev. Daffin, história que o levara, desde aquêle dia, aos pés de Jesus Cristo».

Quanto vale uma boa palavra dita a seu tempo!

A sede dêsse primeiro campo do jovem casal Daffin era Araguari. Viajava êle pelo Tirângulo e Sul de Goiás. Campo fundado havia mais de vinte anos pelo Rev. John Boyle, já consumira a vida não só do pioneiro, mas de certo modo de outros obreiros como Cowan, Morton, See, — retirados ou pela morte ou por enfermidades graves.

A espôsa do Rev. Daffin, como aliás as de outros pastôres que serviram o campo, tinha de ficar na sede, fazendo-lhe às vêzes, enquanto o marido, meses a fio, batia pela rota inhóspita.

Auxiliado pelo valente colportor José Coelho e por Palmiro Ruggeri, ex-seminarista e futuro pastor, cuja numerosa família animava os trabalhos da Igreja de Araguari, foi o Rev. Daffin, um evangelista de têmpera. A primeira viagem de Daffin no campo fôra 153 léguas a cavalo. Bom comêço!

«Uma ocasião o Rev. R. D. Daffin caminhou trinta e seis horas sem água, e teve de beber, afinal, algumas gotas acumuladas no rastro de um animal!»

Não foi sem razão que o Rev. José Borges dos Santos Jr. referiu-se ao Dr. Daffin como o «missionário estadista, que sabia fazer-se de caipira entre os caipiras».

***

Segue-se a terceira cena de nossa história, agora em zona bem diferente.

«O Rev. Daffin fazia os campos do sul de São Paulo. Apiaí abria-se ao Evangelho. «Tenho lá estado cinco vêzes (diz um relatório) e creio que não há, no Brasil, um lugar tão disposto a ler a Bíblia».

Numa de suas viagens, num lugar chamado S. Tiago, teve de discutir pùblicamente com o padre. Diz Daffin que o acento português do padre era muito carregado e o português dêle, missionário, era carregado de sotaque. Quase que duas línguas diferentes!

O sr. João de Moura, velho e fiel presbítero que havia anos realizava o trabalho de evangelização, continuava a ser o auxiliar do Rev. Daffin e alegrava-se por ver seu filho Uriel encaminhado aos estudos para o ministério. Sempre cioso de encaminhar jovens, sobretudo candidatos ao ministério, o Rev. Daffin, quando no Triângulo, assim o fizera com Jorge Goulart e Galdino Moreira.

A permanência do Rev. Daffin no Triângulo não fôra longa — três anos. A estratégia missionária o obrigara a entregar aquelas paragens a Palmiro Ruggeri e, principalmente, ao «nóvel pastor Alberto Zanon, que seria o modesto heroi do Triângulo. Dr. Daffin viera abrir o campo de Itu, duro pelo seu clericalismo. Moléstia pertinaz o fizera ir, em 1911, aos Estados Unidos para tratamento de saúde. Quando voltou, já o campo de Itu estava em mãos de outros e o Dr. Daffin fôra mais ao sul. A sede era Itapetininga, mas visitava Itapeva (então Faxina), Apiaí e os velhos pontos dos tempos de Antônio Pedro e de Zacarias de Miranda.

Um retrato de Presbitério de S. Paulo nos mostra o Rev. Daffin, ainda jovem e de forte bigode, entre Erasmo, Gastão Boyle, o velho Carvalhosa, James Smith e Presb. João Moura, presidente do Concílio.

Depois do plano de separação entre campos missionários e presbitérios, essas velhas regiões foram deixadas com os nacionais, ao passo que os missionários caminharam mais para o interior. Tal estratégia correspondia às aspirações do Dr. Daffin que tinha «sêde de novas sedes».

Coube-lhe o campo de São Sebastião do Paraíso. Mas êste é o novo capítulo de nossa história.

***

A cena seguinte, na cidade mineira de Paraíso, próspera em virtude da alta do café, na década dos vinte, pode ser centralizada na inauguração do templo! No retrato da ocasião vemos o Rev. Daffin, de fraque e colete branco, de pé, com a multidão que se comprimia à frente da grade e para dentro, pela escada do templo, e mesmo às janelas e porta. Não havia tôrre, mas uma parede mais alta, imitando-a, que dava ao edifício um aspecto conveniente. A idéia, que foi aproveitada por outras igrejas, refletia

uma convicção do Rev. Daffin, de que a igreja não tem somas de dinheiro para gastar no que não tem utilidade.

Diz uma notícia da inauguração:

«. . .Não se pode descrever o entusiasmo da congregação, nem a curiosidade do povo, sedento da verdade».

O Rev. Daffin fizera vir seus amigos: Revs. Alva Hardie, Basílio Braga e André Jensen. Uma distribuição de folhetos e de convites, à larga, pela cidade, fêz com que cêrca de quatrocentas pessoas ali se apinhassem.

O levantamento do campo de Paraíso foi levado adiante pelo casal Lane, depois que Daffin se retirou. Mas a verdade é que sua trajetória por ali foi verdadeiramente inspiradora. Já antes construira a casa de cultos em Mato Grosso de Batatais (Altinópolis) e firmara o trabalho em Monte Santo, Guaxupé e Passos. Dizia aos seus compatriotas que seu campo evangelístico no Brasil era do tamanho da Flórida Oeste.

Por ali, também, mostrou-se disposto a enfrentar padre em praça pública. Os tempos o exigiam!

***

A cena agora é do velho Seminário em Campinas, no alto da rua Dr. Quirino.

Pneumonia, complicada com a velha asma, prostrara o evangelista entusiasta. Chegaram a ter desesperança por sua vida. Ao mesmo tempo se fêz necessário um substituto para o Rev. James Porter Smith, que se retirara em «furlough». O Seminário passou a ter a colaboração do Rev. Daffin. Era o tempo em que aí lecionavam Rizzo e Gouvêa Júnior, além do velho Porter. Dos alunos havia Borges, Apolinário, Trazilbo, Marques, Renato, Pacitti, Omegna e outros. Dezesseis ao todo!

Conta o Rev. Borges que o Prof. Daffin impressionou-o pela honestidade intelectual. Certa feita, numa aula de História da Filosofia, disciplina tão martirizante dos que não são dados às especulações, perguntou o Rev. Daffin aos alunos se tinham entendido a leitura do captíulo sôbre Schopenhauer. Todos acenaram negativamente.

— Eu também não, — acrescentou êle.

Seu maior papel não terá sido efetivamente o de professor, ainda que seus ex-alunos confirmem sua honestidade no trabalho. Mas, a essa altura, o Seminário de Campinas disputava com o Seminário Unido (inter-denominacional), sediado no Rio, as simpatias da Igreja Presbiteriana.

Como a Diretoria do Seminário de Campinas houvesse obtido da Assembléia Geral licença para uma campanha de cem contos para a constituição de um patrimônio para o sustento da Cadeira Smith encontrou ela no Rev. Daffin seu entusiasta defensor e presidente.

Levantar essa quantia naquele tempo e na atmosfera de hostilidade provocada pelo Unido (que arrastara líderes como Álvaro Reis, Erasmo Braga, Samuel Gammon, etc.), era uma tarefa desanimadora. Não, porém, ao Rev. Daffin, que, contando com a colaboração do tesoureiro Gustavo Dias de Assunção e do mano dêste, o Rev. Coriolano, os que haviam solicitado a campanha, surpreendeu a Igreja com as quantias crescentes de subscrições que, em 1923, já haviam atingido e ultrapassado o alvo.

Foi por essa época, e por inspiração do Rev. Daffin, que se fundou a Sociedade Amigos do Seminário. Por sugestão do Rev. Coriolano, fundou-se também uma congênere mirim — Sociedade Infantil Amigos do Seminário. São comoventes os testemunhos colhidos no jornal da época!

Tais sociedades tiveram uma função que hoje difìcilmente poderíamos avaliar. A elas, aos mencionados iniciadores da Campanha, aos companheiros de cátedra, Rizzo e Herculano Jr., à colaboração simpática dos crentes, atribuiria Daffin a vitória. Mas o Cincoentenário de nossa Casa diz: «Ao tino administrativo, ao espírito organizador e meticuloso, ao entusiasmo comunicativo do Rev. Daffin se deve, em grande parte, o êxito dessa brilhante campanha».

Só essa contribuição justificaria nossa homenagem.

***

O espírito de pioneiro do Rev. Daffin não lhe permitiu, porém, ficar no Seminário.

Em reportagem ao jornal de sua Missão nos Estados Unidos diz que ouvia o Rev. Rizzo conversar com um rabi em hebraico e que parecia que se entendiam mesmo, mas não lhe era dado saber do que se passava!

Sua vocação era de batedor de fronteiras.

Por êsse tempo a cidade paulista de Barretos era região de assustador progresso. Cidade aventureira, de boiadeiros, quase na ponta da Companhia Paulista, era ponto de concentração do gado que vinha do Triângulo e mesmo de mais longe.

O casal Daffin, aliás acompanhado, no princípio, pela viúva de Morton, ocupou êsse ponto estratégico. Apesar de sua asma, a capacidade de trabalho do enérgico evangelista era impressio-

nante: parecia superar o corpo magro. Nesse ponto era diverso de Hardie, que vendia saúde. De Barretos, Daffin ocupou, também, a alta Mogiana, em Ribeirão Prêto e Franca.

Já em minha História da Igreja Presbiteriana do Brasil, ousei permitir-me, a essa altura, uma digressão.

Filho de velho presbítero de S. João da Boa Vista, Joaquim José Ferreira, homem que professara a fé com Miguel Tôrres e que fôra braço direito de Álvaro Reis, fui encaminhado ao Ginásio do Estado em Ribeirão Prêto, em 1926, e ali encontrei a congregação presbiteriana nascente. Fundada em março daquele ano, em casa de meu mano, João Andrade Ferreira, a futura grande igreja tinha apenas meia dúzia de membros. A família Ferreira, a família Magalhães (à qual se associou o Rev. Benjamin César, então seminarista) e também um velhinho humilde e fiel, o sr. Malaquias — tais eram os elementos da Congregação. Eu mesmo, sendo ainda adolescente, não fizera profissão de fé em São João. Dei êsse passo, aos 14 anos, com o Rev. Daffin, fazendo parte da segunda turma de professorandos presbiterianos na cidade de Ribeirão Prêto. Foi à rua S. Sebastião, 19-A, num salão pequeno. Éramos cinco.

Logo depois, na cidade de Franca, surgira uma dissidência na Igreja Metodista local por causa do corte de cabelo das senhoras. Era pastor o ex-padre Trentino Ziller, com quem ficou o grupo independente, grupo êsse que veio a ser encampado para a Igreja Presbiteriana, numa visita que lhe fêz o Rev. Daffin, já no fim de sua carreira no Brasil. O Rev. Daffin, enfêrmo, precisava retroceder à sua Flórida de onde não mais voltou.

***

Antes de encerrar esta história gostaria de apresentar uma faceta da personalidade do Rev. Daffin que é de tôdas as fazes de sua vida.

O Rev. Borges, atual presidente do Supremo Concílio, qualificou-o de «estadista evangélico». Era muito grande a influência do Rev. Daffin na política eclesiástica. Sua orientação a êsse respeito foi sempre de compreensão dos objetivos nacionais. Sem negar a sinceridade de muitos homens de Igreja, mesmo os mais eminentes, temos a lamentar que muitas medidas são tomadas em virtude de decisões de Concílios Internacionais, de Comitês Missionários que nem sempre sentiram as agruras dos campos de evangelização, e mesmo de interêsses e pontos de vista que teòricamente podem ser certos, mas que não correspondem ao gôsto, às reais medidas das possibilidades de uma igreja nacional nascente.

O gênio político de Daffin foi sempre o de por-se, em questões da Igreja brasileira, ao lado dos brasileiros.

Quando da separação entre Missão Leste e Missão Oeste (ambas do Comitê de Nashaville) êle se pôs ao lado da última, que defendia a evangelização direta e não através de grandes colégios.

Quando o problema de separação entre campos missionários e presbitérios estava ainda em suspenso, foi, o Rev. Daffin, o primeiro que pediu sua transferência para um presbitério da Flórida, para não constranger os nossos. Resolvida, porém, a questão, em 1917, uma vez formada a Comissão chamada de «Modus Operandi», da qual Daffin fêz parte, ao lado do velho Dr. Waddell e de Matatias Gomes dos Santos, voltou êle ao seio do venerando Presbitério de Minas, apenas para atestar sua amizade aos velhos companheiros.

Quando se tratou de organizar o Congresso de Montevideu, em 1925, e já uma pressão internacionalista se fazia sentir sôbre métodos nacionais, o Rev. Daffin se lhe mostrou contrário, e se foi até lá, como delegado de sua Missão, o fêz no interêsse de defender os métodos de trabalho que mais interessavam à Igreja Brasileira, isto é, evangelização direta.

É o Rev. Borges mesmo que, lembrando ainda a honestidade intelectual do Rev. Daffin, diz que numa reunião prévia, mostrando-se o Rev. Porter muito entusiasta do Congresso, pediu ao Dr. Daffin que orasse pelo seu êxito, ao que êste replicou: Se fôr para vencerem ideais contrários aos interêsses da evangelização do Brasil, prefiro orar para que não haja Congresso.

Quanto ao tino administrativo dêsse homem, lembro ainda um incidente, que, embora de menores proporções, não é menos significativo. A obra presbiteriana incipiente de Ribeirão Prêto estêve a pique de se dissolver por causa do espírito revoltado de um certo senhor, bem falante, que sabotava as ordens da administração do trabalho local. Informado, veio o Rev. Daffin de Barretos e visitou o referido senhor, que em sua gabolice dizia fazer e acontecer. A certa altura, afirmou que se abusassem iria êle para a Igreja Batista. Incontinente, o Rev. Daffin tirou do bolso um pequeno bloco e assinou uma carta de transferência do tal crente, para a referida Igreja.

A paz voltou sôbre a nossa Congregação.

Quando fêz a última visita a Ribeirão Prêto, disse: Escolham terreno entre as ruas tais... Especificou-as; e quem conhece a cidade e o futuro da obra ali, agradece ao Rev. Daffin seu último conselho.

Uma palavra a mais, como última cena. Diz o Dr. Ricardo Waddell que, pregando em Bebedouro, Portugal, pelas alturas de

1945, encontrou, no sr. Manoel Gomes, um verdadeiro líder de evangelização daquela região lusa. Perguntou-lhe onde conhecera o Evangelho!

— Em Gordural, perto de Barretos, no Brasil. Conheci-o através do «homem de Deus» que foi o Rev. Daffin. Disse-me êle que tinha de voltar a Portugal para pregar aqui a Boa Nova.

E o Dr. Waddell, que ouvira falar do Rev. Daffin desde sua infância, aureolado de fama, sem jamais ter conhecido o portador do nome, ficou admirando mais o «homem de Deus», cuja fama era já tão ilustre nos meios evangélicos brasileiros, porque agora via extender-se a outras terras (Portugal e Angola) efeitos de sua consagração à tarefa de pregar o Evangelho.

A onda benfazeja ultrapassara os limites de nossa pátria, à qual o Rev. Daffin tanto se consagrara.

O próprio Rev. Daffin, em 1951, comentou, em carta a nós dirigida:

«Em 1929 o meu estado de saúde ficou tão precário que os médicos me declararam condenado à morte, caso ficasse no Brasil. Retirei-me, esperando, mesmo assim, ter pouco tempo de vida. Um ano de repouso, e pude voltar ao trabalho; tenho servido ativamente a diversas igrejas em minha terra natal. Estou com 70 anos e agora, nestes meses, comecei novo pastorado em Bartow, Flórida». Só agora, a 11 de outubro de 1960, é que cessou definitivamente o seu ministério.

Seus filhos, na maioria, nos Estados Unidos, servem também a Humanidade, uns no serviço do corpo, como médicos; outros no serviço da alma, com pastor. D. Carrie, a imagem simpática de D. Roberta, nós a conhecemos como anjo dos nossos missionários nesta nossa Campinas. Continua a obra que seus pais iniciaram no Brasil.

Diz o Rev. Daffin:

— «Tive vontade de oferecer tôda a minha atividade à Igreja no Brasil, mas Deus aceitou sòmente a metade...»

Dizemos nós:

— Graças a Deus por essa grande metade!

***

FONTES DE INFORMAÇÃO:

Ferreira (Júlio) — História da Igreja Presbiteriana do Brasil, vol. II, págs. 56, 57, 145, 147, 154, 157, 263, 270, 273.

Testemunhos colhidos do Rev. José Borges dos Santos Jr. e do Dr. Ricardo Waddell, no culto memorial promovido pela Es-

cola de Língua e Orientação, em Campinas, no dia 4 de outubro de 1960.
Autobiografia do Rev. Robert Daffin, escrita a pedido do autor, em 1951, e guardada no Arquivo Presbiteriano.
«O Cincoentenário» — Faculdade de Teologia da Igreja Cristã Presbiteriano do Brasil — 1938.
Coleção Calvin Porter,c onforme índice. Arquivo Presbiteriano.
Revista de Missões Nacionais, 1920.
Chaves (Maria de Melo) — «Bandeirantes da Fé» — Belo Horizonte — 1947.
«O Puritano» — 11 de outubro 1923.
Conhecimentos pessoais do autor.

✶

DR. FRANK FISHER BAKER

(Estudo biográfico, pronunciado pelo rev. Júlio Andrade Ferreira, por ocasião da homenagem de despedida que ao casal Baker prestou ao Seminário Presbiteriano, em 25 de novembro de 1.960).

A primeira observação curiosa a respeito do dr. Baker é que êle veio para o Brasil por pouco tempo, e aqui permaneceu quase meio século.

E a primeira pessoa a ser mencionada nessa história, é um tal dr. Thomas Lingon, que vivera no sul dos Estados Unidos, em fazenda anexa à dos Baker. Tendo estado no Brasil por algum tempo, êste senhor, que estivera a serviço do Mackenzie College, e que passara por Lavras, levou insistente apêlo do dr. Samuel Gammon para que algum jovem, capaz de dar aulas de inglês e de matemática, viesse a Lavras, para servir no colégio em certa conjuntura.

Dr. Lingon, logo após seu regresso ao Estados Unidos, indo ensinar num colégio, ali encontrou, terminando seus estudos básicos, o jovem Frank Baker, de família tão conhecida e amiga; transmitiu-lhe com insistência o apêlo de Gammon.

Como não se tratasse senão de um contrato temporal e as responsabilidades a assumir não fôssem insuperáveis, o jovem Frank se dispôs à aventura de ir a um país distante para prestar um serviço urgente, antes de entrar para o Seminário, onde pretendia preparar-se para o ministério evangélico.

Foi o que aconteceu. Mas a viagem, naqueles meados de 1913 feita sob contrato, e por prazo delimitado, só agora termina. Agora, no final de 1960, em gôzo de merecida aposentadoria, o dr. Frank Fisher Baker regressa à sua Pátria. Quase meio século de serviços prestados ao Presbiterianismo brasileiro!

Nem bem chegado a Lavras, mesmo antes de tomar oficialmente uma classe, logo nos dias imediatos, teve de lecionar a um grupo: o filho de um dos professôres, Dr. Shaw, um candidato ao ministério, William Kerr, e poucos mais. Classe curiosa, pois ao mesmo tempo que lecionava inglês e aprendia português, estudavam juntos o grego, ainda fresco na mente do estudante norte-americano.

Em março de 1.914 iniciou oficialmente seu trabalho, mas apenas dentro do contrato feito, e sem intenção de ficar indefinidamente no Brasil. Algum tempo depois, no entanto, suas intenções estavam mudadas. Não só porque gostava da língua portuguêsa, a cujo estudo se dedicara com afinco; não só porque fizera camaradagem com os estudantes, sendo tão jovem como muitos dêles; mas também, e principalmente porque, decorrido um ano e pouco, os dirigentes (Dr. Gammon, Dr. Hunnicutt e outros) insistiam em que aceitasse a nomeação de missionário leigo, para, dêsse modo, ter o sustento garantido pelo Board, aliviando assim as sobrecarregadas finanças do colégio. Anuiu com a condição de voltar ainda aos Estados Unidos, em momento oportuno, para os estudos teológicos projetados, o que lhe daria também oportunidade de melhor servir à Igreja no Brasil.

Em princípios de 1917, em plena guerra, foi que se realizou êsse intento. Regressava o jovem Baker à pátria, onde faria o curso teológico no «Union Seminary» de Richmond, Virginia. Ia, porém, acompanhado de sua jovem companheira — Irene — filha do venerando médico missionário, Dr. Horace Allyn. O curso, de certo modo, foi abreviado graças à boa vontade da Congregação do Seminário que lhe permitiu entrar no meio do ano letivo, fazendo exames de algumas matérias que nem cursara.

Em julho de 1919 estava ordenado ministro evangélico, em Richmond, e exercia um rápido pastorado experimental. Dr. Gammon, no Brasil, requisitava seu retôrno. Finda a guerra e o curso, ordenado e provado, veio de novo ao Brasil, o jovem pastor Baker, agora para ficar.

A segunda observação curiosa, a respeito do dr. Baker, a quem só o tem conhecido neste final de carreira, com o título de Dr. (a que fez jus no mesmo Seminário de Richmond, em uma de suas viagens à sua pátria) e como homem relacionado com importantes instituições educacionais evangélicas, é saber que foi um

pastor e evangelista de uma das regiões mais romanistas do Brasil.

Falar no trabalho dos Baker é falar nessa Minas Gerais, com suas montanhas formosas e com sua simplicidade de vida.

Em Caxambu, em Varginha, em Oliveira, depois, e, sobretudo, em Lavras, foi que o casal desenrolou seu ministério.

Viajou o Dr. Baker até S. João Dei Rei e Barabacena, os redutos do romanismo. Lugares fechados e difíceis; difíceis e fechados, intransitáveis tantas vêzes, foram também as estradas íngremes e barrentas por que passou a cavalo e, mais ainda, de fordinho.

Cercado, às vêzes, dos Knight, Hannicutt e outros, os Baker permaneceram anos na obra evangelística, na «Missão Leste do Brasil».

Trabalho em região tão rotineira e tradicionalista, não pode ser medido em têrmos de resultados.

Contudo, à guisa de exemplo, vamos mencionar alguns. Um dêles é o primeiro crente de Varginha, ainda hoje vivo e ativo, e pelo menos até o ano passado, presidente da Câmara Municipal daquela cidade, sem deixar de ser presbítero fiel.

Outro, muito significativo para nós, é o atual rev. Francisco Alves, professor neste Seminário. O então rapazote Francisco, peralta a não mais poder, causando preocupações sérias à família e à paciente missionária D. Genoveva Marchant, foi alcançado pela graça divina através das pregações do Dr. Baker.

E o Senhor da Seara sabe muito bem dos frutos todos de seu esfôrço evangelístico. Não seria fora de propósito mencionarmos ainda a família de onde nos veio o brilhante Ruben Alves, sucessor do Rev. Francisco Alves, em Lavras.

Não foi inútil o trabalho pastoral e evangelístico do Dr. Baker, por mais dura que tivesse sido a nossa Minas tão romanista.

A terceira observação curiosa a respeito do Dr. Baker é que foi para a direção do Instituto Gammon para resolver uma crise e lá permaneceu por mais de vinte anos.

Seu maior título é sem dúvida o de ter sido o Reitor do renomado Instituto.

Passou êste, em 1929, por grave crise. A perda, sentida, do grande líder, Dr. Gammon, no ano anterior; a tristemente célebre crise do café, estourada logo depois, e a conseqüente retirada de muitos alunos, filhos de fazendeiros, pareciam abalar os alicerces da instituição. A matrícula, de mais de quinhentos, caiu abaixo de trezentos em 1930. Foi nesse época que o Dr. Baker entrou na direção, tendo superado a crise. Mais de 40 professôres e várias instituições estavam sob seus cuidados. Aí permaneceu êle, descontados intervalos de viagens e de trabalhos especiais, até 1954, quando foi chamado ao Seminário Presbiteriano.

Também sem um definido propósito inicial, foi que se deu a fundação da filial do Instituto Gammon em Paraguassu, na Alta Sorocabana. Cidadãos dêsse lugar, especialmente rotarianos, à frente dos quais estava o coronel Antônio Nogueira, pai do Rev. Rodolpho Nogueira, levaram a efeito uma campanha pró instalação de um ginásio, tendo levantado para isso, nas alturas de 1943-1944, a vultosa quantia de 255 contos de réis. Por sugestão de um agrônomo gammonense recém-chegado àquela cidade — o Dr. Alcides Ribeiro (neto do Cel. Joaquim Ribeiro) — fizeram um apêlo ao Instituto Gammon a que instalasse em Paraguassu uma filial.

Dr. Baker ali foi ter, e ante o fato de tôda soma referida, e mais um terreno de 45 mil m2 serem oferecidos sem condição, tomou como uma ordem divina a abertura do trabalho educacional que até hoje ali prospera, sob a direção do professor Célio Siqueira. Êste tem sido por muitos anos o infatigável e eficiente diretor da escola. O prof. Célio foi encaminhado para alí pelo dr. Baker, que aliás, passara também uma temporada na referida cidade paulista, dando forma ao ginásio.

Não vamos entrar na avaliação da obra educacional missionária no Brasil. É um problema que, pela complexidade, vai além das pretensões de nosso discurso. Mas qualquer que seja a posição em face do problema, convém acentuar que em outros tempos e nos meios do interior, a educação secundária e, sobretudo, a formação agrícola, deram ocasião a numerosos contatos de evangélicos com famílias que, de outro modo, difícilmente estariam ao nosso alcance.

Não conhecemos todos os problemas que, na direção do grande educandário, nesses longos anos, pode ter tido o Dr. Baker, nem imaginamos que todo o mundo tenha podido sempre aceitar os seus critérios, mas o fato é que suas qualidades de diplomata, seu domínio da língua portuguêsa (em grau muito raro num estrangeiro), possibilitaram-lhe servir à sua Missão (e, pois, à nossa Igreja) através de tantos anos.

Os gammonenses estão por todo êsse Brasil e muitos dêles honram o nome de evangélicos. Autoridades políticas importantes, como por exemplo Oswaldo Aranha, Apolônio Salles, tiveram contato com a referida instituição. Aquêle desejou matricular seu filho em Lavras; êste atestou, embora católico praticante, a boa reputação da Escola Agrícola de Lavras.

A contribuição do Dr. Baker, apesar de precalços de sua saúde, aparentemente tão boa, estende-se a outros setores. Foi membro da Comissão de Modus Operandi, precursora do C.I.P., também dêste, às vêzes; da Comissão Unida do Centenário.

Foi conferencista itinerante, orador oficial em congressos, inspirador de jovens educadores, como por exemplo, o prof. Zaqueu de Mello. Dêste, sei eu que se atirou à grande obra do Filadélfia e do Londrinense no Norte do Paraná, inspirando-se no Dr. Frank Fisher Baker, de quem muitas vêzes me falou com admiração.

Só depois de mais de quarenta anos de serviço, em fim de carreira, é que o Dr. Baker foi chamado para o Seminário Presbiteriano. Seu serviço aqui foi uma sobra de sua obra no Brasil. A nós, contudo, coube-nos a honra de agradecer todo o serviço que prestou à nossa Igreja.

Dr. Baker nos prometeu escrever a história de sua Missão — A Missão Leste do Brasil. Será ainda um precioso serviço à Causa.

E dizer que viera para não ficar!...

A Providência tem seus caminhos.

REV. HERCULANO DE GOUVÊA JÚNIOR — O MESTRE DOS PASTÔRES E LEGATÁRIO DOS PIONEIROS

(Estudo biográfico em homenagem ao mestre aposentado, depois de 45 anos de serviços prestados ao Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas).

O Rev. Herculano de Gouvêa Júnior foi recentemente aposentado, depois de 45 anos de serviços prestados ao Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas.

Sempre modesto e jovial, amigo dos alunos e dos colegas, o Rev. Herculano deixa saudades em nosso meio.

Uma circunstância bem curiosa a seu respeito é a de que, dos professôres nacionais que têm servido à nossa Casa, através de longos anos, nenhum deixou de ser aluno do Rev. Herculano, nem mesmo o Rev. Kerr, nosso saudoso Reitor.

Êle é, pois, um mestre de todos nós.

Caçoava de si mesmo, dizendo que o título de «decano» lhe parecia muito antipático e que, ao ser eleito para essa cátedra, alguém fêz a objeção de que era muito jovem. E êle, citando um caso paralelo em outras terras, repetia a resposta:

— Tenham paciência. Dêem-me tempo e remediarei êsse defeito.

O Rev. Herculano trabalhou mais de dez anos neste novo prédio, à Avenida Brasil, e lidou com todos os novos ministros que aqui fizeram o curso. Mas, nós outros que alcançamos o velho prédio e fomos alunos dêle, ao lado do Rev. Kerr, Lenington e outros, o vemos sempre em imaginação, conversando jovialmente com os moços de outros tempos, à escadaria do casarão da Travessa Jorge Morton.

Através de fotografias, retrocedemos ainda a tempos do Dr. Porter, do Dr. James Smith... Ou mais ainda: vêmo-lo na exuberância de sua juventude, sentado ao lado de Erasmo Braga e do velho John Rockwell Smith, o fundador da instituição.

Dêste, o Rev. Herculano foi aluno e colega. É, pois, um elo de ligação entre o Seminário de hoje e o Seminário de todos os tempos.

★

Em maio de 1913, em número da Revista de Missões Nacionais, jornal de assuntos domésticos da igreja, surgiu um artiguete com o título: «A Diversidade de Dons e o mesmo Espírito». Dizia o seguinte:

«Meditando na personalidade e no serviço ministerial dos estudantes que sairam do Seminário nestes três anos, veio-nos o pensamento: Quão eficiente o ministro que reunisse na sua pessoa as belezas salientes dêstes moços:

que estudasse como Américo Menezes,
que pensasse como Herculano de Gouvêa,
que escrevesse como Tancredo Costa,
que viajasse como Teodomiro Emerique,
que ganhasse conversos como Bernardino de Souza,
sendo expansivo como Miguel Rizzo,
e tenaz como Otávio de Souza,
apascentando o povo como Samuel César,
animando a igreja como Basílio Braga,
caçando o cobre como Benedito da Silva,
exercendo o bom senso simpático de Manuel Marques,
adaptando-se a diversas circunstâncias como Francisco de Souza».

Eram doze. E por isto mesmo, corria a brincadeira que, sendo êles doze como os apóstolos, um teria de ser Judas...

Decorrido meio século e pensando na vida dêles, alguns dos quais já recolhidos ao eterno descanço, vemos que, embora tenham sido uns mais brilhantes do que outros, nenhum dêles foi Judas.

O nosso homenageado é o que já então era considerado o pensador.

O Rev. Herculaninho, como em geral é conhecido, só estêve no pastorado por pouco tempo. Foi em Jaú. Chamado pela Assembléia Geral, reunida em Campinas, em fevereiro de 1915, para lecionar no Seminário, veio quase imediatamente.

A Assembléia que o elegeu, resolvera que êle fizesse estágio de dois anos nos Estados Unidos e, a êste respeito houve troca de correspondência entre Erasmo Braga e Álvaro Reis, mostrando aquêle que o compromisso devia ser cumprido; alegando o último que os recursos escasseavam.

Se o dinheiro era pouco, os serviços eram absorventes. E o novo professor nunca foi ao estrangeiro.

Quase que durante todo o tempo de permanência no Seminário, o Rev. Herculano tem sido o secretário da Congregação.

Quantas atas escreveu?

Como secretário é quem registrava tôdas as notas e tirava tôdas as médias. Serviço modesto e imprescindível, sobretudo em fases de lutas financeiras da instituição, aí está, nos arquivos da Casa, como atestado de seu esfôrço, perseverante e paciente.

Outro aspecto da atividade do Rev. Herculano está nos jornais da denominação.

Em 1919, quando acesas iam as lutas em tôrno da formação do Seminário Unido, interdenominacional, os diferentes autores de artigos se punham a defender tese pró ou contra a novel instituição. De tudo que se pode ler, na imprensa presbiteriana de então, nada se pode comparar com a série de artigos de autoria de Herculano Gouvêa Júnior, e que tem por título «Panamá, Cooperação, Seminários».

Suas teses podem ser revividas, pois, ainda hoje, há ecumenistas aéreos.

Repito as palavras do articulista: «Às igrejas evangélicas na América Latina assiste o direito de analisar o programa de trabalho delineado no Congresso do Panamá e declarar se o aprova ou não.»

Sua análise é serena em questão tão ácida, mesmo porque estavam em jôgo interêsses pessoais dos professôres. É também uma análise compreensiva, pois situa o problema local no contexto geral de um ecumenismo nascente e... impertinente.

Êsse artigo, escrito em uma tal época é notável, sobretudo porque revela seguro conhecimento da política eclesiástisa e do ensino teológico, conhecimento que deve ter dado, aos contemporâneos conturbados, impressão repousante.

O Rev. Herculano não foi articulista assíduo. Quando, no en-

tanto, seus artigos aparecem, revelam perspicácia invejável na apreciação dos problemas quer da vida eclesiástica, quer da vida do mundo, dentro ou fora do país.

Na Revista «Biblos» saiu uma série de artigos seus sôbre problemas do N. Testamento, sintéticos, específicos, mas como tudo que sai de sua pena, claros e de firme posição doutrinária.

Na Revista do nosso Seminário há também artigos seus, embora lamentemos não terem sido tantos quanto sua competência nos poderia dar.

***

O Rev. Herculano Gouvêa Júnior nos lembra a Homilética. Não há um livro escrito que traga seu nome como autor. Êle está, porém, atrás de todos quantos, neste Brasil, se põem a dar aulas de homilética, quer em classes nas capitais ou no interior, quer em artigos de jornal ou mesmo em publicações feitas. Algo é curioso. É que havendo, naturalmente, muitas inclinações que aperecem em autores estrangeiros, aqui no Brasil, uma só homilética se implantou: a do Rev. Herculano.

Sem querer fazer um cotêjo com ministros de outras denominações, pensando apenas em têrmos da experiência presbiteriana em nossa pátria, vemos que os nomes mais laureados de pregadores, seguem com proveito a orientação bebida no Seminário de Campinas. Qualquer pessoa medianamente lida no assunto sabe que há outras estruturas de sermão. Mas, a nossa estrutura clássica: Exórdio, Explicação, Tema, Três Argumentos, Peroração, tem sido inconfundível e soberana. Verdade é que as aulas teóricas da matéria eram poucas. Mas as críticas às quintas-feiras, ouvidas pelos seminaristas, nos cultos, e certamente a «alta-crítica», feita pelos próprios alunos nos corredores de cima, seja do prédio da Avenida Brasil, seja no velho casarão dos altos da Rua Dr. Quirino (atual Travessa Jorge Morton) constituiram, através dos anos, uma maravilhosa escola, cuja inspiração veio sempre do cérebro lúcido de Herculano de Gouvêa Júnior. Os autores brasileiros de Homilética, surgidos ou por surgir, poderão dar-nos elementos válidos, sem dúvida; tal contribuição será sempre, porém, sôbre o lastro já firmado.

Os tempos mudam. Outras inclinações podem surgir; de certo modo já se manifestam. Ninguém jamais refará o passado. Ninguém poderá alterar o fato de que, em meio século de influências, o Herculano de Gouvêa Júnior deixou no seio da Igreja Presbiteriana do Brasil, e, por meio dela, em outras igrejas da pátria, e de outras terras, uma fiel geração de pregadores.

O Rev. Herculano, com seu temperamento jocoso, disse que no Seminário não há cadeiras, mas bancos. Embora titular da chamada «Cadeira Simonton» que é a do Novo Testamento, lecionou várias outras disciplinas, sobretudo da secção de Teologia Pragmática.

Nunca foi prolixo. Sempre expôs com clareza as idéias. Nunca se incomodou com os pormenores. Procurou sempre apenas o essencial.

Sem dúvida que, dada a preguiça natural de estudantes, tais características de um professor podem ser uma tentação. Mas, importa dizer que, numa época em que o liberalismo jorrava idéias perniciosas, a orientação do Rev. Herculano foi a de fiel intérprete da Palavra. Sua fé na Escritura sempre se mostrou robusta e transparente.

O nosso homenageado, conforme o nome bem o atesta, é o Júnior.

Qual é o Senior?

Passamos a dar uma apreciação da vida do velho Rev. Herculano, não apenas como uma moldura necessária à nossa homenagem, mas principalmente para demonstrar as ligações com o passado heróico de nossa Igreja.

A bem dizer, o assunto começa em Brotas, nos primórdios da evangelização da pátria. Foi em janeiro de 1865 que Blackord fôra a Brotas, lá chegando a 1.o de fevereiro, «em viagem aborrecida e dificultosa, a cavalo, sôbre estradas escabrosas e algumas vêzes entre o charco e o lodo.»

«O modo de trabalhar, diz o missionário, era ir de vizinhança em vizinhança, e de casa em casa, pregando, lendo e expondo a Bíblia.»

Entre os primeiros a se declararem abertamente favoráveis à verdade do Evangelho estava a família de Antônio Francisco Gouvêa.

Em abril daquele ano fôra a Brotas o próprio Simonton, acompanhado de Chamberlain. «Passamos dez dias em Brotos (sic!), diz o primeiro, e creio que realizamos trabalho muito útil». Os cultos foram principalmente dirigidos em casa do Sr. Gouvêa, quer no sítio, quer na própria vila, onde o mesmo senhor tinha propriedade.

Em novembro, dia 13, numa segunda-feira, diz o cronista: «...reunimo-nos em casa de Antônio Francisco Gouvêa, no sítio, com o objetivo de organizar uma igreja. O Sr. Conceição pregou a mais de trinta pessoas: Joaquim José de Gouvêa e sua mulher, Lina Maria de Gouvêa, seu filho Francisco Joaquim de Gouvêa e sua filha Sabina Maria de Gouvêa, Antônio Francisco de Gouvêa,

sua mulher, Sabina de Gouvêa e suas três filhas: Belmira Maria de Gouvêa, Maria Vitória de Gouvêa e Maximina Maria de Gouvêa; Severino José de Gouvêa e sua mulher Maria Joaquina de Gouvêa.

«Uma rude choupana, feita de estacas ou vigas enterradas no chão e cobertas de grama». Essa grama referida no documento não passaria, provàvelmente, do conhecido sapé.

Alguém estará talvez estranhando que nos excedamos nestes comentários sôbre a penetração do Evangelho em Brotas, quando o propósito inicial era falar de um professor do Seminário. Mas, na verdade, um dos grandes títulos do nosso homenageado é seu nome: Gouvêa. Nome, como se viu, da família que Deus predestinou no sertão do Brasil, para abrigar a primeira igreja do interior.

O lar de Antônio Gouvêa, irmão de Severino e tio de Herculano, foi a célula máter da referida igreja. Herculano era então um menino. Como o sítio de Severino ficasse mais perto de Boa Vista do Jacaré, a família passou a freqüentar a congregação formada ali, em casa de Henrique Gomes de Oliveira.

Quando a família de Severino Gouvêa se transfere, em 1873, para Rio Claro, deixa o jovem Herculano no sítio, a administrá-lo. Já por êsse tempo pensa o rapaz em sair dali para os estudos. Tendo professado a fé, aos 15 anos, com o Rev. Dagama, seguiu algum tempo depois para Rio Claro para ser aluno daquele pastor. Havia naquela cidade o «Colégio Dagama», modesto, mas eficiente. Missionárias, como Miss Mary Dascomb e Elmira Kuhl, e as próprias filhas do casal Dagama, foram, ali, mestras capazes.

Já então o jovem Herculano empreendia, com Dagama, longas excursões aos sertões do Oeste de São Paulo. Era pregador e colportor. Araraquara e Rio Preto, nascentes, foram o desafio aos caçadores de boas terras e aos caçadores de almas.

Em 1883, Herculano era eleito presbítero da Igreja de Rio Claro. Dois anos depois mudou-se para São Paulo, onde estudou com Chamberlain e Howell. Inteligente, é convidado a pregar e a escrever, o que faz com alegria. Peregrina durante certo período, até que se põe a ajudar o Rev. Howell num colégio sertanejo na região, de Jaú, onde também, aos pés do missionário, prossegue seus estudos. Casa-se com D. Elvira, uma sobrinha do ex-padre Conceição, e filha do então patriarca de Brotas, o Cel. José Rufino de Cerqueira Leite.

Falar em Cerqueira Leite é apontar outro dos troncos abençoados da evangelização pátria. José Rufino era irmão do saudoso pastor Antônio Pedro de Cerqueira Leite.

Em 1891, o experimentado presbítero, terminados os estu-

dos para o ministério, e já licenciado por um ano, é ordenado em companhia de João Vieira Bizzarro e Bento Ferraz, na reunião do Presbítero de Minas, havida na cidade de Mogi-Mirim.

Rio Claro, Jaú, São Carlos e Araraquara são as igrejas que principalmente pastoreou. Por pequeno espaço de tempo esteve em Itatiba e Campinas (tendo neste lugar sido o sustentáculo do trabalho presbiteriano quando êste se esfacelara com as questões da formação da Igreja Independente).

Herculano de Gouvêa é, porém, essencialmente, o homem do Oeste de São Paulo. Serviu ao Presbitério que durante muitos anos teve êsse nome. Os velhos crentes da região ainda hoje se lembram dêle com emoção. Fiel aos seus compromissos, cavaleiro hábil e resistente, pregador fluente, «causeur» por índole, fazia a todos rir com suas anedotas e a todos fazia pensar com a mensagem fiel do Evangelho. Fez viagens até os sertões de Votuporanga, Veadinho do Porto, tocando as divisas de Goiás.

Quando, em 1905, em Campinas, expressa a um amigo seu profundo desêjo de **«voltar à sua vida de caboclo»**. Modo de dizer! Era dos pregadores mais capazes de nossa Igreja.

«A sua vida, afirma uma biógrafa, dedicou-a integralmente ao ministério. Nunca exerceu qualquer outra função remunerada, mesmo para prover o sustento de sua grande família. Com sacrifício inauditos, dêle e de sua heróica espôsa, pôde educar e encaminhar todos os filhos. Desde meninos, inclinaram-se êles, nos trabalhos remunerados para auxiliar o sustento da família».

Apesar de seus intensos afazeres como pastor e evangelista, foi também militante na política por algum tempo e foi assíduo colaborador dos jornais evangélicos e seculares. Coisa de se notar: encontramos artigos seus em que defende que os crentes evangélicos capazes não devem deixar de trabalhar na política e no jornalismo. Não é lícito, diz êle, deixar tão notáveis agências nas mãos de romanistas e incrédulos. Se o enfêrmo está mal, o remédio não é o abandono!

Finalizando, acentuemos o fato de que o Rev. Herculano Júnior é um elo de ligação. Não apenas nos prende ao Rev. John Rockwell Smith, o «pai do Seminário» e o «pioneiro do Norte», mas também, por sua mãe, a Conceição, o «padre protestante» e, pelas famílias Gouvêa e Cerqueira Leite, a todos os pioneiros, inclusive o grande pioneiro — Simonton.

Estamos diante de um homem que encarna tôda a nossa história.

***

REV. JORGE THOMPSON GOULART

(Estudo biográfico em homenagem ao professor Rev. Jorge T. Goulart, ao completar seus setenta anos).

Jorge Thompson Goulart.

A que vem êsse nome Thompson?

No ano de 1889, quando a febre amarela arrebatava, em Campinas, a vida preciosa do Rev. G. W. Thompson, nascia em Bagagem de Minas (atual Estrêla do Sul) no mesmo mês de maio, o pequenino Jorge. D. Inês Boyle sugeria à mãe do menino que o dedicasse ao ministério e lhe desse o nome de Thompson, em memória do falecido.

O lar dos Goulart — sr. Tertuliano e D. Maria Otília — modesto e laborioso, ia se tornando cada vez mais movimentado, com a chegada de novos rebentos.

De Tertuliano Goulart, o pai, escreveu um cronista.

«O Tula foi uma surpresa desde jovem. Autodidata,, sem sair de sua cidadezinha (Araguari, para onde se transferira), tornou-se um cérebro ágil, arguto, relativamente culto. Versava com bom senso ciências, legislação, religião, a música, algumas línguas em geral, e, sobretudo, foi jornalista lapidar, aliás, o iniciador do periodismo brasileiro nos rincões triangulinos, com os seus jornais que, por cêrca de 45 anos, viveram de sua pena e de sua direção segura e forte».

Em Araguari, no lar dos Goulart, é que ia crescendo o pequeno Jorge, onde teve o privilégio de fazer estudos com duas missionárias: D. Catarina Cowan e Miss Blanche Dunlop. Ao mesmo tempo ajudava o pai nos afazeres de jornalista.

Já estava com seus vinte anos quando, ainda provinciano, veio, para maiores estudos, ao Seminário de Campinas. Por essa época a tensão da Igreja Presbiteriana com o Mackenzie se acentuara e alguns alunos tinham sido retirados dali, vindo a Campinas, para o chamado «Curso Anexo», que se organizara graças à boa vontade dos professôres, sobretudo Erasmo Braga, com a colaboração de alunos mais adiantados. Goulart foi, então, por pouco tempo, companheiro de Herculano, Rizzo, Tancredo e outros. Mas, como o «Anexo» tivesse tido duração efêmera, transferiu-se êle para Lavras. Ali ficou três anos, no curso então chamado de «Bacharel». Só em 1913 voltou a Campinas. Em 1915 era licenciado em Piunhi, pelo Presbitério Sul de Minas que, ao tempo, cobria também a área do Oeste. No ano seguinte, estava ordenado.

★

Pastor em Lavras, muitos anos teria o Rev. Jorge de permanecer ali. Em Lavras fêz a Igreja prosperar; em Lavras hospedou a Assembléia Geral; em Lavras colaborou com o Instituto Gammon. De Lavras visitou (de trem, onde possível; a cavalo, no restante) todo o campo de seu presbitério; de Lavras pastoreou também Nepomuceno e, ocasionalmente, muitas outras igrejas. Construiram-se, sob sua direção, os templos do Bairro da Fábrica, do arraial de Igaci e da cidade de Perdões.

Êle mesmo, mais de uma vez, evocou diante de nós, em ocasiões de discursos e sermões, bem como até em artigos (e o fêz com saudade), os tempos em que cortava os campos altaneiros de Minas, em visita à Congregação da Tia Geralda e a outros pontos do seu vasto campo.

De Lavras saiu muitas vêzes para os trabalhos conciliares, sobretudo o Sínodo Central, de que foi presidente e a cujos interêsses estava atento. Nas célebres contendas do Seminário Unido, o Rev. Jorge Goulart teve ação muito significativa. Foi êle o autor da frase, então célebre: «Convém que êle (Unido) cresça e que eu (Campinas) diminua». Imbuído de ideal cooperativista que, aliás, empolgava também os granles espíritos de Erasmo Braga, Álvaro Reis, Samuel Gammon e outros, era compreensível sua pretensão. Quando, porém, pela resistência de um grupo, também considerável, e por vários outros fatôres que não vêm a pêlo analisar, viu-se a inconveniência da continuação do Unido, foi o Rev. Goularte o negociador que pôs têrmo à questão. Às vésperas da Assembléia de Alto Jequitibá, foi êle ao Rio parlamentar com Matatias, Galdino e Erasmo (êste em seus últimos dias de vida), de modo que o Unido foi fechado por decisão da Assembléia.

Também relacionado com os alvos cooperativos, inspirados pelo Congresso do Panamá e mantidos em nossa pátria pela Comissão Brasileira de Cooperação, deu-se em 1925, célebre Congresso no Uruguai, reunido em Pocitos, perto de Montevidéo. O Rev. Goulart, ao lado de outros, integrou a delegação brasileira. Era, a êsse tempo, bem mais que simples pastor de Lavras, pois se pusera ao lado de Erasmo Braga, que estava sobrecarregado com a direção da Comissão de Cooperação e com a presidência da então Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana.

O Rev. Goulart enfrentara, no início de seu pastorado em Minas, no Alto da Mantiqueira, uma perseguição tremenda, quando indo à Fazenda União, fôra cercado por homens armados. Agora, porém, sentia uma prova maior, que era o desafio das responsabilidades múltiplas, integrado como estava, nas lides pasto-

rais, presbiteriais, sinodais e mesmo nas esferas mais altas da administração de sua Igreja.

Um dos trabalhos que então o empolgaram, foi a organização da obra feminina da Igreja. A primeira Federação de Sociedades Femininas se formara em Lavras, por iniciativa de D. Genoveva Marchant, mas sob os braços amigos da Igreja por êle pastoreada. Defendeu, na Assembléia Geral, a pretensão das senhoras de terem uma literatura. Foi o primeiro Secretário Geral do Trabalho Feminino e meteu mãos à obra, escrevendo o livrinho: «Mulheres da Bíblia».

Nesse trabalho é preciso apontar sua companheira. D. Inês Goulart, quando em Lavras, se desdobrou em esforços para ajudar o marido em sua carreira pastoral. Cheia de vida e de expedientes, solícita e capaz, tanto se esmerou nesse esfôrço, ao qual acrescentava os trabalhos de professôra eficiente e de membro da Sociedade Feminina, que se exgotou ao fim. Atestam suas contemporâneas de Lavras que sua influência foi decisiva na eficiência do pastorado de seu companheiro.

Temos de lembrar, que o nome de D. Inês figura entre as fundadoras da Federação pioneira, ao lado de D. Genoveva Marchant, de Irene Baker e de outras.

Era natural que, homem de tal projeção, como o Rev. Goulart fôsse um candidato eventual para uma cátedra no Seminário. Efetivamente, veio êle a ser eleito professor de nossa Casa em 1934, quando da reunião da Assembléia Geral em S. Paulo. Minha turma, que já andava pelo 3.o ano, recebia nessa ocasião, em meio do curso, e nesse caso, até mesmo no meio do ano, novos professôres. O Rev. Borges vinha render o Rev. José Carlos Nogueira, em Teologia; o Rev. Goulart era um elemento a mais que a Assembléia oferecia ao Seminário. Tomou algumas disciplinas da cadeira de Teologia Pastoral. Tomou também História de Israel e Vida de Cristo. Tomou ainda Arqueologia que chegou a nos dar, tal como aprendera de Erasmo Braga: — costumes orientais. Veio a se tornar bem informado em nomes de pesquisadores, de monumentos e de reis.

O rev. Jorge Goulart, como professor do Seminário, nesses longos anos, deve ser julgado pela totalidade de seu esfôrço. Só nos últimos tempos, pela renovação de fôrças ocorridas na Congregação do Seminário, poude ele ser aliviado de algumas de suas tarefas docentes.

Os tempos vão evoluindo. Se a Igreja hoje precisa, no Seminário, principalmente de pessoas que se dediquem a um certo ramo de conhecimento, a verdade é que noutros tempos necessitou ela de pessoas que se dispusessem a trabalhar em três ou quatro setores. Foi o que ocorreu com todos os mestres do passado, o

Rev. Goulart, inclusive. Chegou a lecionar, de uma vez só, e não por pouco tempo, mais de dez matérias. Podemos enumerar com certeza: Português, Literatura, Vida de Cristo, História de Israel, Educação Religiosa, Arqueologia Bíblica, Hiperetologia, Poimênica, Ética, Sociologia e Sociologia Cristã.

Sua vocação pastoral se manifestou também por aqui, na presteza com que sempre quis servir. Transferido de Lavras para Campinas, como dissemos, em 1934, e tendo se filiado ao Presbitério de S. Paulo, ali serviu em mais de uma ocasião. Organizou e pastoreou a Igreja de Vila Mariana. Pastoreou Bela Vista. Foi pastou substituto na Igreja do Braz e na Igreja Unida. Em Campinas, igualmente, é estimadíssimo da Igreja Presbiteriana Central, da qual foi dedicado pastor substituto, sempre que necessário.

Uma das experiências dos que vivem no Seminário, e não são indiferentes à vida da Igreja, é a de receber constantes solicitações, às vêzes até impertinentes, para cooperar com as igrejas de perto e de longe, como pregador em dias especiais, séries de conferências, e até em situações rotineiras, suprindo faltas de outros em mil e uma circunstâncias. É fácil de ver que tais solicitações podem, muitas vêzes, colidir com outros programas da própria preferência do professor, ou com responsabilidades mais diretamente ligadas com seus encargos. Essa é a prova da boa vontade! Queremos dar um testemunho da boa vontade do Rev. Goulart, nunca desmentida. Só a moléstia, sua própria e de sua companheira, o tem levado a dizer não, e às vêzes, temos sido testemunhas de quanto esta palavra lhe é repugnante.

Em Ribeirão Prêto, em Araraquara, em Belo Horizonte, nas Igrejas do Rio e de São Paulo, por tôda a parte, foi êle, quando as energias lhe permitiam, o conferencista animado e estimado.

Quando da Campanha Financeira do Seminário, em levantamento de fundos para a construção do prédio à Avenida Brasil, êle aplicou seu talento, ao lado do Rev. Kerr e do Rev. José Carlos Nogueira, em excurções abençoadas.

O Rev. Goulart é, dos obreiros do Seminário, o que, talvez, mais tenha acompanhado o orfeão em excursões em que nossa Casa se fêz conhecida, através do cântico de seus alunos e da palavra de seu mestre.

Hábil manejador da língua, o Rev. Jorge tem servido à nossa literatura, sobretudo através de boas traduções: «Carlota Kemper», de D. Margarida Sydenstricker; «Assim Brilha a Luz», de D. Clara Gammom. Publicou também, pela União Cultural Editôra, traduções de obras de estudo, como: «Festas de Israel», «Ensinos de Jesus», «Antigüidades Bíblicas».

Bom conhecedor da língua, orador fluente, logo após sua chegada a Campinas, foi convidado a fazer uma conferência pública

na Escola Normal Carlos Gomes, e se fêz acompanhar de muitos rapazes, entre os quais o subscritor destas linhas. O tema era: «A Evolução Brasileira». Muito apreciado pela oratória, e pela maneira por que versou o assunto, o Rev. Goulart serviu de cartão de visita do nosso Seminário.

Aliás, seu nome, em Campinas, dentre os elementos evangélicos, se fêz dos mais conhecidos nos meios seculares, pela constância com que estêve sempre presente nas colunas de «Crônicas» do «Correio Popular». Crônicas vividas e, não raro, cheias de verve, como é do seu feitio, fazem dêle um comentarista apreciado. Está sempre a par da situação política tanto nacional, como internacional.

Colaborou, com razoável freqüência, em «O Puritano», o jornal de sua Igreja; e em «O Albor», o jornal de sua terra de adoção — Araguari.

O Rev. Jorge Goulart tem pôsto constantemente sua pena a serviço da secção de «comentários» da Revista «Únitas» (anteriormente «Fé e Vida»). Ainda ali, em artigos leves e saborosos, põe os leitores a par de um sem número de eventos de significação espiritual. Pela seleção apropriada, mas sobretudo pela redação nova, põe-nos êle a par de realidades ocorridas e que bem revelam feições dignas de nota na grande luta do Bem contra o Mal.

O Rev. Jorge Goulart se agrada do título de jornalista e êle o é. Não fôra tantos outros encargos que, em sua longa experiência de pastor e professor, foi obrigado a carregar, e certamente teria êle se engolfado nas lides da alta imprensa do país.

Não duvido nada que tivesse sido jornalista profissional e deputado. Sua veia política, já emergida em Lavras, onde despertou ciúmes clericais, é também visível, em suas linhas udenistas, nas crônicas que sempre fêz aparecer na imprensa diária de Campinas. Recusou, certa vez, uma candidatura certa à Câmara Municipal desta cidade, convite sedutor. Disso nós somos testemunhas.

Foi um dos sacrifícios de sua vida ficar apenas como observador (cuidadoso, aliás) das lides políticas. Mas, seu ministério estêve acima de tais tentações. Entendam-nos bem, os leitores. Não sub-estimamos a vocação política, mas julgamos que uma pessoa que tem vocação específica para o ministério da palavra, pode ser obrigada a diferentes espécies de sacrifício. Êsse é um dêles: o de rejeitar o emprêgo de qualificações para outros mistéres.

Falta ainda uma palavra a ser dita. Uma apresentação, por suscinta que seja, a respeito do Rev. Jorge Goulart — não seria justa se não nos lembrasse que êle é um homem alegre. Fala com graça admirável. Não digo apenas que fala bem quando o faz em

público, mas que fala de modo agradável quando conversa, porque, com subtileza natural, faz despontar o lado bom, o lado agradável de tudo, mesmo das aperturas.

Sabendo-o às vêzes doente e com a espôsa doente, nunca o vimos acabrunhado. E se as provações da vida lhe dão tréguas, todos perto dêle sempre riem. Sua graça não é forçada; não é feita à custa dos defeitos alheios; não é desproporcional. É a graça de seu espírito bom.

Nós que o temos ainda, em nossa companhia, absolutamente fiel nos cultos, sempre amigo e espirituoso, bendizemos a Deus porque, de tôda a Igreja a quem êle serviu fielmente, somos nós os que mais nos beneficiamos de seu convívio.

Praza aos céus que seja ainda por muito tempo.

★

A PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO: — Onde quer que o Evangelho é pregado, aí continua a obra da redenção. Pela proclamação, a revelação se extende, a história dos atos de Deus é novamente contada e o poder redentor de Deus se manifesta. Através do processo da proclamação o rebanho é alimentado e a comunidade dos fiéis renovada na mente e no coração. A proclamação não só anuncia que a redenção é possível por meio do ato contínuo da graça de Deus, mas é, ela mesma, parte dêste ato redentor. A proclamação é um processo pelo qual a palavra é ouvida e a comunidade responde em atitude de fé. É um diálogo devocional em que Deus fala por meio do Espírito Santo e os fiéis respondem «Amen». O Evangelho é proclamado em tôdas as áreas da vida da Igreja: nos atos de louvor, nos sacramentos, na pregação e na vida dos fiéis, nas quais a palavra, ainda uma vez, «se faz carne». Raymond E. Gibon — «INTERPRETATION» — A Journal of Bible and Theology — October, 1960, pág. 405

Seção de Apologética

OS MÓRMONS

TRAD. DE PASCHOAL LUIZ PITTA

SÃO muitas as pessoas que nos procuram a fim de pedir-nos explicações sôbre os mórmons e sua religião. Algumas dessas pessoas, especialmente senhoras, mostram-se desgostosas pelo fato de os missionários mormons estarem sempre a bater-lhe à porta — e isso quando, comumente os chefes de família estão ausentes — hora imprópria de um homem ir a uma casa de família, roubando tempo das donas de casa atarefadas com os afazeres domésticos.

Êsses jovens mórmons não devem ser levados a mal por causa do seu modo impróprio de agir — isso é fruto do seu grande zêlo religioso e agressividade missionária, e especialmente porque êles ignoram que, no Brasil, ou entre os povos latinos, em geral, não é costume homens irem às casas de família na ausência dos seus chefes, e aí se porem a falar longo tempo com as senhoras.

Sôbre a religião dos mórmons, nós nos limitamos a traduzir um artigo publicado na revista americana «INTERPRETATION», de outubro de 1956, da autoria do escritor Robert F. Boyd. O leitor leia e julgue por si sôbre o assunto. Eis o artigo:

«O mormonismo é uma das poucas religiões relativamente novas, de origem norte-americana. Tornou-se um corpo organizado, em Fayette, Nova York, em abril de 1830. Essa data é muito importante porque, como os mórmons afirmam, ela marca exatamente mil e oitocentos anos da ressurreição de Jesus.

O grande reavivamento que se deu na América, na primeira parte do século dezenove, partiu do sul; mas espalhou-se ràpidamente pelo Norte e atingiu seu clímax em Nova York, aí pelo ano de 1820. Uma série de serviços de reavivamento havia sido patro-

cinada pelos Presbiterianos, Metodistas e Batistas, perto da cidade de Palmira, Nova York. Em meio da multidão que assistia a êsses reavivamentos encontrava-se um rapaz de 14 anos de idade, cujo nome era José Smith. Sua mãe, sua irmã, diversos de seus irmãos uniram-se à Igreja Presbiteriana. Quanto a José Smith, embora tivesse êle tendência para o Metodismo, não se filiou a nenhuma dessas denominações. Como razão de sua atitude, Smith apresentava o fato da confusão e da rivalidade serem tão fortes que «era impossível a uma pessoa nova, como eu era e tão pouco afeito com os homens e as coisas, chegar à conclusão sôbre quem estava certo ou errado. ...Crente na Palavra de Deus, eu, confiando na afirmação de Tiago: «Se algum de vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus, que a todos dá liberalmente, e o não lança em rosto, e ser-lhe-á dada», eu retirei-me para um lugar secreto, um bosque, e comecei a clamar por Deus... Tive uma visão celestial, em que vi personagens gloriosos, envolvidos em luz tão brilhante que ofuscava a luz do sol, ao meio dia. Disseram-me (os personagens) que tôdas as denominações religiosas seguiam doutrinas erradas, e que nenhuma delas era reconhecida por Deus como Sua Igreja e Seu Reino. E recebi ordem expressa de «não segui-las e, ao mesmo tempo recebi a promessa de que, num futuro breve, ser-me-ia revelada a plenitude do Evangelho» (Ver «Carta de José Smith a João Wentworth», no «Time and Seasons», Vol. III, pg. 706, 707).

O «futuro breve», acima referido, cumpriu-se três anos mais tarde, quando Smith se encontrava orando, na cama. Apareceu, de repente, uma luz brilhante e imediatamente «apresentou-se ao lado do leito um personagem». Tal personagem chamou o jovem pelo seu nome e identificou-se como sendo um mensageiro enviado de Deus e dizendo chamar-se Moroni. Êle disse a Smith que havia um livro escrito em placas de ouro, depositado num alto chamado Cumorah, perto da vila de Manchester (condado de Ontário), Nova York. O angélico mensageiro disse ainda a Smith que êle encontraria o Urim e o Tumim e o Peitoral. O Urim e o Tumim eram duas pedras, pelas quais as placas (escritas, como dizem os mórmons, em hieroglifos egípcios) poderiam ser traduzidas. Em outras palavras: pelo uso dessas pedras à guiza de óculos na leitura dos hierogrifos, a tradução era feita automàticamente para o inglês.

As placas de ouro só chegaram às mãos de Smith em 1827. Êle conservou-as bem ocultas aos olhos dos mortais, exceto aos olhos de três testemunhas cuidadosamente escolhidas, até completar-se a tradução delas. Mas, as provas de que tais placas existiram de fato, e que foram vistas por três testemunhas, tem constituído um sério desafio, através dos anos. Os nomes das três tes-

temunhas» são: Oliver Cowdery, Martin Harris e David Whitmer. Êsses homens declararam solenemente que tinham visto as placas de ouro tanto com os olhos da fé, como com os olhos humanos. Dois dêles (Whitmer e Cowdery) foram mais tarde acusados, pelos correligionários mórmons, de ladrões e falsificadores. A outra testemunha (Martin Harris) substituiu seu testemunho solene pela seguinte afirmativa: «Eu não as vi como vejo essa caixa de lápis, eu as vi com os olhos da fé. Vi-as tão distintamente como vejo tudo o que me cerca, embora na ocasião elas estivessem cobertas com uma toalha». (Ferguson, «Confusion of Tongues», pg. 371). Poder-se-á notar nas páginas introdutórias de quase tôdas as cópias do Livro de Mórmon uma referência não sòmente às três testemunhas acima citadas, mas também à indicação de mais oito testemunhas.

Smith, com o auxílio celeste (Urim e o Thumim) e de Oliver Cowdery, antigo mestre escola, completou a tradução dos hieroglifos egípcios, que estavam gravados nas placas de ouro, o que resultou na publicação do Livro de Mórmon, em Março de 1830. Pouco depois de publicado o livro, levantaram-se acusações de que tudo isso nada mais era do que plágio de uma novela, anos antes, por um tal Salomão Spaulding, ministro do Evangelho. Entretanto, parece que há provas bastantes que demonstram ter o manuscrito de Spaulding sido encontrado, encontrando-se atualmente na bibloteca do «Colégio Obertin», em Obertin, Ohio, e que não há semelhança bastante entre as duas publicações, para provar-se que houve plágio. Mas, o Dr. James H. Snowden insiste em que fatos conhecidos garantem a conclusão que José Smith fêz uso abundante do manuscrito de Spaulding, na confecção do Livro de Mórmon (Snowden, «Truth about Mormonism» pág. 91).

Quando da publicação do Livro de Mórmon, José Smith afirmou que João Batista lhe apareceu e o ordenou sacerdote da ordem de Arão, depois do que êle (Smith) batizou Oliver Cowdery. Então Cowdery batizou Smith e, em seguida os dois ordenaram-se um ao outro, no mesmo ofício em que tinham sido ordenados, pelas mãos espirituais de João Batista (ver Shook «Cumurah Denised», pg. 22).

Depois dos ritos da ordenação, Smith e seus colaboradores iniciaram zelosamente o trabalho de organizar a nova religião. Organizou-se, pois, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, em Fayette, Sueca Count, N. York, em abril de 1830. O comportamento de Smith, o fundador da Igreja, nem sempre condizia com o que deve ser um profeta de Deus. Êle é acusado de ter assalariado dois mórmons para matarem uma pessoa que muito havia atacado o novo culto. Ainda mais: embora a sua revelação divina aprovasse a poligamia, esta não fôra ainda recebida;

mas Smith desejava-a ardentemente, de maneira que êle passou da esfera meramente teórica para a prática. Na noite de 25 de Março de 1832 Smith e Sidney Rigdon (um pregador barulhento e amigo de Smith) foram besuntados de alcatrão e cobertos de penas, nos arredores de Kirtland, Ohio, para onde haviam fugido, depois de uma forte oposição que os obrigara a deixar sua sede em Nova York. A despeito, porém, da perseguição em Kirtland, os mórmons conseguiram unidade e fôrça para terminarem a construção de seu primeiro templo naquela cidade, onde se juntou um número considerável de novos conversos à fé. Na ânsia de formar grupos de santos (os Mórmons gostam de assim se apelidarem), começaram a brigar entre si. Nasceram discensões, e apareceram acusações de grossas imoralidades. Êsse desenvolvimento levou Smith a pensar que Kirtland não seria, afinal, o verdadeiro lugar para a verdadeira Sião. Por isso, a estrêla do Mormonismo encaminhou-se para o Oeste. Smith lançou o olhar ao Missouri e, como o Josué dos velhos tempos, enviou alguns de sua côrte espiar a terra. Os emissários voltaram relatando com ardor que o território do Missouri era uma região onde «manava leite e mel» — onde «não haverá maldição quando o Senhor vier». Quando êsse relatório chegou às mãos de Smith, êle recebeu uma oportuna revelação que lhe disse que ali estava, na verdade, a «Terra da Promissão». Mandou-se uma comunicação a Kirtland, dizendo que a Terra Prometida havia sido, finalmente, encontrada e que Missouri era a verdadeira Sião dos Santos. Em menos de dois anos, mais de mil Mórmons haviam-se estabelecido nos arredores de Independence, Missouri. Os seguidores de José Smith começaram a emigrar para essa Sião consagrada. Ali escolheram uma porção de terreno como o local de um grande templo a ser construído e foi aí também que apareceu o primeiro periódico, chamado «A Estrêla da Tarde e da Manhã».

Os habitantes que não eram Mórmons, residentes em Independence e arredores alarmaram-se com o crescimento de membros do novo culto, que se processava entre êles. Acrescente-se a isso o fato de os Mórmons declararem que não se tinham estabelecido ali como meros vizinhos: vieram porque — como diziam — Deus havia escolhido aquela terra para os Mórmons, seu povo. Entrementes, a população começou a se revoltar. Destruiram-lhes a tipografia e êles temeram pela sua segurança pessoal, pelo que se viram forçados a atravessar o rio Missouri e se estabelecerem por algum tempo em condados do Norte. Muito cedo, em 1834, os Mórmons fundaram a cidade de Far West, Missouri. Entretanto, Smith e seu auxiliar Rigdon tinham estado a reunir o «Exército de Sião» — um ajuntamento de mais ou menos 200 homens, sob a liderança do próprio Smith. E êles marcharam para o Missouri

a fim de reconquistar seu território, em Independence. Smith realizou essa ação militar em obediência a uma das suas visões, na qual lhe fôra dito que a «redenção de Sião teria de ser alcançada pela fôrça». A coluna de 200 Mormons marchou sôbre o Missouri; mas encontraram uma comissão armada de misourianos, quando estavam para entrar em Ray Country. Quando Smith viu a fôrça contrária, compreendeu que era tempo de pôr em prática aquela prudência que é a melhor qualidade do valor. Assim, êle forjou mais uma das suas revelações. Esta revelação particular disse-lhe que o Senhor «não requeria dêles a batalha de Sião».

A pedra fundamental do templo, em Far West, foi lançada no dia 4 de julho de 1838. Sidney Rigdon pronunciou o «discurso de dedicação» e em linguagem veemente, concitou os Mórmons, dizendo devia haver guerra de extermínio «entre nós e aquêles que nos vierem perturbar; porque nós os seguiremos até que ou a última gota de sangue seja derramada ou que êles nos exterminem, pois que levaremos a guerra até suas casas e suas famílias — e um de nós seja destruído». (Snowden, pg. 163).

Em Far West é que os «Donitas» foram organizados. Tal organização pode bem ser classificada como um bando de assassinos, cujos atos criminosos foram escritos mais tarde com sangue, nas páginas mais negras do Mormonismo. Os feitos dêsse bando de desordeiros foram tão incrìvelmente infames que Liburn W. Boggs, governador do Estado de Missouri, enviou a seguinte ordem ao general Clark:

«...recebi ...informação do mais aterrador aspecto, que muda, de todo, a face das coisas e coloca o Mormonismo na atitude de aberto desafio às leis, com a guerra aberta contra o povo dêste Estado. Eis, pois, as ordens que deveis cumprir: acelerar vossas operações e tentar atingir Richmond, no condado de Ray, com tôda a rapidez possível. Os Mórmons devem ser tratados como inimigos, devendo ser exterminados ou expulsos dêste Estado, se necessário, a bem do povo. Seus ultrages são indescritíveis». Kelly e Birney, Holy Murder, pg. 31).

O general Clark alcançou finalmente o Far West, onde os Mórmons estavam entrincheirados. Quando o profeta José Smith viu a milícia do Missouri aproximar-se, percebeu que o seu chamado exército não poderia resistir um momento e então pediu condições de paz, o que lhe foi concedido assim: rendição incondicional, ficando o profeta Smith e outros oficiais da igreja como reféns, e confisco de tôdas as armas e munições dos Mórmons.

Smith entregou-se, e podemos imaginar quão amargo foi para êle êsse **cálice**, mas êle solveu-o todo.

Mas, um tal Porter Rockwell, conseguiu escapar, de um modo inexplicável, e conseguiu levar avante, sempre que para isso se lhe

apresentou oportunidade, sua obra completa, como chefe dos Donitas.

Homem fìsicamente forte, mas de mente curta, incapaz de compreender certas coisas, de profundas convicções e de motivos baixos, Porter Rockwell cortou pescoços sem piedade, de modo que os arquivos o acusam de perto de uma centena de assassinatos, a sangue frio.

De Far West os Mórmons foram para os limites do Estado de Illinóis, onde compraram terreno na pequena cidade de Comércio. Smith chamou a essa nova colônia Nauvoo, palavra que êle disse ser de origem heróica, significando «Lugar Formoso» (o profeta Smith parece ter tido a mania de inventar causas etmológicas, cuja maior parte não passava de ficções). Nesse «Lugar Formoso», os Mórmons tornaram-se fortes financeira e comercialmente. Smith, animado por essa prosperidade e entusiasmo, e apoiado pelos seus seguidores, resolveu candidatar-se à presidência dos Estados Unidos. Muitos dos seus seguidores se encarregaram da sua propaganda política, em muitos lugares. Começaram, porém, a aparecer-lhe dificuldades, quando o jornal de Nauvoo «Expositor» (jornal publicado a fim de expor os horrores das leis e das práticas dos Mórmons) começou a publicar matéria que frustrou suas esperanças de sucesso. Smith ordenou aos seus asseclas que destruíssem a tipografia dêsse jornal, pelo que êle foi imediatamente prêso. Estêve pouco tempo prêso, tendo logo recomeçado suas atividades. Finalmente, porém, êle e seu irmão Hyrum foram presos e levados para o cárcere da cidade de Cartago, Ill. No dia 27 de junho de 1844, uma multidão atacou a prisão, dominou os guardas e linchou José e Hyrum. Assim os Santos perderam seu profeta e o povo americano, o seu candidato à presidência!

A notícia do assassinato de José Smith criou pânico, consternação e tristeza entre os Mórmons. Com o assassinato de José Smith, os oponentes ao Mormonismo causaram grande dano à sua própria causa, pois que, sem dúvida, foi um crime a sangue frio. A perseguição foi sempre uma poderosa propaganda (de idéias) e o assassínio de Smith intensificou a devoção e a fé de seus adeptos. Na verdade até hoje Cartago é o Calvário dos Mórmons (para uma narrativa mais horrenda dêsse assassinato, leia-se Kelly & Birney: «Holy Murder»).

Nessa altura, aparece uma nova personalidade para fortalecer os corações abatidos dos Mórmons e proporcionar-lhes um chefe de que êles necessitavam desesperadamente. Tal chefe apareceu e, na opinião de muitos, foi êle quem fêz do Mormonismo o que êste é atualmente. Êste chefe foi Bringham Young. Conver-

tera-se êle ao Mormonismo quando a seita medrava em Ohio, e seus primeiros anos no movimento foram empregados principalmente em atividades missionárias. Pelo ano de 1835, êle era membro importante nos concílios da Igreja, e três anos depois, tornou-se nela o primeiro dos 12 apóstolos. Quando Smith foi assassinado, em 1844, Young encontrava-se em Boston, realizando vigorosa campanha em favor das eleições dêle para Presidente dos Estados Unidos. Logo que lhe chegou a notícia da morte de Smith, êle correu para Nauvoo, onde foi elevado ao cargo de sucessor do morto.

Mas, perturbações internas e brigas continuaram aumentando na Igreja, pelo que os Mórmons foram notificados pelo Estado de que deveriam retirar-se. Os Santos acataram a ordem e decidiram estudar planos de mudança para outro lugar, mais para o Oeste. Um Mórmon descreve a marcha de Nauvoo em direção ao Oeste, de «400 vagões em marcha, sem sabermos para onde íamos». (Kelly e Birne, op. cit. pg. 81).

Durante o êxodo para o Oeste a capacidade de chefe e organizador de Young foi duramente provada: êle viu-se forçado a agir como pacificador entre os rixosos. Santos, homens, mulheres e crianças da grande caravana vinham consultá-lo, pedindo-lhe conselhos sôbre os mínimas questões. Young, porém, usando sua extraordinária personalidade, mantinha a ordem. Êle convencia os duvidosos na fé de que Deus ainda era o protetor dos Santos dos Últimos Dias. Conseguia, por astúcia e tato, agir em têrmos pacíficos com várias tribos, através de cujos territórios o povo tinha de passar. Diminuiu a apostasia ao mínimo, provàvelmente por intermédio de Porter Rockwell, o velho chefe dos Donitas.

Finalmente, em 24 de Julho de 1847, três anos após a morte de José Smith, deparou-se ao bando cansado de Young o Lake Valley, no Utah. Um dos apóstolos da Igreja escreve a respeito:

«Contemplamos curiosos e extasiados de admiração o extenso vale que se extendia diante de nós, com as águas do grande Lago de Sal, que rebrilhavam ao sol, montanhas cujos picos tocavam os céus, torrentes de águas cristalinas que rolavam vale abaixo. Era a mais vasta visão que jamais víramos até aquêle momento... O presidente Young mostrou-se inteiramente satisfeito, à vista do vale e o considerou um lugar de repouso para os Santos, tendo-se considerado recompensado pela viagem.» (Snowden, op. ct. pg. 223).

Young localizou o local para a futura cidade dez milhas ao leste do Lago. A cidade foi bem planejada em magnífica escala. O grande templo foi construído bem no centro, e a cidade tôda, hoje, um lindo conjunto de ruas, avenidas e parque, é um testemunho à sabedoria e à habilidade do seu construtor.

OS ESCRITOS SAGRADOS DOS MÓRMONS

«Eu sou Mórmon e puro descendente de Lehi... sou chamado Mórmon, conforme a terra de Mórmon... sou discípulo de Jesus Cristo, o Filho de Deus, tendo sido chamado Mórmon para pregar sua palavra ao povo, a fim de que ele possa ter a vida eterna». (Livro de Mórmon, III vol.).

Já vimos que José Smith, com auxílio de Oliver Cowdery e os auxiliares traduziu os hieroglifos egípcios no livro dos Mórmons. Êsse livro é considerado pela maioria dos Santos como palavra de Deus. Nos «Artigos de Fé», seção 8, os Santos afirmam: «nós cremos que a Bíblia é a palavra de Deus, até onde sua tradição é correta.» Os Mórmons têm pelo menos duas ordens de escritos sagrados de José Smith, que consideram de grande estima — o «Livro de Doutrinas e Convênios» e a «Pérola de Grande Preço». Mas neste artigo comentaremos sòmente o Livro de Mórmons.

É interessante e até mesmo divertida a explicação que José Smith dá da etmologia e significação da palavra Mórmons. Ei-la:

«Antes de eu dar uma definição da palavra, deixai-me dizer que a Bíblia, no seu sentido lato, significa «bom» (good); porque o Salvador diz, segundo o Evangelho de S. João, «Eu sou o Bom Pastor». Nós dizemos no saxão «good» (bom); no latim, «bonus» (bom); no grego «kalós» (bom); no hebraico «tôb» (bom); no egípcio, «mon» (bom). Daí a adição de «more» (mais) ou a contração «mor». Temos, pois, a palavra mórmon, literalmente, «o melhor» (Livro de Mormon, III Nephi, V.).

Estou certo de que José Smith se resolveria na sua sepultura se soubesse que o dicionário (Century Dictionary) afirma que a palavra Mórmon, no grego, significa orangotango («baboon»)!

O Livro de Mórmon compõe-se de um grupo de mais ou menos 15 livrinhos, cada um dos quais dividido em capítulos e versículos, como a Bíblia Sagrada. Seus nomes são: I Nephi, II Nephi, Livro de Alma, Livro de Enos, Livro de Mórmon, etc.

O Livro de Mórmon contém a história da América primitiva. Ele afirma que o país foi povoado pelos «Jereditas», que pertenciam ao povo disperso pela confusão de línguas, na «Torre de Babel», fato relatado em Gênesis II. Êsse povo, assim reza o livro, chegou a êste continente pelo ano 600 A.C. Os Jereditas multiplicaram-se com impressionante fecundidade. Depois de várias divisões, acabou por ficar composto de dois grupos: Os Nefitas e os Lamanitas, nomes recebidos de seus respectivos chefes — Nefi e

Laman. E uma grande parte dessa obra relaciona-se com a história do amargo conflito inter-tribal dos dois grupos. Depois conta que os Lamanitas abandonaram a «antiga religião», menosprezaram os profetas de Deus. Como castigo dessa apostasia, Deus os amaldiçoou, tornando preta a sua pele; (é interessante notar-se que, no livro de Mórmon, os índios americanos são várias vêzes apelidads «remanescentos de Israel»). Essa maldição contra os Lamanitas não parece tê-los afetado muito em suas habilidades de lutadores ferozes, pois que êles perseguiram os Nefitas através do continente todo (Shook, op. cit. p. 217).

A luta entre os dois grupos deve ter durado séculos através de tôdas as direções do continente. Conforme diz o Livro de Mórmon, a grande batalha final ocorreu no pico de Cumora, ao Oeste de Nova York, em A.D. 385, e os Nefitas foram completamente destruídos (à exceção de 24 almas). Entre êstes encontrava-se Mórmon, um descendente de Nefi, e seu filho Moroni. Antes de morrer, êle gravou a história dêsse povo em placas de ouro e sepultou-as no alto do Cumora, em A.D. 420, para serem desenterradas por José Smith séculos depois!

Do ponto de vista literário, o Livro de Mórmon não é, de modo algum, uma peça muito impressiva. As porções dêle que não são literalmente copiadas da Bíblia, têm um estilo mui sui-gêneris, de gramática horrìvelmente grosseira, confusa e de frases sem estrutura. Em sua maior parte, o livro é repeticioso, pesado e cheio de tôda a espécie de absurdos. De fato, é absurdo imaginar-se que as placas escritas no ano A.D. 420 resultassem, quando traduzidas, uma peça literária idêntica, capítulo por capítulo, com a versão do rei Tiago — que nasceu mil anos mais tarde! É verdade que muitas das incongruências foram corrigidas ou eliminadas por cuidadosa revisão; mas mesmo revisto, o livro não é, de todo, isento dêsses defeitos. Os Mórmons pretendem desculpar essas falhas de José Smith, dizendo que êle não era um homem culto. Mas isso, se nos afigura curioso, ao notarmos que José Smith, em acréscimo à tradução do livro de Mórmon do egípcio «reformado», traduziu também alguns papiros que êle comprara de um homem e que eram escritos em alguma língua estranha. Ainda mais: êle surpreendeu o dono de um Novo Testamento grego, ao dizer-lhe que só as letras maiúsculas eram gregas e insistindo em que as outras eram egípcias. Segundo dizem, sua inconsciência em lingüística estendeu-se também ao campo das línguas semíticas. É possível, pois, que, ao adquirir tal capacidade poliglota, José Smith tenha neglicenciado o seu inglês... Entretanto, os defeitos literários podem ser desculpados, mas o Livro de Mórmon é de dura leitura.

Vejamos as passagens da Versão Autorizada que foram apropriadas pelo Livro de Mórmon:

Livro de Mórmon	Versão Autorizada
II Nefi, 12	Isaias, 2
II Nefi, 13	Isaias, 3
II Nefi, 14	Isaias, 4
II Nefi, 16	Isaias, 6
III Nefi, 12-14 (levemente alterado)	Mateus, 5
Moroni, 10	I Cor. 12: 1-11

É divertido notar-se que Labão usava uma espada de aço (I Nefi 4:9) muito antes do aço entrar em uso. Também o Senhor fornece aos peregrinos um compasso — êrro que os Mórmons pretendem defender citando Atos 28:13. Mas a verdadeira tradução aí é: ou «fazer um circuito» ou «bordejar».

Brigham Young disse: «todo o espírito que confessar que José Smith é um profeta, e que êle viveu e morreu profeta, e que o Livro de Mórmon é verdadeiro, é de Deus, e todo o espírito que o negar é do anti-cristo» (La Rue, «The Foundations of Mormonism, pág. 81).

Até onde podemos ver, o Livro de Mórmon falhou claramente em fazer qualquer contribuição à causa da verdadeira religião. É, pois, difícil escapar-se à conclusão de que o livro não passa de uma fábula astuciosamente inventada.

AS DOUTRINAS DISTINTIVAS DOS MÓRMONS

Em 1842, o Sr. José Wenthworth, editor do «Democrata», de Chicago, pediu a José Smith uma exposição das doutrinas do Mormonismo. O editor recebeu de Smith treze «Artigos de Fé», que estão agora impressos no livro «**Pérolas de Grande Preço**». O primeiro artigo reza assim: «Cremos em Deus, o Pai Eterno, em Seu Filho Jesus Cristo e no Espírito Santo». Isso é perfeitamente ortodoxo; mas o fato indiscutível é que ensino mormônico dos seus documentos oficiais, tais como: o «Compêndio de Doutrina de Mórmon», o «Catecismo», «Doutrinas e Convênios», etc., pregam as idéias mais materialistas e repulsivas a respeito de Deus. A pergunta 13.a do «Catecismo» é a seguinte: «Há mais de um Deus?» E vem a resposta: «Sim, há muitos Deuses». No seu «Jornal de Discursos» lê-se: «O próprio Deus era como nós somos atualmente, mas êle é um homem glorificado» (J. of D., VI: 4). No mesmo «Jornal de Discursos» encontra-se isto: «Êle (Adão) é nosso Pai e nosso Deus, e o único Deus com quem devemos tratar; não há outro Deus no céu senão aquêle Deus que tem carne e ossos».

Sôbretudo, êsses Deuses — **miserabile dictu!** — são polígamos. Quando nosso Pai Adão veio para o jardim do Eden, trazia um corpo celestial, e trouxe Eva, uma das suas mulheres» (J. of D., I: 5z). E mais: «Cada Deus tem, com suas mulheres, numerosa família de filhos e filhas... porque cada pai e cada mãe estarão em condições de se multiplicarem contìnuamente».

De modo que, como vemos, a doutrina de Mórmon sôbre Deus é um odioso credo, de deuses polígamos que se remelam em prática sensual através de tôda a eternidade.

Tiago E. Talmadge, um dos 12 apóstolos da Igreja de Mórmon, ao comentar a doutrina mormônica de Deus, diz: «Afirmamos que negar-se a materialidade da pessoa de Deus é negar-se o próprio Deus... A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias levanta-se contra o Deus incompreensível, despido de corpo, partes e paixões, como uma cousa de existência impossível, e afirma sua crença e sua lealdade ao Deus vivo e verdadeiro da Escritura e revelações» (Talmage, «Artigos de Fé», pág. 48).

Com referência à doutrina da expiação, escreveu Talmage: «A expiação realizada por Jesus Cristo é uma conseqüência do pecado de Adão;... sua extensão é universal... mesmo os incrédulos e os pagãos... são todos redimidos pelo sacrifício do Salvador». Entretanto, um dos sermões de Brigham Young, conforme relata o «Jornal de Discursos», vol. IV, afirma que a doutrina da expiação fôra, por algum tempo, errada, no ensino Mormônico, tornando-se pervertido «expiação de sangue».

Eis o que êle diz: «Todos os homens amam-se e o indivíduo que conhecer êsses princípios estará pronto para derramar seu sangue... Eu posso apresentar-vos muitos exemplos de homens que têm sido mortos, com justiça, para expiarem seus pecados... Isso é amarmos o próximo como a nós mesmos; se o próximo necessita de auxílio, ajudêmo-lo; se êle deseja a salvação e, para isso é necessário derramar seu sangue sôbre a terra, para que êle se salve, seja o sangue derramado».

Uma das doutrinas distintivas dos Mórmons é a chamada «Batismo pelos mortos». Ouçamos o sr. Talmage: «A redenção dos mortos será realizada de acôrdo com a lei de Deus; e como o batismo é tão essencial à salvação dos vivos, quão indispensável não o será à dos mortos.»

A fim de levar os Santos (Mórmons) a contribuirem generosamente para a construção do templo de Nauvoo, foi-lhes dito que êles só se poderiam batizar pelos mortos nesse futuro templo. E então os mórmons contribuiram generosamente porque criam que sem a cerimônia do «batismo pelos mortos» seus parentes falecidos não poderiam ser salvos. Êles baseiam essa doutrina em I Cor. 15:29! O rito do batismo pelos mortos é uma cerimônia sim-

ples: uma pessoa viva toma o lugar do morto que ela quer salvar. O que mais pretendia o trono mormônico, logo após a morte de José Smith foi um homem chamado Jesse James Strong. Durante a confusão que se seguiu à morte de Smith, Strong, que encarara tremendos problemas financeiros, sentiu-se angustiado por saber que o mandamento divino sôbre o dízimo estava sendo flagrantemente desprezado; e, por isso, êle escreveu «uma revelação» de que todo aquêle que pagasse o dízimo poderia batizar-se pelos seus mortos. Tal revelação teve dois efeitos notáveis: melhorou o estado financeiro do tesouro (naturalmente era isso primário da revelação de Strong) e aumentou a popularidade do rito do batismo pelos mortos. Diz-se que o próprio Strong foi batizado em favor do falecido 11.o presidente dos EE.UU., James K. Polk, tendo feito o mesmo em favor de Lord Byron. Um certo L. J. Adams batizou-se por Napoleão e por João Quincy Adams. E a história do mormonismo mostra que, depois dêsses notáveis batismos o rito começou a ser mais e mais praticado pelos mórmons, em favor dos seus parentes.

O mormonismo mantém duas formas de matrimônio: o casamento para o tempo e o casamento para a eternidade. Êste é, muitas vêzes, chamado «Casamento celestial». As mulheres mormônicas chegaram à crença de que não haveria salvação para elas se não se casassem. Ainda mais: a teoria mormônica do casamento torna o marido virtualmente um deus para a espôsa, pois que êle tem completo domínio sôbre a «ressurreição e a exaltação eterna dela». Num dos seus discursos, José Smith declarou que «as bênçãos do Evangelho só chegam às mulheres através dos maridos». Isso concorria para animar a poligamia. De acôrdo com documentos mormônicos, os poligâmicos destinavam-se a ser deuses; e uma revelação de José Smith permitia que alguns homens tivessem dez mulheres, e as que não permitissem que seus maridos tivessem mais mulheres estariam sob a condenação de Deus. Os missionários mórmons têm insistido em que nos dias mais antigos da Poligamia o homem não podia ter mais mulheres sem o consentimento da sua primeira espôsa. O «Livro de Doutrinas e Convênios» é citado como prova disso. Devemos, porém, notar que outra seção do mesmo livro citado ensina que, se a primeira mulher recusar-se a aceitar êsse pacto da Poligamia e viver por êle «ela deve ser destruída». Diz-se que quando um mórmon e sua mulher estavam em briga, era comum o marido declarar que, se ela não o obedecesse, êle não a ressuscitaria dos mortos!

Logo, porém, começou a cristalizar-se a antipatia nacional contra a perniciosa prática da poligamia, embora só em 1862 foi que o Congresso votou a primeira lei contra ela — lei assinada

pelo presidente Abrahão Lincoln. Não obstante, os Santos (Mórmons) pouco respeitavam a nova lei. E a Igreja Mórmon publicou «Uma Epístola da Primeira Presidência aos oficiais e membros da Igreja», datada de 6 de outubro de 1885, parte da qual é a seguinte: «A guerra está aberta e sem disfarce contra a nossa religião... O homem que concordar em desfazer-se de sua mulher ou de suas mulheres e pisar por cima dos mais sagrados deveres que os sêres humanos podem assumir, escapará à prisão e receberá aplausos; ao passo que aquêle que não aceitar essa situação de deshonra... que não declarar ao mundo: «Eu enganaria meu Deus, meus irmãos e minhas mulheres, ao tomar compromissos que não espero cumprir» — êsse é impelido a ir sofrer recriminações, escárneos e insultos de um juiz brutal... Há 40 anos atrás o Senhor revelou à sua Igreja o princípio do casamento celestial... Quem poderia supor que alguém, nesta terra de liberdade religiosa, teria a presunção de dizer aos seus concidadãos que êles não têm o direito de dar os passos que julguem necessários para escapar à condenação? Quem poderia pensar que êsse Congresso promulgaria uma lei que mandaria os crentes religiosos para a penitenciária se não obedecessem à lei de Deus?».

Os Mórmons, contudo, insistiam tenazmente na prática da poligamia. Não é, pois, de estranhar que, em face dessa violação contínua da lei, o Govêrno se visse forçado a apertar mais o laço no pescoço da poligamia. Pelo fim de 1890, depois de condenados 50 Mórmons pelo crime da poligamia, e recolhidos à penitenciária, o juiz João Judd disse-lhes: «Desejo dizer-vos, senhores, algumas palavras, antes de serdes recolhidos à penitenciária: não tendes aparência de criminosos. A não ser a culpa pela qual fostes condenados, no mais, vós sois respeitadores da lei. Mas, as leis nos EE.UU. declaram que a poligamia e a cohabitação ilícita são crimes. E eu devo dizer-vos, com a melhor boa vontade que Tio Sam governa êste território. De modo que tendes três alternativas: ou obedecer à lei ou abandonar êste território ou ir viver na penitenciária.» (Snowden, op. cit. pág. 307).

João Taylor sucedeu a Brigham como presidente da Igreja. Em 25 de setembro de 1890, êsse homem publicou um «manifesto cujas últimas palavras eram estas: «E agora, declaro pùblicamente que meu conselho aos Santos dos Últimos Dias é que êles se abstenham de qualquer casamento proibido pelas leis da terra».

Mas, parece que tal manifesto não era digno do papel em que estava escrito, pois sabia-se, com evidência, que não houvera mudança de coração por parte dos chefes dos mórmons. Na verdade, êsses chefes, com o manifesto nada mais fizeram senão uma fraude contra o govêrno e o povo desta nação. O Dr. Snowden

diz que uma mulher mórmon, ingênua, revelou o segrêdo quando disse que o manifesto era apenas «para iludir aos gentios».

Mas, por que é tão difícil irradicar a poligamia do coração dos Mórmons? Talvez seja porque muitos dêles criam «de todo o coração» (conforme diz Brigham Young) que Jesus Cristo foi um polígamo, pois Marta e Maria, irmãs de Lázaro, eram suas mulheres, assim como Maria Madalena também». (Ver Baalen, «The Caos of the Cults., pág. 118).

A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS E A IGREJA REORGANIZADA DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS.

Desde seu início, o Mormonismo seguiu a mesma trilha da maior parte dos corpos religiosos, nos quais várias diferenças internas as dividem em ramos e facções rivais. De fato, o Mormonismo divide-se em seis denominações. Mas, trataremos aqui apenas de duas. A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias tem seu quartel em Lake City e é atualmente o maior grupo de Mórmons — talvez mais de um milhão de membros. Êsse grupo tem mais de duas mil igrejas em Utah e Idaho. Brigham Young é considerado dêsse grupo.

O segundo e maior grupo de Mórmons é o chamado reorganizado, que conta com quase 150 mil membros e quase 700 igrejas. Êste reclama-se o direito de ser o sucessor legítimo e legal da Igreja fundada por José Smith. A Igreja Reorganizada «recusa-se a aceitar Brigham Young como seu chefe», principalmente, parece, porque êle pretende ter tido a revelação sôbre a poligamia. Talvez seja essa a diferença essencial entre os dois grupos. A Igreja Reorganizada sempre repeliu a poligamia. Êsse grupo foi organizado em Beloit, Wiscosin, em 1852. Seu primeiro chefe foi José Smith Filho. O quartel general dessa Igreja está em Independence, Missouri. É muito agressiva na atividade missionária. É, muitas vêzes, apelidada de «Josefitas», e invadiu o Utah, a fortaleza da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Mas as duas igrejas, como os judeus e os samaritanos, não mantém relações entre si. Parece que o que impede a união dos dois grupos é o fato de o grupo de Utah ter abandonado a poligamia.

O MORMONISMO ATUAL

O Mormonismo é mais forte e agressivo hoje do que fôra noutros tempos. Êle perdeu, na verdade um pouco do seu fanatismo e abandonou o seu maior escândalo social. Os dois grupos, contando juntos apenas um milhão e duzentos e cinqüenta mil mem-

bros, estão realizando uma obra educacional e missionária capazes de envergonhar os «gentios». Felizmente, os Mórmons têm diminuído a ênfase que davam às suas doutrinas distintivas, passando-as para as que são mais cristãs e protestantes: há trinta anos atrás o «Cristian Century» (15-4-1926) publicou um artigo sôbre «um recente livro de apologética do Mormonismo», no qual havia 1.300 referências à Bíblia contra apenas 900 ao Livro de Mórmon». Sabe-se que a Bíblia é um «best seller» entre os Mórmons.

Em 1951 êles tinham 168 seminários e 18 Institutos, com a matrícula total de 35.000 estudantes. A Universidade «Brigham» que pertence à Igreja, age como escola denominacional.

Talvez um dos mais notáveis projetos da Igreja é o «Programa do Bem Estar», que começou durante a depressão, há 25 anos. O propósito claro dêsse programa «era acabar com a ociosidade e evitar o desemprêgo. Mas, positivamente, o programa trazia o desígnio de estabelecer a independência industrial e econômica, e o respeito próprio entre os homens.»

Durante o período de 12 anos entre 1938 e 1950, perto de 20 mil famílias receberam auxílio econômico e foram orientados de modo a se tornarem capazes e conseguirem o sustento próprio.

Os Santos (Mórmons) sustentam, por meio de fidelidade dizimista e ofertas de sacrifício, um vasto programa de construções e educacional, inclusive a construção de novos templos no Arizona, no Idaho, Canadá e até no Havaí.

O espírito de devoção, de fidelidade e de inequívoca bondade e docilidade de muitos Mórmons merece nosso interêsse, respeito e mesmo nossa simpatia.

Um grupo religioso que usa duas Bíblias (o Livro de Mórmons e a Palavra de Deus) precisa ser levado pelo Espírito de Deus à convicção de que só existe uma Palavra de Deus escrita, isto é, as Sagradas Escrituras do Velho e do Novo Testamentos; e que só existe uma Palavra viva — o Senhor Jesus Cristo, o Deus-Homem, redentor, por quem Deus Todo Poderoso expressou sua última vontade aos pecadores».

(Nota: o autor dêste artigo consultou 16 autores para escrevê-lo.)

*

Formandos de 1960

CURSO DE BACHAREL:

ANIZIO ALEXANDRINO COSTA
14 de outubro 1926 — Itabuna, BA. — Presbitério do Rio de Janeiro

DEWEL LOMÔNACO BRAGA
12 maio 1938 — Três Corações, MG. — Presb. Sul de Minas.

ELIAS MEDEIROS
10 julho 1935 — Itanhomy, MG. — Presbitério Leste de Minas.

GEDEÃO FREITAS
24 julho 1933 — Manhumirim, MG. — Presb. Leste de Minas.

JOÃO JANUÁRIO DE RESENDE
13 outubro 1926 — Rio Paranaíba, MG. — Missão Oeste.

JOÃOZINHO THOMAZ DE ALMEIDA
2 fevereiro 1933 — Botucatu, SP. — Presb. de Botucatu.

JOÁS DIAS DE ARAÚJO
11 abril 1938 — Cuiabá, MT. — Missão Central.

JONAS NEVES REZENDE
27 abril 1935 — São Paulo, SP. — Presb. de Ribeirão Prêto.

JOSÉ HENRIQUE BORGES MAURER
8 agôsto 1931 — Campinas, SP. — Missão Leste.

NEUDIR BAPTISTA
14 maio 1935 — Turvínea, SP. — Presb. da Araraquarense da Igreja Presbiteriana Independente.

ODILON DE CARVALHO
11 fevereiro 1933 — Turvínea, SP. — Presb. da Araraquarense da Igreja Presbiteriana Independente.

OSIAS MENDES RIBEIRO
5 julho 1926 — Santana do Capivari, MG. — Presbitério de Jundiaí.

OSWALDO SOARES DE CAMPOS
24 novembro 1934 — Itapira, SP. — Presb. de Campinas.

SAMUEL BARBOSA
2 abril 1925 — Conchas, SP. — Presb. de Itapetininga.

SIDNEY GARCIA
8 setembro 1934 — Botucatu, SP. — Presb. de Botucatu.

SILAS DE CAMPOS
4 novembro 1936 — Guariba. SP. — Presb. de Campinas.

CURSO BREVE:

ABEL JOSÉ DE PAULA
26 dezembro 1934 — Conselheiro Pena, MG. — Presbitério de Resplendor.

ABEL PEREIRA CÔRTE
19 outubro 1926 — Côcos, BA. — Missão Oeste.

JAIR VASCONCELOS
6 dezembro 1922 — Trajano de Morais, RJ. — Presbitério de Friburgo, RJ.

SÉRGIO CARLOS BANDEIRA DE MELLO E SILVA
15 abril 1935 — Rio de Janeiro, GB. — Convenção Batista do Estado de Santa Catarina.

CERTIFICADOS:

ÉLITO HECKERT
29 dezembro 1934 — Presidente Soares, MG. — Presbitério Leste de Minas.

NEHEMIAS MARIEN
27 abril 1932 — Cuiabá, MT. — Missão Central.

SAMUEL LA BANCA
7 setembro 1931 — Curitiba, PR. — Presb. de Curitiba.

SYLVIO PEDROSO
(Especial) — 5 setembro 1932 — Borborema, SP. — Presb. de Araraquara.

Notícias Internas

MATRÍCULA DE 1961:

Tivemos, neste ano de 1961, a matrícula de 14 novos alunos para o Curso de Bacharel em Teologia. Seis dêles vieram do "J.M.C." o que muito nos alegrou, pois que sendo essa instituição um celeiro de candidatos, no último ano só nos mandara um. Os outros alunos vieram de S. Catarina, Paraná, Goiás e principalmente de S. Paulo.

A êsses, juntaram-se candidatos do Curso Breve, em número de quatro. O Curso Breve, como se sabe, consta de três anos e destina-se a vocações tardias. A Congregação pretende que tal Curso seja extinto ou pelo menos reestruturado para a solução de vários problemas por êle criados. O assunto foi encaminhado pela Diretoria a uma comissão especial.

Muito nos alegrou ver entre os referidos candidatos, um vindo do Chile, o sr. Orlando Chamorro. De certo modo substitue o sr. Manoel Barros Quijada, que já se formou e, ordenado pelo Presbiteério do Chile, já está no pastorado. Vão se tornando cada vez mais estreitas nossas relações com a igrjea irmã, naquele país.

Recebemos ainda um outro candidato, por transferência do Seminário Presbiteriano do Recife.

A todos nossas boas vindas.

***

NOVOS PROFESSÔRES

Com a retirada dos Revs. Frank Fisher Baker e Herculano Gouvêa Júnior, conforme referência em outra parte de nossa revista, estamos recebendo dois novos professôres.

O Rev. Carl Joseph Hahn, da Missão Leste do Brasil vem ser o professor de Bíblia, de Arqueologia e de Haliêutica. Mr. Hahn já foi mis-

sionário no oriente e é homem de larga experiência. Já nosso conhecido desde que veio como missionário para o Brasil, há alguns anos, prefeitamente identificado com o povo e com o Seminário, tem-se revelado um companheiro dedicado e fiel. Seu convívio com os estudantes, para o que tem pendor natural, já está sendo uma bênção.

O Rev. Adauto Araújo Dourado, que substitue o Rev. Herculano Gouvêa Júnior no ensino do Novo Testamento (cadeira Simonton), é conhecido articulista e pregador que por vários anos foi pastor da Igreja de Ribeirão Prêto.

Seu trabalho como pastor e conferencista, bem como os estudos especializados feitos nos Estados Unidos, já por duas vêzes, fazem que dêle esperemos valiosa contribuição.

Tal expectativa já se confirma.

***

CONSTRUÇÃO

Os trabalhos de construção do novo prédio, que se destina a prover o Seminário de 30 novos quartos e um refertório para cêrca de 300 pessoas, tiveram, infelizmente, de ser sustados no início dêste ano, isto é, no mês de fevereiro, por ter-se esgotado a verba votada para êsse fim. A obra já ia bem adiantada, com todo o edifício coberto e em grande parte revestido, interna e externamente. Até mesmo a pintura externa da parte correspondente aos dois pavimentos superiores já se achava pronta, porque havia vantagem econômica no adiantamento dêste setor da obra. Tanto a Diretoria quanto a Comissão de Construção se acham vivamente empenhadas em encontrar solução conveniente para o problema da falta de verba que expõe o Seminário a duas graves ameaças, a saber, o rápido e violento aumento de preços do material e da mão de obra, aumento êste que tornará a conclusão do prédio tanto mais onerosa quanto mais tempo se gastar para prover a verba necessária, e a depreciação inevitável da parte já construída, exposta a todos os prejuízos da ação do tempo. A Comissão de Construção encaminhou à Diretoria, na última reunião ordinária, realizada no mês de Dezembro de 1959, um pedido de Cr$ 2.500.000,00 para conclusão de sua tarefa. Esta quantia vai-se tornando ràpidamente inadequada, de semana para semana, dada a situação econômica em que se encontra o país. Todavia, caso se consiga a verba em tempo útil, a obra poderá ainda ser terminada até o próximo mês de Setembro. Seria sobremaneira agradável se o Seminário, por ocasião da comemoração do seu próximo aniversário, pudesse dedicar ao serviço de Deus mais um de seus edifícios. No momento em que escrevemos estas notas, providências estão sendo tomadas no sentido de resolver a delicada

situação que determinou a interrupção dos trabalhos. Confiamos em que Deus proverá os recursos e esperamos que, ao ser publicado o presente número da nossa revista, não só já tenham sido reiniciadas as obras mas também estejam avançando no sentido do acabamento do edifício, ainda dentro do período do corrente ano letivo.

***

CAMPANHA DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA:

De acôrdo com o plano aprovado pelo SC, reunido em Lavras, em 1958, as causas que deverão ser especialmente contempladas, durante o corrente ano, pela Campanha de Consolidação Financeira, são os nossos seminários. Até o momento em que estamos encaminhando à tipografia o material destinado ao presente número da nossa revista, várias reuniões já se realizaram entre representantes dos três seminários e a direção geral da Campanha, com o obetivo de traçar planos e estabelecer as linhas mestras de acôrdo com as quais o movimento deverá desenvolver-se no seio da Igreja Nacional. Quando estiver sendo distribuido êste número da Revista Teológica, a campanha já estará em franco desenvolvimento no Norte, no Centro e no Sul do país. Cada um dêstes setôres do território nacional está confiado ao seminário que nele se encontra localizado. Estamos certos de que a família presbiteriana manifestará, ainda uma vez, sua simpatia pelo melhoramento das instituições que em seu seio se dedicam à formação teológica dos futuros obreiros, contribuindo liberalmente, não só para que as nossas três Casas de Profetas disponham do indispensável para atender suas prementes e inadiáveis necessidades presentes, mas também para que o problema da manutenção dessas instituições encontre solução que as coloque acima das frequentes crises que estão constantemente a ameaçar ou a prejudicar dolorosamente seu funcionamento e seu progresso.

Para dizermos apenas uma palavra, especialmente sôbre o nosso seminário de Campinas, afim de ilustrar o que estamos afirmando, basta que lembremos a situação em que se encontra o nosso novo edifício em construção, iniciado em Julho de 1959. Desde Fevereiro do ano em curso que as obras foram interrompidas por falta de verba. A ação do tempo vai-se encarregando de depreciar sèriamente o trabalho já executado, enquanto a vertiginosa subida dos preços de material e mão de obra se incumbe de tornar cada vez mais onerosa a construção em perspectiva.

Não são menores nem menos prementes as necessidades dos dois seminários irmãos. Urge que a Igreja Presbiteriana do Brasil novamente manifeste, de maneira inequívoca e com objetividade, sua convicção de que fortalecer a obra de seus futuros obreiros e cuidar do seu desenvolvimento, equivale a atender ao que de mais vital existe em sua estrutura.

***

DEPARTAMENTO DE TRABALHO PRÁTICO:

As atividades do nosso novo Departamento de Trabalho Prático entraram, êste ano, em rítmo mais normal do que em 1960. Com pouco mais de dois meses de aulas, já temos 53 seminaristas em serviço definido e útil em vários campos, fato que deve ser considerado elemento positivo na melhor preparação dêsses jovens para o desempenho de suas futuras e maiores responsabilidades no seio da Igreja. Uma consulta geral com o duplo objetivo de melhorar o serviço prestado aos campos pelos estudantes e de tomar conhecimento dos principais problemas que neles existem foi realizada na semana passada. Muitos seminaristas manifestaram satisfação e alegria com a sensível melhora da vida no seminário através desta participação nas atividades da Igreja.

Diversos projetos de cooperação com presbitérios em tôrno de Campinas estão em andamento. Novos trabalhos presbiterianos foram abertos em 1960, em quatro comunidades, os quais continuam, êste ano, em franco desenvolvimento, com o auxílio do Departamento. Cinco comunidades começaram a receber, em 1961, a colaboração representada pelos serviços práticos dos seminaristas. A convite de dois presbitérios, tivemos o prazer de participar da reorganização do trabalho em duas cidades. Numa delas, o orçamento votado para êste ano foi aumentado de vinte por cento, e na outra, a nova organização resultou no aumento dos compromissos financeiros de cinco vezes mais do que a arrecadação normal. Os seminaristas estão gozando, nestes lugares, de riquíssimas experiências práticas. Na consulta realizada, lançamos planos no sentido de convertermos futuramente estes encontros em laboratórios de pesquisas práticas com o objetivo de melhorar os serviços que a nossa Casa deve prestar à Igreja. Esperamos não sòmente receber a cooperação dos seminaristas e professôres durante êstes encontros, mas também contar com a colaboração representada pela bagagem de experiência tanto de pastôres capazes quanto de líderes que se têm destacado em qualquer setor dos trabalhos atuais da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Aguardamos as sugestões do leitor, seu convite e sua participação na apreciação e crítica dos trabalhos em andamento. Estamos planejando encontros com pastôres e líderes para melhorar nossa participação mútua na orientação dos jovens obreiros. Colocamo-nos inteiramente às ordens dos interessados para quaisquer informações, neste setor, por meio de correspondência. Nosso endereço é: Cx. postal 133 ou telefone 4919, Campinas, S. Paulo. — Floyd E. Grady.

***

CENTRO ACADÊMICO "VIII DE SETEMBRO"

A diretoria do órgão interno dos alunos do Seminário de Campinas ficou assim constituida: Presidente Cícero Sathler; Vice-Presidente: Rubens Menzen Bueno; Primeiro-Secretário: João Evangelista Coelho; Segundo-Secretário: Waldir Berndt; e Tesoureiro: Sérgio Pereira Barbosa.

A diretoria eleita dêste ano tem como propósito dirigir a sua ação no sentido de atingir os elevados alvos de nossa vida cristã e acadêmica. Para isto, o Departamento Espiritual do "Centro" tem buscado tôdas as oportunidades para alcançar êstes alvos. Entre outros planos para êste ano, estão os seguintes: Pretendemos colocar 500 Bíblias em escritórios, consultórios e salas de espera de hospitais de Campinas; iniciamos um trabalho de assistência na cadeia de Campinas e de evangelização num dos bairros próximos de nossa casa.

A vida cultural também tem sido destacada com a programação de conferências, semanas teológicas, publicações mimeografadas, festas de cunho lítero-musical, etc. Já está em atividade um grupo de colegas que têm dignificado o nosso nível cultural apresentando-nos peças teatrais. Êste grupo tem alcançado pleno sucesso.

Quanto às nossas relações com outras entidades estudantis, temos nos esforçado para reinterpretar as nossas posições no seio delas. Torna-se urgente agora a nossa participação na União Estadual dos Estudantes, devido ao fato de que vários problemas ali ventilados exigem a nossa decisiva atuação. Êste é o caso, por exemplo, da questão da "Reforma do Ensino Superior"; vários colegas nossos têm entrado em contato com os líderes daquele órgão e testemunhado diante dêles a fé que rege nossas vidas. Publicamos neste ano as teses do "VI Encontro de Seminaristas", realizado em Sorocaba. Fizemo-nos representar no "Encontro de Líderes da Mocidade" da C.E.B., e no "Acampamento de Estudos Bíblicos" da U.C.E,B., realizados no Rio Grande do Sul.

Continuamos a discutir, êste ano, a criação de um Conselho de Estudantes e Mestres, órgão interno, não deliberativo, onde os alunos se encontrarão com os professôres para a troca de idéias, referentes aos problemas da casa. O Projeto de criação do CEM está sendo examinado pelas autoridades do Seminário e em breve, esperamos, estará em pleno funcionamento.

Cremos que o desempenho de tôdas estas atividades tem servido para nós de notável estímulo para o progresso de nossa vida espiritual, moral e intelectual sabendo que estamos cercados de simpatia pela Igreja e pelos Mestres que nos preparam para a vida ministerial.

Cícero Sathler

Bibliografia

"THE OLD TESTAMENT AGAINST ITS ENVIRONMENT" by G. Ernest Wright. SCM Press Limit., 56 Bloomsbury Street, London, 1957. 116 pgs. 8 shil. "THE NEW TESTAMENT AGAINST ITS ENVIRONMENT", by Floyd V. Filson. SCM Press Ltd. 56 Bloomsbury Strret, London. 1957. 101 pgs. 8 shil.

Estas duas monografias se tornaram padrão obrigatório de referência na maioria dos Seminários da América do Norte. Foram primeiro pronunciadas como preleções no Oberlin Graduate School of Theology em 1949 e impressas no ano seguinte. A sua popularidade e aceitação é comprovada pelas cinco edições que têm sido publicadas em anos sucessivos, e pelas numerosas citações delas que aparecem em todos os níveis de escritos teológicos modernos, tanto na América do Norte como na Europa. São elas consideradas como "necessárias" por todos os que se encontram em dia com os estudos correntes de Teologia Bíblica.

No primeiro livro o dr. Wright apresenta um certo número de fatos da religião israelita que "não poderiam ter-se desenvolvido por qualquer processo natural do mundo pagão em que êles surgiram". Êle dispõe êstes fatos selecionados em tôrno do Deus de Israel, e da interpretação da vida e história, e do culto e serviço de Deus por aquêle povo.

O autor examina êstes elementos centrais da fé bíblica e põe ênfase no seu carater único e "sui generis" e na enorme diferença que êles apresentaram em relação ao politeísmo contemporâneo que rodeava Israel, mostrando que "ninguém poderia explicar isto plenamente por categorias evolutivas ou do meio".

Êste modo de encarar o assunto e de sustentá-lo está diretamente em desacôrdo com muitas pretenções metodológicas das últimas poucas gerações de autores, representados por homens como Harry Emerson Fosdick e a escola de religiões comparadas. A evolução gradual de conceitos racionais não pode explicar satisfatòriamente a fé bíblica. Antes "o Deus vivo, diz a Bíblia, penetra na vida do povo e por poderosos atos realiza suas maravilhas em favor dêle." O povo vê, ouve, entende, obedece e rebela-se. Em assim fazendo, êle descobre ainda mais claramente

a significação de sua eleição e do propósito de Deus. Esta natureza do ponto de vista bíblico, êste desabafo e resposta não pode fàcilmente ser acomodado a uma simples metáfora tal como crescimento."

O autor insiste em que a mudança "in status" da vida nômade para a agrícola não podia explicar a fé israelita e nem o meio, "desde que o Velho Testamento dá eloquente testemunho ao fato que a religião dos cananeus era o fator mais perigoso e desintegrador que a fé israelita tinha de enfrentar."

Deve-se admitir que Israel se valeu de muitas fontes, mas "a sua singularidade consistia nas alterações e melhoramento que êle impunha ao que aproveitava." O autor pergunta: "Que é o que conduzia a estas "alterações e melhoramentos?" E conclui que a única resposta é "tomar sèriamente a história da revelação e do pacto de Deus no Monte Sinai."

É fora de dúvida que a conclusão do autor tem sido uma grande contribuição para a Teologia Bíblica do nosso tempo, não só pela própria apresentação dos fatos, mas também pela enorme soma de literatura bíblica que ela tem provocado.

O livro do dr. Filson "The New Testament Against its Environment" que, igualmente, já alcançou cinco edições sucessivas, segue, na sua maior parte, a mesma linha de argumentação para a fé do Novo Testamento. O propósito do autor é verificar "Até onde o Novo Testamento apresenta um conteúdo que é distinto e diferente da vida e escritos religiosos não-cristãos dos tempos do Novo Testamento."

O estudo começa com uma pesquiza do que seja o "conteúdo comum e vital de todo o Novo Testamento. O que há no Novo Testamento de que todos os escritores partilham e que torna legítimo unir numa simples coleção êstes livros escritos por doze diferentes autores."

O ponto para onde converge o pensamento é Jesus, o Cristo de Israel, que foi crucificado, ressurgiu dos mortos, elevou-se a um lugar único de honra e autoridade junto de Deus e é agora o Senhor ressurecto do seu povo.

O autor demonstra assim que a Igreja viu a vida, a morte e a ressurreição de Jesus como a revelação decisiva de Deus de uma maneira sem precedente. O ponto crucial fica sendo a ressurreição. "Negando-se isto, tem-se necessidade de encontrar algum outro fator que explique a cristologia e a teologia dos apóstolos e dos demais escritores do Novo Testamento. Mas, concedida aquela verdade, a cristologia da Idade Apostólica se torna consistente e natural."

O autor focaliza a questão perguntando: "Há alguma coisa no Novo Testamento que é inerentemente e inevitàvelmente irreconciliável com o judaísmo do primeiro século?" E "Tem o conteúdo do Novo Testamento a sua origem no mundo gentílico como um dom e um desafio, uma condenação e uma resposta à necessidade?"

Assim, em contraste com o judaísmo e o helenismo, o autor apresenta a originalidade, a vitalidade e a frescura da fé do Novo Testamento. Até mesmo a doutrina do Messias se deriva das implicações únicas do ministério, ressurreição e realeza de Cristo, uma forma original que o judaísmo nunca possui.

"Êste Evangelho diz que em Cristo Deus tem agido como nunca antes com efetivo poder para levar o seu propósito a um cumprimento climático, e que, desde que esta mensagem, pela sua própria natureza e conteúdo, não permite qualquer neutralidade, a ação de Deus em Cristo exige uma resposta de fé e lealdade." Jesus Cristo é Senhor e isto é um fato básico e decisivo que determina uma lealdade total da vida.

O autor admite que as idéias orientais e gregas influenciaram o cristianismo, quando êste se espalhou pelo mundo gentílico, mas isto sòmente afetou matérias de ordem secundária. Os aspectos essenciais da fé neo-testamentária na sua apresentação de Deus como Criador e Redentor prendem-se às proclamações de Jesus e à interpretação de Jesus pelos seus primeiros discípulos. Êstes aspectos são apresentados em têrmos que se derivam largamente do judaísmo, mas são dados em referência única através de Cristo.

O capítulo dois vê o cristianismo como uma "religião histórica", a qual apresenta uma interpretação da significação do evento central-Cristo, tanto no passado como no futuro. "Torna-se claro do Novo Testamento que todo o tempo até o ministério terreno de Cristo está ligado ao fato de Cristo, e é também claro que todo o tempo subsequente está igualmente prêso a êle e afetado pela sua obra e pelo seu domínio. Quando Jesus é tomado sòmente como mestre e exemplo, êle recua ainda mais para o passado. Mas quando êle é reconhecido como o Senhor ressurreto e exaltado, e visto como contemporâneo da Igreja, a situação é diferente. Tôda geração está diretamente relacionada com Cristo, mas na base de sua ação redentora do primeiro século... O Cristo ressurreto governa como Senhor mediante o Espírito que êle dá ao seu povo."

A fé é vista numa certa tensão. Um laço existencial com o Senhor e Cabeça da Igreja, mas uma estrutura temporal em duas direções. Ela "tem um constante olhar para o passado. Tem a sua base e justificação no ato central e decisivo de Deus em Jesus de Nazaré — sua vida, ministério, morte e ressurreição. Mas a vida do crente encara não tanto o que fica para trás como o que está para diante. Como o Senhor ressurreto o crente olha para a frente e se move para frente, para a plena realização do propósito de Deus e o fim da idade."

O autor descobre a essência desta mensagem original como sendo derivada não do judaísmo nem do helenismo, mas "derivada da carreira de Cristo em cujá única ação a fé vê o centro decisivo e interpretativo da obra histórica de Deus, o Juiz e Redentor dos homens."

O capítulo três exibe o caráter único da comunidade de crentes guiados pelo Espírito. Aqui se encontra alguma coisa singular, e nova na vida espiritual da humanidade. A posição do Novo Testamento não "faz uma essencial distinção entre adoração e vida diária; a relação dos discípulos com Cristo cobre tôda a vida em todos os tempos. A vida total está debaixo do govêrno de Cristo e, assim, está a seu serviço. Contudo o Novo Testamento diz com igual ênfase que a vida dos discípulos é conduzida e fortalecida pelo Espírito Santo assim como no caso da relação com Cristo ressurgido, a relação com o Espírito Santo inclui tôda a vida. O Espírito é ativo na adoração, na relação de grupos e no esfôrço pessoal."

O autor compara e contrasta a comunidade do Novo Testamento com tôdas as idéias religiosas contemporâneas e nos exibe a sua maravilhosa originalidade, frescura e vitalidade. O poder cumulativo dêstes argumentos é assombroso.

Carl Joseph Hahn Sr.

***

THE NEW SHAPE OF AMERICAN RELIGION, por Martin E. Marty. Harper & Brothers Publishers, New York, 1959. 180 pp., $3,50.

Êste livro é um resumo e coletânea das críticas agora surgindo em tôrno do tema "o falecimento do Protestantismo norte-americano". Fazendo eco a Paul Tillich, Martin Marty, redator-associado da revista liberal "The Cristian Century", anuncia dogmàticamente neste livro que os norte-americanos estão no fim da "Era Protestante". O mundanismo da ordem secular tem entrado no cenáculo interior das igrejas protestantes e as tem corrompido de tal modo, que não mais existe aquela qualidade distinta que justifica sua existência. O Cavalo de Tróia tem já entrado pelos portões da Cidade de Deus e o seu conteúdo de valores seculares já está tomando conta dos habitantes. sem que êstes saibam o que está acontecendo. Mudando a figura: o cupim do secularismo penetrou nos templos e os caibros já estão carcomidos e logo cairão. Talvez a figura de ondas mundanas solapando os alicerces da casa de Deus servisse melhor para descrever o que está acontecendo nas Igrejas norte-americanas.

Êste livro sustenta a tese de que o Protestantismo norte-americano tem caído na heresia de "Religião em geral". A Nação tem sido (se me permitem fabricar um neologismo) "religionizada" (religionized). Líderes políticos blasfemam do nome de Deus, usando-o em seus discursos. As festas cristãs já estão completamente comercializadas. Pior ainda: o

Deus dos norte-americanos é um "Deus empacotado", manufaturado especialmente para facilitar seu aproveitamento pelo consumo. (Esta frase foi usada tantas vêzes no livro, que bem poderia ter sido o título do mesmo). Torna-se claro que Deus é passível de ser distribuído como qualquer outro produto dos ianques e que pode ser comprado nas igrejas como se compram biscoitos nos super-mercados. Talvez esta sentença exprima melhor o pensamento do autor: "Deus é empacotado, o homem é despersonalizado e o tipo de vida americano é preferido".

O livro é composto de oito capítulos. Nos seis primeiros, o autor afia sua faca nos ossos de outros críticos. Êle vai cortando e destruindo, a ponto de trazer alegria aos iconoclastas e arrancar aleluias dos não-protestantes. Êsses, depois de lerem êste livro, darão graças porque o seu inimigo desde 1517 já morreu, e sem esfôrço da parte dêles. A matança nestes capítulos é tão completa, que no fim é quase impossível encontrar um só pedaço de orelha do último sacrificado.

Os dois últimos capítulos, que têm objetivo construtivo, são fracos. O efeito psicológico de destruir a própria casa é forte e lamentável, pois o pessimismo já domina a atmosfera. Êle tenta então empregar a idéia do "remanescente". Mas o leitor logo sente que a palavra está fora do contexto do Velho Testamento e não é aplicável à situação dos norte-americanos. Seguindo a lógica do livro, o leitor chegaria à conclusão de que o "remanescente", no caso, é o grupo dos que estão fora das igrejas, ou talvez os Judeus...

A Ética Cultural que o último capítulo apresenta como remédio, é um antibiótico muito fraco e nos deixa no abismo do pessimismo. O segundo tratamento é uma dose de ecumenismo, mas êste leva o doente ao "pluralismo", que é objeto de crítica nos primeiros capítulos.

Concluindo, podemos dizer que êste livro é uma corajosa tentativa de levantar as Igrejas norte-americanas da sua apatia, para ver suas fraquezas e o perigo de sua secularização. Se um autor de pensamento teológico mais conservador tivesse dito estas coisas, o impacto não seria tão grande. Mas aqui está um escritor que representa bem o liberalismo, a castigar seus colegas pelos resultados de sua própria desobediência à voz divina. Infelizmente, o que o autor não pode ver, devido a sua posição teológica, é que as condições tão deploráveis nas Igrejas norte-americanas são causadas pela negligência com relação à Palavra de Deus. Não enxerga êle que os pregadores e os conselhos perdem sua autoridade quando não têm a sua mensagem e decisões baseados no "assim diz o Senhor". Êsse é o único som capaz de produzir o arrependimento.

Êste livro tem uma lição importante para a Igreja Brasileira, esta: a renovação da Igreja não será realizada pelas liturgias, nem pelos altares, nem por templos majestosos, nem pelas múltiplas organizações. Tudo isto os norte-americanos têm com fartura. O que está faltando é a

vida santificada dos que se chamam Cristãos. Vida desta espécie sòmente será produzida na Igreja pelo Espírito Santo, através da pregação da Palavra de Deus e da sadia disciplina de seus membros. — Que possamos aprender esta lição, antes que seja tarde demais!

FLOYD B. SOVEREIGN

***

THE CHALLENGE OF ISRAEL'S FAITH — WRIGHT, G. Ernest — S.C.M. Press Ltda. 128 p.

Vale a pena estudar o Velho Testamento. Há mesmo crentes que julgam haver sido o Velho Testamento superado pelo Novo Testamento, de modo tal que não devemos perder tempo com as Escrituras vetu-testamentárias. E é isto mesmo que observa Wright na obra acima.

O autor trata, em seis capítulos dêste precioso livrinho, de certos aspectos da teologia bíblica do Velho Testamento. A religião do Velho Testamento, a fé do povo israelita não é uma velharia, como a religião de outros povos antigos, conglomerado de exigências ritualísticas, liturgia esclerosada de um culto que nada pode nos oferecer para o tempo presente. Ao contrário disto, a fé que permeia a história de Israel é uma fé dinâmica, operante, exigente e que constitui a base da nossa própria fé cristã, enriquecida com a revelação do Filho de Deus.

Cada capítulo do livro fundamenta-se numa expressão bíblica do Velho Testamento, expressão que corresponde a pilares básicos da fé israelita. Assim temos (I) "ASSIM DIZ O SENHOR" — a palavra de Deus pela bôca do profeta. Qual é o meio pelo qual podemos tornar a mensagem do profeta relevante em nossa época? Através do literalismo judaico? Das alegorias de Orígenes? da interpretação papal? Da interpretação do escolasticismo protestante? Como Jesus interpretou as Escrituras? E qual foi a atitude dos reformadores para com a Palavra de Deus? Tanto para o Mestre como para os reformadores as Escrituras do Antigo Testamento apresentam a Palavra viva de Deus para as angústias do coração humano. O testemunho interior do Espírito Santo dá-nos a convicção de que estamos diante da Palavra do Senhor. E ela fala ao nosso coração, à nossa vida presente. Reconhecemos na palavra de Moisés, de Amós, de Isaías, de Zacarias, os problemas da nossa vida, da nossa era. O segundo capítulo (II) "ESCOLHEI HOJE" — trata da atuação de Deus através da história. É o desafio perene ao povo de Israel, na sua vida de crise permanente. As convulsões constantes na vida do povo eleito ofereciam novas oportunidades de decisões, de arrependimento, de no-

va vida. Igualmente, o mundo presente, assaltado por crises constantes, não encontra solução nas vãs utopias do homem, mas na volta para Deus. "Tôda crise na história humana é a oportunidade dada por Deus ao homem, para arrepender-se..." "A frustração e a tragédia da vida é a oportunidade do homem, pois Deus é o Senhor da história." (III) "OBEDECEI À MINHA VOZ" — é a exigência de um Deus que é "Senhor". Jeová é "Senhor" (ou Rei, Soberano), é a figura que mais se destaca no Antigo Testamento, a respeito de Deus. A figura de Deus como Pai aparece de modo proeminente no Novo Testamento. E devido à ênfase que se dá a êste aspecto néo-testamentário, corremos o risco de esquecer o aspecto da soberania de Deus. Construimos um Deus "bonachão", com um cristianismo despido do verdadeiro temor de Deus. As duas figuras devem estar unidas: Deus é Pai, mas também é Senhor. Um Deus presente e atuante na vida do povo, ciumento e zeloso, que não tolera a infidelidade na observância das exigências do pacto. Não há uma definição de Deus, mas há afirmações a respeito da sua pessoa. É um Deus *santo*, que deve ser adorado com temor e tremor. Contraste chocante encontramos na atitude irreverente de certos cristãos nas suas orações. É um Deus *reto, justo*, um fogo consumidor, que não tolera a injustiça na sociedade. É ainda uma Deus *cheio de graça*. Afirmar-se que o Deus do Antigo Testamento não é um Deus de amor só porque encontramos nesta parte da revelação escrita poucas vêzes a palavra *amor*, é conclusão falsa. Jesus falou aos pobres do amor de Deus, mas denunciou com palavras terríveis a hipocrisia dos chefes religiosos. O amor (hesed) de Deus exige a correspondência do homem. E por fim, Deus é um Deus *ciumento*. A luta contra a idolatria e particularmente contra o baalismo, cujo ponto culminante aparece na luta entre Elias e Jezabel, mostra que Jeová não tolera a divisão do culto que sòmente a Êle pertence. A fé neste Deus que assim se revela através de Cristo é o poder impulsionador do cristianismo na sua luta através dos séculos. Israel era o povo do pacto com Jeová — (V) "VÓS SEREIS O MEU POVO". A sobrevivência de Israel deve-se ao fato de haverem os profetas tentado criar uma sociedade governada por Deus, permeada pela teologia em todos os seus aspectos. Não procuraram os profetas salvar a cultura ou outros valores humanos de Israel, mas proclamaram a necessidade de o homem voltar-se para Deus, a necessidade de serem os israelitas fiéis às exigências do pacto, como povo eleito. A idéia do pacto era básica na comunidade de Israel. A teologia do pacto prevalece em muitos grupos das Igrejas reformadas, como um imperativo atuante no seio do povo de Deus, responsabilizando a Igreja pela condição social e espiritual da sociedade na qual vive. E por fim o último capítulo, (VI), cujo tema é de carater escatalógico: "EIS QUE VIRÃO DIAS". As crises na história de Israel apontavam para o futuro, quando um remanescente transformado haveria de viver a época messianica. As utopias criadas pelo homem, espe-

ranças vãs de implantação do Reino de Deus por meio dos recursos humanos, desaparecem na voragem das catástrofes que assolam a humanidade, justamente quando esta, eufòricamente, julga estar penetrando no reino escatológico. O novo mundo surgirá como obra da intervenção direta de Deus. Êste ideal profético da idade que há de vir é um estímulo para as lutas desta presente época.

Acompanhamos assim o autor nestes breves mas compactos capítulos. Verificamos que o Velho Testamento tem uma grande contribuição para a Igreja dos nossos dias. A doutrina de Deus é, em essência, a mesma nos dois Testamentos. A doutrina do Reino de Deus está no Velho Testamento. A esperança da Igreja na volta de Cristo, corresponde à esperança messiânica dos judeus. A grande novidade do Novo Testamento é a presença do próprio Senhor Jesus Cristo. Cremos que todos aquêles que lerem esta obra hão de sentir a grande necessidade do constante estudo do Velho Testamento por parte da Igreja.

SAMUEL M. BARBOSA

***

THE MAKING OF THE SERMON por Robert McCraken SCM PressLtd., 56 Bloomsbury Street, London, 1956, pgs. 104

Em seu livro, THE QUEST FOR PREACHING POWER, página 15, John Nicholls Booth escreveu: "Leis da pregação são simplesmente andaimes usados durante o período de construção. Durante os primeiros anos construtivos do pastorado, os sermões devem ser erguidos dentro desta estrutura de orientação e proteção. Mais tarde, a forma a seguir torna-se inerente ao pregador que pode desmontar e esquecer do andaime. Os ministros estão quase sozinhos no mundo profissional no que se refere ao aborrecimento, não-realístico, dos princípios fundamentais da arte de falar. Os músicos analisam a mecânica de estilo e forma; os escultores estudam anatomia; os pregadores dependem demais apenas da intuição! Aprender a usar meios e métodos provados por autoridades do passado e do presente na homilética é produzir sermões melhores." Portanto há necessidade urgente de estudarmos as autoridades mundiais da arte de pregar. Tal estudo pode conduzir-nos a um mundo mais amplo, com uma mensagem mais eficiente de evangelização e elevação da vida do povo. Através de tais contactos também podemos escapar dos velhos trilhos, por demais batidos e, por isto não tão apreciados pelas ovelhas que nos ouvem semana após semana. Quem sabe se um andaime mais alto não nos auxiliará a aumentar o templo do Senhor no Brasil?

Um mestre do púlpito comtemporâneo, o Dr. Robert James McCracken, escreveu em 1956 um pequeno livro precioso para êste fim, THE MAKIN OF DE SERMON. O Dr. McCracken nasceu e foi educado na Escócia como muitos grandes pregadores atuais. Êle foi pastor em Edinburgo e Glasgow até ser chamado para servir na cadeira de teologia e filosofia da Universidade McMaster no Canadá e deixou a Universidade para assumir o pastorado da famosa Riverside Church em Nova York após a jubilação do Dr. Harry Emerson Fosdick. Sua grandeza na arte de expressar-se com clareza e nitidez manifesta-se mediante a massa de matéria distilada nas 104 páginas dêste livro. Sua capacidade persuasiva conduz o pregador-leitor a examinar-se e rededicar-se às lutas necessárias no sentido de melhorar e ampliar sua arte no exercício da difícil tarefa da pregação e comunicação do Evangelho.

Os cinco capítulos do livro são dedicados a responder a perguntas práticas: Como usar melhor o tempo de preparação para o púlpito? Como devem ser escolhidos os textos, os assuntos e o material para as mensagens? Quais são os princípios a serem obedecidos na composição do sermão? No primeiro capítulo, "A Preparação de Longo Alcance do Sermão", McCracken coloca no primeiro lugar a auto-disciplina do pregador no desenvolvimento de sua própria vida espiritual e no estudo e aplicação das leis de pregação. Cita Carlyle que afirmou: "Para ensinar religião, a primeira coisa, a última e aliás a única, é de achar o homem que tem religião." (pg. 13), bem como I Timóteo 4:16, "Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina." e Atos 20:28, "Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastoreardes a Igreja de Deus, a qual Êle comprou com seu próprio sangue." Assim o autor incentiva o pregador a recorrer às fontes verdadeiras da palavra do Senhor para produzir mensagens que mereçam ser introduzidas pela forma "assim diz o Senhor" e a pastorear bem seu povo para poder aplicar as lições Bíblicas às situações reais do rebanho.

Os capítulos dois e três tratam "Do carater Variado do Sermão" e incluem breves exposições e ilustrações sôbre nove tipos de sermões: pregação expositiva (texto ou trecho), ética, devocional, teológica, apologética, social, psicológica, evangelística, e situações de vida contemporânea (life situation). Além dêstes nove tipos de sermões que oferecerão grande variedade ao pregador, o escritor aconselha a obediência às grandes festas e ênfases do ano cristão. Os seminaristas reclamam, ano após ano, quanto à dificuldade de pregar um sermão biográfico ou outra fora da rotina tradicional. Sem dúvida alguma, a rotina é mais fácil para todos, mas a dieta variada fortalece e agrada.

Os dois capítulos finais "Pregação é Uma Arte" e "A Construção do Sermão" auxiliam o leitor a aperfeiçoar os sermões bem como a aprimorar o estilo. Os exemplos práticos e as experiências do passado e do presente servem de estímulo para pregadores. McCracken respeita a varie-

dade de dons e capacidade que se manifestam no ministério e pede apenas a cada um o cultivo da felicidade e da aplicação como condições para tornar-se artista real no púlpito, com seu estilo pessoal.

Temos apenas duas observações negativos. Existe no livro muitos "clichês" ou ditos antigos. McCracken possue tanta bagagem de cultura que não precisa usar tais citações para selar suas idéias. O livro possue também um fundo anglo-saxão que dificultará um tanto a sua completa compreensão por parte daqueles que possuem um inglês um tanto enferrujado e não estejam familiarizados com aquela cultura. Tudo isto, porém, é vantajiosa para ampliar nosso mundo homiletico, e constituir desafio aos grandes do púlpito brasileiro para escreverem a respeito dos seus meios e métodos vitoriosos de comunicar a mensagem do Evangelho.

FLOYD E. GRADY

***

POLITICS AND EVANGELISM — by Philippe Maury
Doubleday & Co., Inc., Garden City N. Y., 1959, 120 pgs.

As notícias trazidas pelo Estado de São Paulo durante a semana passada indicam a intensidade das atividades da Igreja Católica Apostólica Romana e dos comunistas na política do país. Mais uma vez salienta-se a necessidade absoluta de maior atenção dos evangélicos relativamente a esta parte essencial na vida moderna. Permanecem ainda na mente e prática de muitos dos nossos pastôres e crentes os conceitos muito bem expressos por William Muehl no seguinte incidente registrado numa de suas obras: "Um grupo de estudantes visitava certo senador ilustre que, durante a conversa lembrava aos estudantes da necessidade de virem os jovens cristãos a interessar-se pelos negócios do govêrno e, para ilustrar, contou-lhes que na sua juventude êle mesmo serviu de representante de organizações cristãs durante a primeira Guerra Mundial e ainda se interessava muito no progresso da causa cristã. Com isto, um dos jovens indagou: "Pois, como pode a Sua Excelência reconciliar a fé Cristã com sua atuação contra as Nações Unidas e o programa de auxílio ao estrangeiro?" Ao que respondeu o senador isolacionista: "Filho, eu jamais misturei religião com política. As duas coisas simplesmente não se combinam." Felizmente, há na Igreja Evangélica dos nossos dias, pessoas altamente qualificadas pela experiência aguda de nosso século que afirmam e provam que a fé cristã viva, precisa manifestar-se em ação política. Philippe Maury é uma destas vozes que merece

a nossa atenção. Durante a Segunda Guerra Mundial êle participou ativamente do movimento da Resistência Francesa. Foi ministro no govêrno francês de após guerra e agora é secretário geral do Movimento de Estudantes Cristãos do mundo inteiro que atualmente procura penetrar e evangelizar nada menos de setenta países do mundo. Seu livro possue forte base na experiência do autor e contém informações práticas para a orientação dos que querem agir dignamente no campo político.

A POLÍTICA E A EVANGELIZAÇÃO seria o título fiel do conteúdo do livro, que provoca perguntas imediatas: "Como pode a política ser evangelizadora?" "Como pode a ação política vir a ganhar almas?" O livro sugere respostas, dentro das linhas interessantes, a saber: "Que através da política, o cristão e a Igreja podem chamar para si e para a sua mensagem, a atenção de pessoas e países que se interessam em saber o que o cristão fará neste mundo prático da política." Assim, falando e agindo no espírito e na sabedoria do Alto, os elementos cristãos satisfarão as principais exigências da tarefa evangelística, que consistem no contacto do cristão com os não cristãos e na apresentação a êstes do desafio para aceitarem o Senhor e a Sua mensagem. Os capítulos são muito significativos: "Obstáculos Políticos à Evangelização", "Confusão Teológica na Política e Evangelização", Renovação Teológica e Pensamento Político", O Ministério Político da Igreja", "Ação Política Como Linguagem de Evangelização", e "O Ministério de Reconciliação." O livro está cheio de idéias provocativas como, por exemplo, na página 33, onde o autor discute o isolamento da Igreja dentro da sociedade geral e observa, com relação ao clero: "É impossível calcular o prejuizo que representa para a evangelização a prática de empregar clero assalariado. Tenho encontrado muitos pastôres e missionários jovens que repetem com amargura e às vêzes com desespêro: "O povo se recusa a escutar-nos ou a acreditar no que dizemos porque êles sabem que somos pagos para pregar." (Lembremo-nos que o clero assalariado não apareceu senão alguns séculos depois de Jesus Cristo, mais ou menos no mesmo tempo da aliança constantinina entre a Igreja e a sociedade.) Podemos muito bem entender porque hoje tantos esforços são feitos, especialmente pelo clero jovem, para escapar do ministério profissional e descobrir novos moldes, como por exemplo, uma combinação do trabalho secular com a obra pastoral e evangelística." "Seus protestos e projetos de reforma baseiam-se na descoberta simples: Na medida que o pastor se torna empregado pago, com tempo integral dedicado à Igreja, êle sente-se cortado e isolado de outros homens, especialmente daqueles aos quais procura pregar o Evangelho."

No capítulo, "Ação Política Como Linguagem de Evangelização", o autor salienta outro ponto que imediatamente provoca debate: "O dilema entre eficiência e pureza estabelece-se diàriamente na arena política. Qualquer político confessa que é necessário sujeitar-se a certos compro-

missos para alcançar posições de responsabilidade em partidos políticos. Êle terá até certo ponto, de aceitar as leis do jôgo político. apesar de sórdidas... Recusar a sujar as mãos significa renunciar para sempre a possibilidade de exercer influência eficiente. Sempre virá o momento de decisão entre o eficinte e o puro. Cada vez teremos de determinar de novo diante de Deus qual é a obrigação primária. Em cada caso particular teremos de indagar de nós mesmos se daremos melhor testemunho procurando a eficiência ou o compromisso." (Pgs. 97-98).

Ao lermos parte dêste livro, nosso espírito se revoltou contra as idéias do autor. Mas ao lermos mais adiante a lógica e os exemplos reais convidaram-nos à meditação mais profunda. As divisões e sub-divisões facilitam o estudo. O Inglês é simples. apesar de ser resultado da tradução do original Francês. O livro é digno de estudo profundo e ponderada aplicação pelo evangelismo brasileiro. Posso prometer ao amigo que a leitura desta obra lhe dará horas perturbadoras. uma fonte de mensagens para os nossos dias, e rumos para melhorar seu ministério pastoral na orientação da Igreja em matéria de sua relação com o mundo político de hoje.

FLOYD E. GRADY

★

PROBLEMAS DA CIVILIZAÇÃO: — «A paternidade de Deus e o caráter sagrado da pessoa humana são verdades vitais, reveladas em Cristo, que tôdas as comunidades cristãs têm o dever de pôr em prática, em tôdas as relações da vida. O pensamento e os atos de Nosso Senhor, os ensinamentos dos apóstolos e o fato de que a Igreja é uma comunidade que rompe as fronteiras que separa as raças, tudo isto prova que os diferentes povos são criados por Deus para trazer, cada qual, seu dom ao seu Reino... O espírito que deveria reinar em tôdas as relações internacionais é o que nos obriga a levar as cargas uns dos outros para assim cumprimos a lei de Cristo. Tôda distinção entre sêres humanos por motivos de raça ou côr, tôda exploração egoista e tôda opressão do homem pelo homem são, pois, uma negação dos ensinamentos de Jesus». — A. N. Bertrand — El Protestantismo, Trad. de C. T. Gattinoni, págs. 323, 324

Princeton Theological Seminary Library
1 1012 01469 7116

FOR USE IN LIBRARY ONLY

PERIODICALS

For use in Library only

For use in Library only